



UNIVERSIDADE DE ÉVORA
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Construção de caminhos para uma vida autónoma - O caso dos sem-abrigo no Alentejo

Maria Margarida S. Piçarra Navalhinhas

Orientação: Prof.^a Doutora Maria da Saude
Baltazar

Mestrado em Sociologia

Especialização: Recursos Humanos e Desenvolvimento Sustentável
Trabalho de Projeto

Évora, 2016

Esta dissertação não inclui as críticas e as sugestões feitas pelo júri



UNIVERSIDADE DE ÉVORA
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Construção de caminhos para uma vida autónoma - O caso dos sem-abrigo no Alentejo

Maria Margarida S. Piçarra Navalhinhas

Orientação: Prof.^a Doutora Maria da Saudade Baltazar

Mestrado em Sociologia

Especialização: Recursos Humanos e Desenvolvimento Sustentável
Trabalho de Projeto

Évora, 2016

Esta dissertação não inclui as críticas e as sugestões feitas pelo júri

Agradecimentos

Chegada ao fim desta etapa não posso deixar de agradecer a Deus, meu refúgio e minha força e que me deu a vida e força para terminar mais uma etapa na minha caminhada.

À minha família e, de uma forma especial à minha avó que teria o maior orgulho em ver-me terminar esta etapa e que sei que está a dar-me força sempre. Ao meu avô, por todo o apoio e coragem para ser sempre melhor, pelo exemplo de vida, de humildade e de sempre fazer o melhor pelos outros sem olhar a quem.

Aos meus pais que sei que estão sempre comigo dando-me toda a força e acreditando em mim. À minha mãe que está sempre ao meu lado e que não me deixa duvidar nem desistir nunca.

Aos meus tios, tias e padrinho que sempre acreditaram em mim e me apoiaram. À minha tia Mélinha pelo exemplo que continuamente me dá, pelos ensinamentos e por toda a coragem e confiança que sempre me transmitiu. Aos meus primos e primas pela confiança e encorajamento que me deram. Às minhas afilhadas e famílias que são o meu orgulho, a minha alegria e que sempre me motivam a seguir em frente.

Um agradecimento especial à minha afilhada mais velha, minha irmã de coração, minha amiga que sempre luta comigo ao meu lado para o que seja melhor para mim e para que alcance os objetivos, à Carla. Ela sabe como é importante e como este trabalho também é dela por tudo o que fez por mim e por tudo que é para mim. Obrigada de coração, não há palavras.

Agradecimento especial também a outra grande amiga, outro dos meus braços e que incansavelmente também me ajuda e ajudou a alcançar esta meta, à Catarina, minha amiga também de todas as horas e outro dos meus apoios. Obrigada por tudo. Ambas sabem que não há palavras para agradecer o que fazem, fizeram por mim! Obrigada por tudo e por serem quem são, cada uma à sua maneira foram apoios únicos, este esforço também o vosso e por isso este agradecimento especial. Obrigada!

Aos meus amigos, em especial ainda à Tó, Inês, Lena, Marlene, Lisa e Ana Filipa e Luís, por toda a ajuda, paciência, confiança, estímulo que depositaram em mim, são motor de força e também a eles dedico este trabalho. E a todos os meus amigos de perto e de longe, eles sabem quem são, o meu obrigada por tudo, este esforço também é deles.

Claro, à minha orientadora, Professora Saudade, agradeço o esforço, a dedicação, o saber que eu seria capaz de terminar com êxito esta etapa e o encorajamento que me deu sempre para que tal acontecesse. Toda a confiança e exemplo de profissionalismo e de valores de vida que sempre me transmitiu e com o qual me identifico e que levarei para a vida. Obrigada!

Agradeço também à Instituição onde trabalho, Centro Social e Paroquial de S. Brás, e que desde logo acolheu este estudo colaborando com ele, obrigada. Às Câmaras e Instituições entrevistadas e que me abriram as portas, obrigada. Agradeço também à minha chefe, São por todo o apoio que me deu e conselhos. Obrigada!

E, por último, dedico ainda este trabalho não só a todos os que já referi que fizeram parte dele e que contribuíram e muito para a sua realização mas também a todos os que vivem em situação de sem-abrigo. Porque este trabalho quer ser alavanca para melhorar a vida destes, o seu bem-estar e inserção na sociedade, uma sociedade que se quer mais justa, mais equitativa e mais feliz.

O meu muito obrigada a todos, este trabalho também é vosso!

Resumo

Vivemos tempos de mudança ao nível económico, familiar, organizacional e que, consequentemente se refletem no social e na sociedade. Na era do economicismo e do desenvolvimento assoberbado das sociedades modernas, a pobreza e consequente exclusão social, as políticas sociais e as respostas a elas associadas são conceitos e temáticas recorrentes no debate do dia-a-dia pela dimensão global e preocupante que tomaram.

O sistema social é um complexo de indivíduos, grupos sociais e instituições articuladas, onde os desafios que se colocam são diferentes tornando-se necessário estudar novas respostas e estratégias de intervenção para dar aos que mais necessitam autonomia e potenciar a sua inserção em sociedade.

Este trabalho tenta analisar o que se passa numa das regiões do nosso País, centrando-se na região do Alentejo e nas respostas para sem-abrigo (Centros de Alojamento Temporários e Comunidades de Inserção) de forma a fazer um diagnóstico sócio-organizacional destas Instituições, do seu funcionamento, dos seus constrangimentos e potencialidades bem como das estratégias de autonomização adotadas para inserirem os seus utentes na sociedade. Tendo em conta os tempos difíceis que vivemos em termos económicos, políticos e sociais, e decorrente do conhecimento da realidade em estudo na região Alentejo, propomo-nos ainda elencar propostas de estratégias de intervenção que potenciem a inserção social destes indivíduos.

Palavras-chave: Pobreza, Exclusão social, Desigualdades Sociais, Sem-abrigo, Alentejo

Abstract

Building pathways to an autonomous life – the case of homeless people in Alentejo

We are living times of changes on Economical, Family and Organizational level that have consequences in the way of living in our society. In the age of economics and of overwhelming development of modern societies, Poverty and Social exclusion, the Social policies and their answers are concepts and themes that often appear in our daily debates because of their global and concerning dimension.

The Social system is a complex amount of individuals, social groups and institutions, where the challenges are of different types and it is urgent that we study and look for new answers, new strategies to give more autonomy and independency to those who need it most and therefore promoting their integration in Society.

This work tries to analyse what is going on in one of our country regions, and has its focus on the region of Alentejo and in the answers that are given to homeless people (Temporary lodging centres and Integration Communities) so that we can make an organizational social diagnosis of these Institutions, how they work, how they operate, their strengths and their weaknesses as well as the strategies they adopt to insert, to integrate their users in society. Being aware of the difficult times we are living in economical, politics and social terms and due to the knowledge of the reality that is being studied in the region of Alentejo, we also intend to list some proposals of strategies of intervention that can reinforce the social integration of these individuals.

Keywords: Poverty, Social Exclusion, Social Differences, Homeless, Alentejo

Índice Geral

Agradecimentos	3
Resumo	5
Abstract	6
Índice Geral.....	7
Siglas.....	9
Índice de Anexos.....	11
Índice de Gráficos	12
Índice de Quadros	13
Índice de Figuras.....	14
Introdução	15
1) Enquadramento do Tema e justificação da escolha	15
2) Formulação do problema e dos objetivos de estudo	17
3) Metodologia	18
4) Estrutura do trabalho	19
CAPÍTULO I – Enquadramento teórico-conceitual	21
1.1. A Pobreza e a Exclusão social enquanto problema social em crescimento .	21
1.2. Evolução do papel do Estado no setor social – pobreza e exclusão social ..	31
1.2.1. Papel do Estado no setor social até à crise do Estado Providência	31
1.2.2. Políticas públicas e sociais de combate à pobreza e exclusão social em Portugal	34
1.2.3. O Estado Providência e as Políticas sociais em Portugal	35
1.3. Medidas de Proteção social e Respostas sociais de combate e Exclusão Social em Portugal	38
1.4. Papel das Instituições de Apoio Social e de Inserção Social: Inserção ou Dependência?.....	49
1.4.1. A Economia Social e Solidária: um novo paradigma de desenvolvimento?	49
1.4.2. Áreas de intervenção - dependência, autonomia e inserção	54
CAPÍTULO II – Metodologia de Investigação.....	58
2.1. Da Sociologia de Ação para um Projeto de Investigação-Ação.....	58

2.2. Tipo de Abordagem e População em estudo	58
2.3. Métodos e Técnicas de Recolha e de Análise de Dados	61
CAPÍTULO III - Do (pré)diagnóstico social a um Perfil Sociológico dos sem-abrigo no Alentejo	65
3.1. Caracterização das Instituições em estudo	65
3.2. Análise e Discussão dos Resultados.....	71
3.2.1. Na perspetiva das Câmaras Municipais	72
3.2.2. Na perspetiva dos Centros de Alojamento Temporários e Comunidade de Inserção	78
3.2.3. Discussão dos Resultados	99
3.3. Perfil Sociológico dos sem-abrigo no Alentejo.....	100
CAPÍTULO IV – Estratégias de Intervenção para a Inserção dos sem-abrigo – Intervenção em rede.....	103
4.1. Análise das estratégias de inserção já adotadas pelas Instituições e Câmaras Municipais observadas.....	103
4.2. Propostas de Estratégias futuras pelas Instituições e Câmaras Municipais	108
4.3. Contributos para a definição de uma Estratégia de Intervenção para a inserção das pessoas sem-abrigo na região do Alentejo	113
Considerações Finais	118
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	123
ANEXOS	129

Siglas

ENPISA – Estratégia Nacional para a Integração da Pessoa Sem-Abrigo

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

PNAI – Plano Nacional Ação para a Inclusão

NPISA – Núcleos para a Integração da Pessoa Sem-Abrigo

ONG – Organização Não Governamental

(R)EAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza

FES – Fundo Emergência Social

DGSSFC – Direção-Geral de Segurança Social da Família e da Criança

RIPESS – Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social e Solidária

CAT – Centro de Alojamento Temporário

PII – Plano Individual de Inserção

CASA – Centro de Apoio ao sem-abrigo

USF – Unidade de Saúde Familiar

CLAS – Conselho Local de Ação Social

NLIS – Núcleo Local de Intervenção Social

CI – Comunidade de Inserção

CRI – Centro de Respostas Integradas

LNES – Linha Nacional de Emergência Social

NAV – Núcleo Apoio à Vítima

PSP – Polícia de Segurança Pública

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

APPACDM – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental

GNR – Guarda Nacional Republicana

CDB – Cáritas Diocesana de Beja

FEAC – Fundo Europeu de Auxilio às Pessoas mais carenciadas

CDSSB – Centro Distrital de Segurança Social de Beja

CT – Comunidade Terapêutica

IDT – Instituto da Droga e da Toxicodependência

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

CPCJ – Comissão para a Proteção de Crianças e Jovens

POC – Programa Ocupacional

Índice de Anexos

Anexo I – Guiões de Entrevista.....	130
Anexo II – Análise de Conteúdo	134
Anexo III – Perfil Sociológico dos Sem-Abrigo no Alentejo	220

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – População em risco de pobreza na Europa (2014)	28
Gráfico 2 – Limiar de risco de pobreza anual	29
Gráfico 3 – Poder de compra por regiões do País (2013).....	30

Índice de Quadros

Quadro 1 - Tipologia europeia sobre sem-abrigo e exclusão habitacional.....	27
Quadro 2 - Valor médio das Pensões e Subsídio de Desemprego auferidos pela população do Alentejo (2011).....	30
Quadro 3 - Instrumentos de Política de combate à Pobreza e exclusão social – Programas de Apoio ao Desenvolvimento Social	42
Quadro 4 - Respostas Sociais para Adultos/ Família e Comunidade	47
Quadro 5 - Estratégia Metodológica.....	62

Índice de Figuras

Figura 1 - Perfil Sociológico dos sem-abrigo no Alentejo	102
Figura 2 - Síntese das estratégias adoptadas pelas Instituições para a inserção dos seus utentes.....	106
Figura 3 - Síntese das estratégias adotadas pelas Câmaras para a inserção dos sem-abrigo	108
Figura 4 - Propostas de Estratégias de Intervenção pelas Instituições	110
Figura 5 - Propostas de Estratégias de Intervenção pelas Câmaras.....	112

Introdução

1) Enquadramento do Tema e justificação da escolha

O combate à pobreza e às suas formas de exclusão é um assunto que tem preocupado e interessado inúmeros dirigentes e pensadores do nosso tempo. Como é referido por Lourenço (2005, p.27) “*A pobreza e o combate à sua existência, é uma questão central das políticas sociais*”, sendo que, não podemos esquecer que esta situação de combate à pobreza não poderá somente ser encarada como algo económico mas também político e social. Torna-se pertinente desenvolver a intervenção nesta área de forma multidisciplinar e concertada tendo como base uma equipa proveniente de várias áreas (segurança social, economia, emprego, formação profissional, educação, habitação, etc).

Neste contexto, as políticas sociais, que segundo Caeiro (2008) têm como objeto central a promoção do bem-estar social, poderiam e deveriam tentar dar resposta às necessidades da população. A tendência é que os grupos carenciados se tornem “dependentes” das Instituições que os apoiam o que, será, certamente, muito problemático face à estrutura de sustentabilidade e financiamento para apoiar as situações de emergência.

Como refere Lourenço (2005, p.256) “*O problema da pobreza no nosso país é bastante complexo, pois Portugal é, como não devemos esquecer, um país de pobreza persistente e de longa duração e esta pobreza é muito mais resistente a qualquer medida de combate do que a pobreza recente, ou de curta duração, não só pela rigidez das suas causas, mas também pela amplitude das suas consequências que se convertem em baixas aspirações, falta de iniciativa, falta de confiança, baixa autoestima, fatalismo, etc*”.

A questão do emprego também suscitou uma reorientação das políticas sociais no sentido das políticas de inserção diferentes das políticas de integração próprias do projeto original do Estado-Providência o que leva a dizer que, progressivamente, as políticas sociais vão-se adaptando às novas circunstâncias, realidades e necessidades sociais e económicas dos indivíduos.

Esta nova ênfase dada à questão do emprego surge num contexto em que emerge um dos mais graves problemas sociais contemporâneos, o desemprego de longa duração. Este, por sua vez, origina muitos outros problemas sociais, formas de exclusão social e novas formas de pobreza na Europa. Todos estes problemas sociais urgem de ser estudados para que se possa intervir neles de forma construtiva e produtiva pois, todos eles necessitam

de soluções urgentes as quais não importa somente teorizar mas agir de forma concertada e, principalmente, em rede.

Por inerência, interligadas à questão das políticas sociais surgem as respostas sociais enquanto preconizadoras de um serviço que a comunidade revela necessitar e reclamar. Estas respostas entendem-se não como formas estáticas de intervenção, algumas delas apoiadas por equipamentos, mas sim como formas dinâmicas e que se querem em constante mutação, tendo em conta a complexidade da realidade social. O seu ajustamento e flexibilidade face às alterações na estrutura social torna-se essencial para a prestação de um serviço eficaz de combate às situações de carência e de necessidade que os indivíduos carenciados necessitam, sendo importante uma resposta preventiva e não imediata.

As políticas sociais de assistencialismo, de resolução das situações imediatas e até a forma de atuar no sistema muitas vezes, inconscientemente, cria dependência por parte das pessoas carenciadas aos apoios ou às instituições o que dificulta a inserção de novo na comunidade.

Outro problema associado é a questão do desenvolvimento sustentável, pois, vive-se uma crise financeira e económica que, a longo prazo pode fazer com que o País não suporte os gastos com esta dependência de algumas pessoas aos apoios e às Instituições.

Nesse sentido, as respostas sociais e até as próprias políticas sociais devem enquadrar-se na atualidade e acompanhar as necessidades de forma a responderem ao que é primordial de resolver na sociedade e que causa problemas sociais graves como é o caso da pobreza e da fome. Torna-se fulcral apoiar os carenciados e encaminhá-los para que consigam subsistir, desacomodando-se dos apoios. Com um trabalho em rede entre as Instituições de apoio social, torna-se mais viável, sendo fundamental nestes casos de autonomização e inserção a garantia de um desenvolvimento sustentável e uma diminuição destes problemas sociais.

O interesse por esta temática tem-se demonstrado muito presente na minha vida pois, sempre acreditei que a sociologia existe também para ajudar na resolução dos problemas sociais e ser ativa em propor estratégias de intervenção e de contribuição para a diminuição das desigualdades sociais. Também por exercer funções de Técnica de Ação Social numa IPSS, sendo que no meu dia-a-dia deparo-me com situações de pobreza e com o aumento desta e as dificuldades que estas instituições de primeira linha se deparam com o crescente número de solicitações e os poucos casos de sucesso em autonomizações.

Este trabalho enquadra-se na designação de trabalho de projeto por ter como objetivos: estudar, analisar para intervir, neste caso propondo estratégias de intervenção futuras. Enquadrando-se assim numa perspetiva de sociologia da ação visto, e como refere Guerra (2002, p.56) e segundo os fundamentos teóricos de Kurt Lewin, “(...) *a investigação-ação movimenta três pólos: o da acção, que tem como objetivo atingir a mudança social num contexto concreto; o da investigação, centrado na procura das dinâmicas actuais e nas intencionalidades dos actores; e o da formação, que é inerente ao próprio processo de conhecimento e acção, mobilizando as capacidades cognitivas e relacionais dos actores em função de objetivos específicos.*”

2) Formulação do problema e dos objetivos de estudo

Dado o acentuar da pobreza no nosso País e das desigualdades inerentes, bem como do papel que as IPSS têm nestes casos, parece-nos de grande importância social um trabalho que analise estas Instituições e o seu funcionamento numa ótica de intervenção concertada para a autonomização dos seus utentes, neste caso em adultos sem-abrigo residentes em Instituições do Alentejo (alto, baixo, central e litoral) devido à proximidade em termos espaciais, ao fator tempo e à incidência deste problema social nesta região do País.

Perante este problema social que se desenvolve tão velozmente, este estudo pretende realçar o trabalho realizado a nível das Instituições que apoiam este público, essencialmente os sem-abrigo, os carenciados, aqueles que, por diversas circunstâncias se encontram dependentes de Instituições Sociais residindo nelas. Neste sentido propõe-se como pergunta de partida para este estudo: **“Estarão as atuais respostas sociais, no Alentejo, para os sem-abrigo a ter eficácia na sua intervenção e a promover a autonomização dos seus utentes/clientes?”**

Em concreto, primeiramente analisar-se-ão as políticas sociais em vigor em Portugal para este tipo de população contextualizando as mesmas de acordo com a situação socioeconómica do momento. Depois, compreender e enquadrar os problemas sociais, principalmente o da pobreza e exclusão social e os que mais agudizam as desigualdades sociais. Em seguida será feito um levantamento das principais respostas sociais que atuam com indivíduos em situação de sem-abrigo (Centros de Alojamento Temporários e Comunidades Inserção) no País mas principalmente no Alentejo (Alto, Central, Baixo e Litoral) onde irá incidir este estudo. Pretende-se ainda fazer um diagnóstico social destas

Instituições do Alentejo principalmente ao nível do seu funcionamento com esta população e das estratégias adotadas para que estes se autonomizem e fiquem independentes das mesmas. Por fim, apresentaremos algumas propostas de estratégias de atuação com esta população de forma a potenciar a sua autonomização.

Assim, delimitámos como **objetivo geral**: Analisar a atuação das atuais respostas sociais para os sem-abrigo e os efeitos na promoção da autonomização dos seus utentes, com vista à definição de propostas de intervenção junto deste público-alvo. Como **objetivos específicos**: a) Analisar as políticas sociais existentes na temática em estudo; b) Realizar um diagnóstico sócio-organizacional das respostas sociais existentes para sem-abrigo no Alentejo; c) Compreender de que forma atuam as atuais respostas sociais para sem-abrigo em relação à inserção social dos seus utentes e ao modo de funcionamento da resposta (estratégias de intervenção, potencialidades e limitações); d) Analisar as consequências de autonomização/inserção ou dependência de apoios/respostas sociais por parte deste público-alvo para os próprios e para a sociedade; e e) Identificar estratégias de intervenção que potenciem a autonomização e inserção social por parte deste público-alvo.

3) Metodologia

A metodologia adotada visou essencialmente duas vertentes: uma teórica em que se tentou sintetizar os principais pressupostos teóricos sobre o tema desta investigação bem como as principais teses e autores que o abordaram, mas também foi realizada uma análise documental com informação recolhida junto das Instituições entrevistadas a partir dos seus regulamentos internos; e uma segunda abordagem mais de natureza prática e empírica. Quanto a esta metodologia adotou-se a técnica de entrevista semi-estruturada bem como a observação participante, dada a atividade profissional da mestranda.

De forma a fazer o diagnóstico sócio-organizacional da situação vivida pelos sem-abrigo nas Instituições sociais (neste caso concreto, o estudo será realizado em cinco Instituições que apoiam estes indivíduos, Centros de Alojamento Temporários e Comunidades de Inserção, existentes na região do Alentejo), a forma de estas atuarem sobre esta população para potenciar a sua autonomização, serão realizadas entrevistas semi-estruturadas aos técnicos e aos dirigentes de forma a entender como é definida a estratégia de intervenção e definição do projeto de vida e de autonomização deste público-alvo. Quanto às Câmaras

entrevistadas optou-se que as entrevistas fossem realizadas a técnicos responsáveis da Rede Social de cada Concelho pois este Programa enquadra-se nos objetivos a analisar neste trabalho.

Este tipo de técnica de recolha de dados justifica-se neste estudo devido essencialmente ao caráter intensivo da informação a recolher adequado ao número de Instituições de que dispomos nesta região e porque esta se caracteriza pela existência de um contacto direto entre o investigador e os interlocutores (Quivy, 2008).

Com base nesta metodologia pretende-se fazer um diagnóstico sócio-organizacional da situação que se vive nesta região relativamente a este público a partir das Instituições que os apoiam, bem como construir uma tipologia do perfil da pessoa em situação de sem-abrigo e analisar os projetos de vida definidos, de modo a contribuir para uma maior compreensão da situação atual e identificar estratégias de intervenção futura de forma a potenciar a partir da sua intervenção a autonomia dos seus utentes. Por fim, propomo-nos ainda contribuir para a definição de uma estratégia de inserção a pessoas sem-abrigo no Alentejo, numa perspetiva de trabalho em rede.

4) Estrutura do trabalho

Este trabalho encontra-se dividido em 4 capítulos além da Introdução, Considerações Finais, Bibliografia e Anexos.

O Capítulo 1 contém os principais pressupostos teóricos a desenvolver neste estudo onde são apresentadas diversas abordagens desenvolvidas por vários autores e teorias sobre a pobreza, exclusão social, conceito de sem-abrigo, políticas sociais e respostas sociais bem como uma nota estatística a dados relativos à pobreza.

No Capítulo 2 é feita referência às opções metodológicas e técnicas de recolha e análise de dados, realizada uma caracterização das Câmaras Municipais e Instituições entrevistadas, análise e discussão dos resultados obtidos bem como se estrutura um perfil sociológico da pessoa sem-abrigo no Alentejo.

No Capítulo 3 é realizado um (pré)diagnóstico às Instituições entrevistadas bem como analisados os resultados obtidos nas entrevistas feitas às Câmaras Municipais e às Instituições, discutidos os resultados e por fim definido um perfil sociológico dos sem-abrigo no Alentejo.

O Capítulo 4 centra-se nas Estratégias de Intervenção para a Inserção dos sem-abrigo no Alentejo começando por analisar aquilo que é praticado pelas Câmaras Municipais e Instituições com respostas sociais de intervenção junto deste público-alvo, depois passa-se a analisar o que estas propuseram como estratégias futuras para a inserção dos sem-abrigo e por fim, propusemos uma definição ou modelo de estratégia de inserção para o Alentejo em estudo de forma a que esta possa ser a alavanca para outros estudos e para uma intervenção concertada e comum entre os intervenientes neste área.

Por último, apresentam-se as considerações finais onde são sistematizadas as principais conclusões obtidas com o estudo, apontadas as limitações encontradas durante o trabalho de projeto e tecidas algumas recomendações relacionadas principalmente com a estratégia de inserção para a pessoa sem-abrigo no Alentejo.

CAPÍTULO I – Enquadramento teórico-conceptual

1.1. A Pobreza e a Exclusão social enquanto problema social em crescimento

Ao contrário do que seria de esperar, o crescimento económico que se verificou, sobretudo nos últimos 200 anos, não esteve associado a uma manifesta redução da pobreza; dadas as maiores oportunidades de emprego, consumo e riqueza criadas, muitos estudos foram também efetuados e *“dão conta de um mal-estar crescente, associado à constatação de que os problemas de pobreza e exclusão social se têm agravado nas últimas décadas, não só com a persistência e agravamento de formas tradicionais, como também com novas manifestações e modalidades, para além do alargamento das desigualdades entre os países, entre as classes sociais e entre os indivíduos”* (Roque, 2003, cit. em Lourenço, 2005, p. 37).

Como é também do conhecimento comum, a crise financeira e económica em que Portugal se encontra tem tido repercussões gravíssimas aos níveis económico e social, sendo que um dos efeitos mais sentidos é o desemprego e a sua consequente precariedade, pois este tem levado a situações de extrema vulnerabilidade, pobreza e exclusão social a elas associada.

É importante ressaltar assim o peso que a **pobreza** tem na sociedade, esta é *“uma das faces pela qual a desigualdade social se manifesta, portanto não é um fenómeno atemporal, moral ou natural”* (Maciel, 2008, p.1) mas sim resultado de um processo que se faz vivo na vida de milhões de pessoas no mundo.

Sendo este um conceito dinâmico e complexo, Bruto da Costa (2012, p.26) define a pobreza como uma *“situação de privação resultante de falta de recursos”*, onde a privação é encarada como uma situação de carência, neste caso, como a não satisfação das necessidades humanas básicas e somente essas.

A pobreza preocupa-se então, com as condições que necessitam de ser satisfeitas mas também com os recursos que são necessários para se aceder a um determinado padrão de vida que se entenda como *“estável”*.

Outra noção de pobreza considerada mais consensual é que esta pode ser *“identificada como uma situação em que não são satisfeitas determinadas necessidades, ou em que não é realizado um nível de vida mínimo aceitável, por carência de recursos económicos, existindo sempre um elemento de privação material involuntária.”* (Pereira, 2010, p.3).

Assim sendo, e encarando a pobreza como um fenômeno social que afeta grande parte da população é importante relacionarmos a pobreza com a família. Enquanto agente primeiro de socialização, a família tem o monopólio da formação precoce do indivíduo, detendo uma parte importante daquilo que o próprio vai herdar em termos sociais e individuais. Formando o indivíduo, a família tem em seu poder a forma como este vê o mundo e as expectativas que ele terá do mesmo.

A família na sua relação com a pobreza, com comportamentos sociais de pobreza tais como aqueles que perpetuam e geram pobreza nos seus atos (apoios sociais como subsídios ou outros estímulos remuneratórios sem que o indivíduo tenha de trabalhar, contração de dívidas, não procura de emprego, baixa escolarização sem esforço para aumentar a mesma, etc.) tem uma grande influência nos seus membros e na forma como estes irão encarar o mundo social e enfrentar os desafios.

Ainda referindo-nos aos comportamentos de pobreza e à importância da família neste fenômeno social, Paugam (2003) refere que se desenvolveram duas teorias a este respeito: a “cultura da pobreza” e a tese contrária que defende a “subcultura dos pobres”. O autor cita, para a primeira tese, Oscar Lewis que defende que *“a cultura da pobreza não é somente uma adaptação a um conjunto de condições objetivas da sociedade na sua globalidade. Uma vez que existe, tem tendência para se perpetuar de geração em geração por causa do efeito que tem sobre os filhos (...)”* (p.27); trata-se portanto de uma tese que defende uma certa adaptação e reação dos pobres à sua situação de pobreza, o que os faz sobreviverem nesse “seu” mundo mas também uma transmissão natural das suas formas e maneiras de estar aos seus filhos, o que, de certa forma, acaba por perpetuar os comportamentos de pobreza. A tese contrária, “subcultura dos pobres” rejeita a existência de uma cultura específica e, ainda mais, a explicação da reprodução da pobreza por causas internas ou por “deficiências individuais” transmitidas de geração em geração. O autor parafraseia Anthony Leeds que defende, como causas dos comportamentos de pobreza, e até da própria exclusão social dos pobres, todos os constrangimentos externos ao indivíduo e que pesam sobre o seu meio social condicionando as suas ações, participação e integração na sociedade tais como: falta de rendimentos estável, de poder, de instrução. Estas duas teorias dos comportamentos de pobreza permitem-nos, de novo, perceber a importância que tem estudar para intervir neste tema da pobreza pois, como vimos, a sua perpetuação, mesmo sem intenção, é feita em família também.

Outra visão para este conceito de pobreza é a de Simmel (1907) que foca a sua sociologia da pobreza e toda a sua obra na relação entre sociedade e política e na questão dos direitos

e obrigações os quais, para o autor, constituem a socialidade humana. Desta forma, para o autor, “*a pobreza (...) é não apenas relativa, mas construída socialmente. Seu sentido é aquele que a sociedade lhe atribui.*” (Paugam; Shultheis, 1998, cit. em Ivo, 2008, p.172).

Segundo Simmel, a sociedade, composta por direitos e obrigações, formata os indivíduos e o que estes entendem por pobreza sendo que, este fala ainda em “obrigação socializada” na qual defende ainda que, o pobre só é ajudado, em muitas situações, por obrigação.

Para o autor, “*Os pobres, como categoria social, não são aqueles que sofrem carências ou privações específicas, mas os que recebem assistência ou deveriam recebê-la segundo as normas sociais. Por conseguinte, a pobreza não pode ser definida como um estado quantitativo em si mesma.*” (Simmel, 1907,1998, cit. em Ivo,2008, p.171). Neste sentido Simmel introduz o conceito de minoria social, ou seja, a ideia de que na noção de pobreza ou de ser pobre não é o número de pobres que importa pois o critério de caracterização da minoria social não é numérico mas sim relativo ao desvio social que estas pessoas têm face à norma ou ao considerado normal (trabalhar e receber um salário, ter condições de habitabilidade, acesso aos serviços, etc.).

A pobreza, como vimos, um conceito complexo e multidimensional pode também exprimir-se em vários tipos que nos dão conta de uma multiplicidade de significados: a pobreza absoluta/relativa, pobreza objetiva/subjetiva, pobreza tradicional/nova pobreza, pobreza rural/urbana e pobreza temporária/duradoura. A pobreza absoluta foca-se na questão das necessidades básicas inerentes aos recursos enquanto a pobreza relativa se centra numa análise dos padrões sociais gerais. Nestas duas tipologias encontra-se então presente uma relação de complementaridade e não de dicotomia. Relativamente à pobreza objetiva, como o nome indica baseia-se num padrão de referência ou limiar de pobreza que tipifica as situações de pobreza e permite caracterizar objetivamente os pobres. Já a pobreza subjetiva, por sua vez, “*são as representações da pobreza construídas pelos atores e grupos sociais que estão em causa, introduzindo a dimensão da percepção e perspectiva subjetiva da pobreza* (Rodrigues, s/d, cit. em Costa, 1984). A pobreza tradicional diferencia-se da nova pobreza, pois trata-se de uma pobreza crónica localizada no meio rural e que caracteriza um estatuto inferior e desvalorizado. Já a nova pobreza refere-se diretamente ao crescimento do desemprego e da precariedade vindos das reestruturações económicas e do sistema produtivo. A pobreza rural/urbana traduzem-se em exclusões espaciais com duas especificidades diferentes. A pobreza rural refere-se a

uma escassez básica de recursos relativa especialmente à baixa produção agrícola e falta de outras atividades de produção alternativas, agravada pelo facto da população rural ser maioritariamente idosa e, por isso, estar dependente de prestações sociais. A pobreza urbana, por sua vez, encerra em si muitas formas diferentes e complexas de exclusão social. Este tipo de pobreza afeta muitos grupos sociais, com baixos rendimentos, falta de qualificações, precariedade de emprego, doenças e outras problemáticas como toxicoddependência ou alcoolismo, tudo isto ainda sujeito a pressões que se criam na urbanização como discriminação e segregação espacial. Por fim, a pobreza temporária e a duradoura. Estas distinguem-se pois a primeira reflete dinâmicas de entrada e saída na pobreza, sendo temporária, e a segunda remete para o processo cíclico de reprodução da pobreza e para a reprodução social dos seus comportamentos e dela mesma enquanto perpetuação.

Na perspetiva da pobreza enquanto fenómeno social surgem diferentes abordagens teóricas de encarar o conceito, entre elas apontamos duas: a sócio-económica e a culturalista. A abordagem sócio-económica relaciona a pobreza com a privação que resulta da falta de recursos económicos estando subjacentes as questões da subsistência e das necessidades básicas. Desta forma, esta abordagem e os estudos nesta área enfatizam mais a pobreza absoluta e relativa, limitando-se de certa forma a descrever situações e categorias mais vulneráveis à pobreza (Capucha,1992, cit. em Rodrigues, s/d, p.68 -69).

Contudo, na sociedade atual, é consensual que não se representa apenas como a insuficiência de recursos económicos. Desta forma, a abordagem culturalista, centra-se no indivíduo, na família, nos grupos sociais, no conceito de cultura de pobreza e *“privilegiam-se as relações interindividuais, as representações e práticas sociais, as estratégias de vida, a organização familiar, os padrões de consumo e os sistemas de valores que configuram modos de vida diferenciados afetos à vivência da pobreza, que frequentemente se transmitem intergeracionalmente.”* (Ferreira, 1997; CIES/CESO I&D, 1998 cit. em Rodrigues, s/d, p.69). Neste estudo, esta será a abordagem utilizada por ser a mais consensual, atual e credível do fenómeno social em estudo e a que, segundo os objetivos deste trabalho, mais nos interessa ter em conta.

Ligado ao conceito de pobreza surge o de **exclusão social**, que se encontra, por inerência, ligado ao conceito de social, sendo a sociedade o referencial, a qual é constituída por um conjunto de sistemas sociais.

Este fenómeno multidimensional constitui-se com a interligação e acumulação de outros fenómenos sociais que proporcionam a sua produção e, por vezes, agudização. Um desses fenómenos é a pobreza. A dimensão da exclusão social não é igual a pobreza, contudo estas duas variáveis complementam-se, assim e como refere Bruto da Costa “*a pobreza representa uma forma de exclusão social, ou seja, que não existe pobreza sem exclusão social. O contrário, porém, não é válido. Com efeito, existem formas de exclusão social que não implicam pobreza*” (Bruto da Costa, 2012, p.63). Desta forma, estes dois conceitos relacionam-se e podemos até dizer que, nas sociedades modernas, pobreza e exclusão social se reforçam mutuamente.

Baseando-se no referencial da sociedade e numa perspetiva sistémica, a exclusão social é assim entendida pelo autor como “*(...)cada uma das esferas da existência social – da mais pequena à mais ampla, da mais simples à mais complexa – constitui um sistema social*”, onde “*a sociedade (local, nacional, regional ou global) será, então, constituída por um conjunto de sistemas sociais, alguns dos quais poderão ser considerados como básicos ou essenciais*” (Bruto da Costa, 2012, p.65).

Neste sentido, a sociedade é vista como um conjunto de sistemas sociais contudo a relação do indivíduo com a sociedade não se baseia apenas nos laços familiares, relações de vizinhança e sociabilidade, mas também no seu posicionamento em termos económicos.

Nesta lógica estar em situação de exclusão social significa estar fora da sociedade, estar na periferia desta. A exclusão social está associada não só à privação de recursos materiais como também sociais, colocando a pessoa à margem dos sistemas sociais. “*Tende a ser excluído todo aquele que é rejeitado de um certo universo simbólico de representações, de um concreto mundo de trocas e transações sociais*” (Fernandes, 1995 cit. em Rodrigues et al, p. 65), assim, em condição de exclusão, o indivíduo entra numa espiral de inutilidade face à sociedade e aos seus pares que o torna cada vez mais excluído e dependente de apoios para sobreviver.

Contudo, a utilização deste conceito de exclusão social é relativamente recente, este surge e começa a ganhar estrutura com a agudização das desigualdades. Consistindo-se assim numa dialética antagónica entre os que mobilizam os seus recursos no sentido de uma participação plena em sociedade e os que se encontram incapacitados ou incapazes de o fazer.

Segundo Capucha (2005, p.91) *“estar em situação de exclusão, não é ser um ‘não membro’ da sociedade, mas sim um (pelo menos tendencialmente) ‘não cidadão’, isto é, um membro da sociedade a quem foram retirados, objetivamente direitos de cidadania”*. Esta noção é similar à que propõe Simmel (1907 cit. em Ivo, 2008, p.175) quando defende que *“(...)os pobres estão mais ou menos na posição do estrangeiro que se encontra (...) materialmente fora do grupo no qual ele reside.”*. Estes dois autores encaram assim a exclusão social não só pela privação material, não sendo esta essencial, mas sim pelo afastamento a que estas pessoas se encontram da sociedade e conseqüentemente dos seus pares na sociedade e da vivência no social.

Um dos casos mais visíveis de exclusão social são os **sem-abrigo**. Segundo, Menezes (2012), a definição de sem-abrigo não é linear sendo questionável que esta seja unanimemente aceite ao nível nacional ou europeu. Segundo a autora, as definições diferem havendo perspectivas que se centram primordialmente no problema habitacional e outras que por outro lado perspetivam o conceito enquadrando-o mais na exclusão social.

Como já foi referido anteriormente, neste estudo iremos adotar a definição apresentada na Estratégia Nacional Para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo (2009-2015) em que: *“Considera-se pessoa sem-abrigo aquela que, independentemente da sua nacionalidade, idade, sexo, condição socioeconómica e condição de saúde, se encontre: a) sem teto – vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário; b) sem casa – encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito”* (ENIPSA, 2009, p. 8). No caso deste estudo, será a alínea b) a que mais nos importará aprofundar.

Em suma, pobreza e exclusão social enquanto conceitos, relacionam-se e acabam por ser fenómenos sociais que diminuem a coesão social e que, por consequência, agudizam as desigualdades sociais, como se tem verificado principalmente desde o início da crise mundial e no nosso país.

Centrando-nos no nosso País, este é um problema social que carece de soluções pois, como refere Lourenço (2005, p.256) *“O problema da pobreza no nosso país é bastante complexo, pois Portugal é, como não devemos esquecer, um país de pobreza persistente e de longa duração e esta pobreza é muito mais resistente a qualquer medida de combate do que a pobreza recente, ou de curta duração, não só pela rigidez das suas causas, mas*

também pela amplitude das suas consequências que se convertem em baixas aspirações, falta de iniciativa, falta de confiança, baixa autoestima, fatalismo, etc”.

Estes fenómenos sociais, como já vimos, encerram em si grandes problemas sociais, um deles é os sem-abrigo. Este é um problema social do Mundo inteiro e sobre o qual vale a pena estudar, dada a sua crescente incidência em Portugal.

Neste projeto e, tendo em conta os constrangimentos temporais e de informação disponibilizada teremos somente em conta a segunda parte desta definição, os sem casa, sendo que analisaremos sem abrigos institucionalizados em respostas sociais de CAT – Centros de Alojamento Temporários e Comunidades de Inserção como adiante falaremos.

Em termos de União Europeia, este conceito tem vindo a ser abordado e refletido, criando-se uma tipologia europeia sobre sem-abrigo e exclusão habitacional, dada a complexidade deste fenómeno e diferenças passíveis de existir na maneira de analisar o mesmo conceito, como aliás podemos verificar pela definição apresentada na ENIPSA.

Assim e tendo em conta a abordagem a analisar neste projeto, apresentamos ainda, de forma a delimitarmos o nosso objeto de estudo, um excerto da tipologia europeia que mais nos interessa:

Quadro 1 - Tipologia europeia sobre sem-abrigo e exclusão habitacional

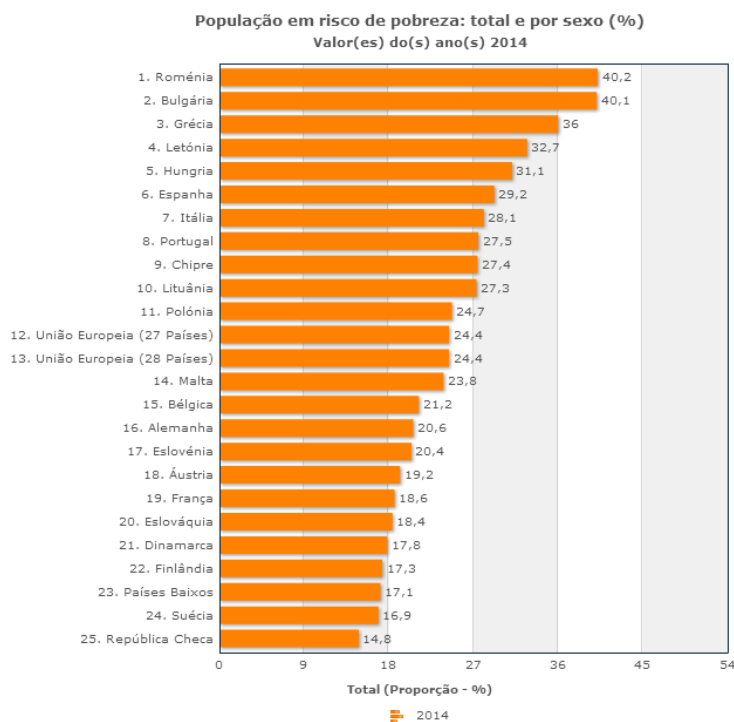
<i>Categoria Conceptual</i>	<i>Categoria Operacional</i>	<i>Definição</i>
Sem casa	Pessoas alojadas em centro de acolhimento temporário/ Acomodação temporária	Centro de acolhimento temporário para sem-abrigo Alojamento temporário (tempo de permanência indefinido, definido e longo)
	Pessoas em casas-abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica	Casas abrigo/ centro acolhimento Alojamento apoiado
	Pessoa em centros de acolhimento para imigrantes e refugiados/ requerentes asilo	Centros de acolhimento Alojamento para repatriados Centros para trabalhadores imigrantes
	Pessoas sujeitas a desinstitucionalização	Instituições penais (período definido a nível nacional) Instituições hospitalares (hospitais psiquiátricos e

		unidades de prestação de cuidados saúde)
	Pessoas em alojamento apoiado (devido a carência/ausência de habitação)	Habitação assistida (grupo) Habitação assistida (individual) “Foyers” Alojamento para mães/pais adolescentes

Fonte: ENIPSA, 2009, p.48

A pobreza e a exclusão social como já vimos são realidades que preocupam à escala mundial. Na Europa como já vimos foram definidas várias medidas, contudo, em Portugal no ano de 2014 esta ainda era uma realidade bastante visível sendo mesmo Portugal segundo o gráfico abaixo o oitavo País com maior número de população em risco de pobreza na Europa.

Gráfico 1 – População em risco de pobreza na Europa (2014)

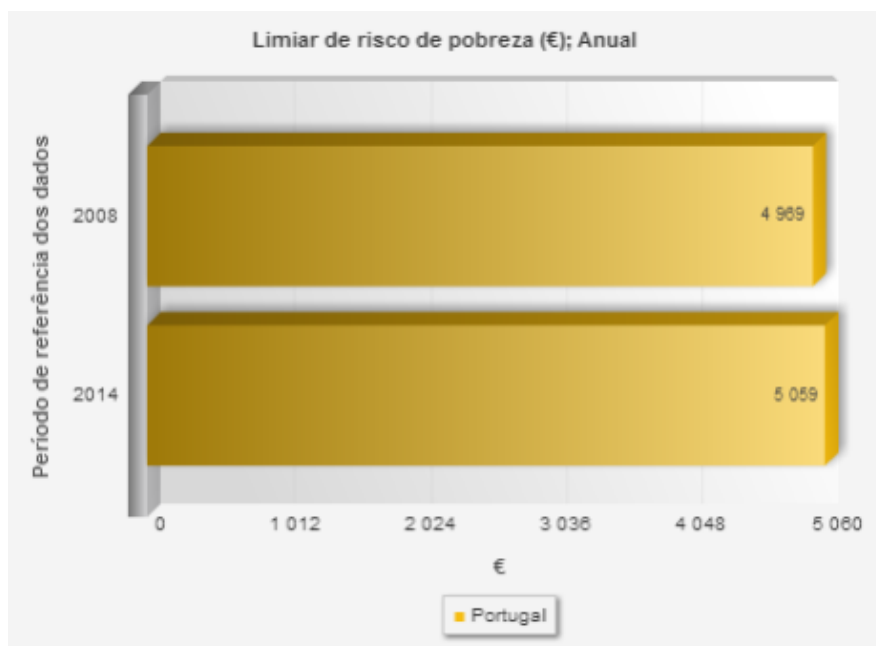


Fonte: <http://www.pordata.pt/DB/Europa/Ambiente+de+Consulta/Gr%C3%A1fico>

Segundo INE podemos definir o limiar de risco de pobreza como “Limiar do rendimento abaixo do qual se considera que uma família se encontra em risco de pobreza. Este valor foi convencionado pela Comissão Europeia como sendo o correspondente a 60% da

mediana do rendimento por adulto equivalente de cada país”¹. Em Portugal, este aumentou significativamente de 2008 para 2014 o que indica um maior risco de Pobreza, como se verificou no gráfico anterior, comprovando a necessidade de se fazerem mais estudos na área e também de, posteriores, intervenções no sentido de alterar este cenário.

Gráfico 2 – Limiar de risco de pobreza anual



Fonte: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0004218&contexto=bd&selTab=tab2

Quanto a dados estatísticos sobre a região Alentejo estes não se encontram disponíveis a partir do indicador atrás analisado, mas face a esta escassez de dados considera-se possível inferir situações de carências económicas a partir de outros indicadores, nomeadamente o poder de compra por regiões e medidas de proteção social, como consta abaixo:

¹ <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=indicators&id=111>

Gráfico 3 – Poder de compra por regiões do País (2013)

Número Índice - % [ver mais anos](#)

Territórios	Poder de compra		
	Anos	1993	2013
Portugal		100,0	100,0
— Continente		101,8	100,8
+ Norte		81,7	92,0
+ Centro		72,9	89,2
+ Área Metropolitana de Lisboa		162,7	125,1
— Alentejo		71,3	89,4
+ Alentejo Litoral		67,4	91,5
+ Baixo Alentejo		61,2	84,6
+ Lezíria do Tejo		77,4	91,7
+ Alto Alentejo		x	85,3
+ Alentejo Central		x	91,4
+ Algarve		109,0	96,4
— Região Autónoma dos Açores		67,6	84,6
+ Região Autónoma dos Açores		67,6	84,6
— Região Autónoma da Madeira		67,0	86,0
+ Região Autónoma da Madeira		67,0	86,0

Fonte: <http://www.pordata.pt/Municipios/Poder+de+compra+per+capita-118>

Quadro 2 - Valor médio das Pensões e Subsídio de Desemprego auferidos pela população do Alentejo (2011)

Proteção social no Alentejo				
Valor em Euros	Pensões		Subsídio Desemprego	
	Valor Médio		Valor Médio	
	Anual	Mensal	Anual	Mensal
Alentejo	4.187	299,07	2.935	244,58
Litoral Alentejano	4.281	305,79	2.635	219,58
Norte Alentejano	4.020	287,14	3.222	268,50
Alentejo Central	4.293	306,64	2.894	241,17
Baixo Alentejo	3.870	276,43	2.718	226,50

Fonte : INE Censos 2011 in <http://amar-abrantes.blogs.sapo.pt/808654.html>

“O Alentejo, com uma população ativa de 263.425 tem cerca 50 mil desempregados (41.773 inscritos nos serviços de emprego) e 192414 pensionistas da segurança social. Uns e outros auferindo rendimentos muito abaixo do limiar da pobreza uma vez que a média mensal da pensão recebida é de 299,07 e do subsídio de desemprego é de 244,58

euros.” (Serra, 2014, s/p)² demonstrando uma lacuna grave e que perpetua a pobreza ao nível regional com medidas somente assistencialistas e com rendimentos, definidos ao nível nacional, mas que não proporcionam “saída” deste círculo de pobreza.

Quanto a dados estatísticos sobre os sem-abrigo no Alentejo esta é uma realidade ainda não estudada e a nível nacional também não foram encontrados dados que quantifiquem a situação, talvez pela volatilidade da população. Contudo, é de extrema importância os dados sobre a pobreza no Alentejo e sobre sem-abrigos virem a estar disponíveis pois só assim se poderá analisar esta população com mais eficácia de forma a intervir mais eficientemente, para melhor compreensão sobre as políticas sociais.

1.2. Evolução do papel do Estado no setor social – pobreza e exclusão social

1.2.1. Papel do Estado no setor social até à crise do Estado Providência

A sociedade é composta por vários sistemas que se relacionam entre si tais como o sistema social e o sistema político. O sistema social consiste num conjunto de instituições e grupos sociais que se relacionam entre si quer em conflito quer em integração, tomando decisões e distribuindo bens e serviços. O sistema político, por sua vez, funciona na interação entre o conflito e a integração e tem por base o sistema social onde coexistem lógicas articuladas apesar de diferentes, da democracia e do mercado que condicionam as medidas de regulação social do Estado.

O Estado sendo um organismo dinâmico e formado por indivíduos e em sociedade, teve de evoluir ao longo dos anos, sendo que esta evolução do Estado de direito para Estado-Providência pode ser vista como a resposta aos problemas que a crescente complexificação da sociedade coloca à estrutura política.

Nesta lógica, o Estado, num contexto democrático e de expansão dos direitos sociais, tem desenvolvido políticas sociais gerais e compensatórias e políticas de regulação económica e de intervenção, de forma a dar resposta às necessidades das populações.

Partindo da reflexão imposta por Simmel (1907,1998, cit. em Ivo, 2008,p.173) acerca dos pobres e dos direitos e obrigações do ser social. Podemos encontrar uma relação óbvia

² In <http://amar-abrantes.blogs.sapo.pt/808654.html>

entre a pobreza e o Estado enquanto órgão decisor e regulador dos direitos e deveres dos cidadãos.

Para Simmel, e por uma questão de consenso, a sociedade é composta por direitos e obrigações inerentes aos cidadãos acabando assim esta por, inevitavelmente, formatar o indivíduo enquanto parte integrante e participante da sociedade.

Desta forma, torna-se importante começar por tentar definir o que se pode entender por Estado, já que dele advém o Estado Providência, as políticas públicas e sociais duma sociedade e que, de certa forma, determinam a forma como se age contra/ e se olha para a pobreza numa determinada sociedade.

Pode-se dizer que o Estado e o seu conceito, ainda que com variações, tem acompanhado a existência humana e evoluído com ela. Segundo Max Weber, sucintamente, “*o Estado é a comunidade humana que dentro de um território reclama para si o monopólio da coação física legítima*” (Weber, 1993, cit. em Caeiro, 2008, p. 191). Neste sentido, segundo o autor, o fator determinante para o Estado se constituir seria o domínio da coação física legítima estando as outras associações sujeitas à decisão do Estado para o seu exercício. Assim, e segundo Weber, “*todo o Estado se funda na força*”.

Tal como a sociedade evoluiu, os seus conceitos e terminologias também a acompanham, desta forma, outra visão de Estado, mais atual e que parece ser mais consensual em termos operacionais é a seguinte: “*Uma organização política (capaz de ser sujeito de adesões e objeto de reivindicações por si mesma, em consequência de um processo de despersonalização do poder) que, no exercício da sua soberania, reclama para si o monopólio da violência legítima (tanto como a potestad para criar e unificar o direito e para gerar uma coesão social mínima) num território delimitado pelas correspondentes fronteiras, cobrindo tais objetivos através da especialização e subsequente integração de uma parte da população numa administração pública – civil e militar – profissional e permanente*” (Badia, 1996, 2006 cit. em Caeiro, 2008, p.195).

Quanto à evolução de Estado, há inúmeras teorias de que o Estado evoluiu por necessidades de políticas da parte dos homens, que se trata de interesses económicos, etc. Contudo, não sendo esse o cerne deste trabalho o que se pretende é analisar a evolução do papel do Estado no setor social.

Uma das mais notórias noções de Estado foi o paradigma ou ideologia do Estado Providência. Por estar mais relacionado com as questões sociais é sobre este que nos iremos debruçar.

Segundo Caeiro (2008,p.210), o Estado Providência, que surge, sensivelmente, no final da I Guerra Mundial e que poderá ser considerado, em termos gerais, como “*o Estado cuja natureza e objetivo seria o de promover o bem-estar social dos cidadãos assente numa lógica de regulação social, económica e política da sociedade.*” Surge, no fundo, para superar as desigualdades sociais tendo assim como pilares: a justiça social e a igualdade. Constituindo-se então como um novo conceito de Estado que tinha como objetivo principal diminuir as desigualdades sociais mas tendo sempre em conta a liberdade do indivíduo. Para tal, pretendia aumentar a intervenção ao nível da distribuição da riqueza e do apoio aos mais carenciados.

“(...) o Estado-Providência pode ser apontado como um fenómeno de modernização geral das sociedades. Como tem sido desenvolvida na maior parte das sociedades democráticas e industrializadas e, também em Portugal, a estrutura do Estado-Providência caracteriza-se por quatro dimensões básicas: 1- pelo desenvolvimento de políticas sociais gerais e políticas compensatórias de protecção de determinados grupos da população; 2- pela implementação de políticas macroeconómicas e de regulação da esfera económica privada, intervindo nas disfuncionalidades das regras de mercado; 3- pelo estabelecimento de formas de conciliação, através da institucionalização da concertação entre parceiros sociais e económicos em torno dos grandes objectivos, como o crescimento económico e a diminuição das desigualdades sociais. 4- pelo incentivo à produtividade, no aprofundamento da divisão científica do trabalho e estimulando o consumo, com suporte em políticas de protecção social que garantam a segurança dos cidadãos. Ou seja, do ponto de vista do modelo político e institucional, o Estado, num contexto democrático e de expansão de direitos sociais, tem desenvolvido políticas sociais gerais e compensatórias e políticas de regulação económica e de intervenção nas disfuncionalidades do mercado.” (Lourenço, 2005, p.21-22).

No período posterior à II Guerra Mundial e por força da crise económica mundial dos anos 70, na Europa começa-se a falar em crise do Estado Providência. Esta crise “*traduzir-se-ia no essencial, na contestação à intervenção do Estado no mercado e particularmente, na contestação ao contexto ideológico em que o Estado Providência se desenvolvia.*” (Caeiro, 2008, p.239-240).

Com a crise do Estado Providência, as lideranças deixam de ser “*motores de desenvolvimento*” (Caeiro, 2009,p.147) e promotores de bem-estar social demitindo-se de grande parte daquilo que anteriormente monopolizavam, entre eles a garantia de uma real democracia colaborante com os princípios de igualdade de oportunidades, diminuição das desigualdades, distribuição da riqueza e apoio aos desfavorecidos. Com esta desresponsabilização de alguns dos problemas sociais por parte do Estado, é a sociedade civil, no papel, muitas vezes, das IPSS e de associações a quem tem vindo a ser delegadas cada vez mais funções sociais, por exemplo a de assistência aos mais desfavorecidos ou de combate à exclusão social ou até mesmo à fome.

1.2.2. Políticas públicas e sociais de combate à pobreza e exclusão social em Portugal

Relacionadas com o desenvolvimento do Estado Providência surgem as **Políticas Públicas**. Estas estão ligadas à atividade administrativa do Estado, com o aprofundamento da sua ação burocrática constituindo elas próprias uma forma de intervenção do Estado na sociedade de forma a resolver a questão da ineficiência do mercado. Podendo assim ser encaradas como “*(...) o resultado da actividade de uma autoridade provida de poder público e de legitimidade institucional.*” (Caeiro, 2008, p.95), sendo claramente esta autoridade entendida como o Estado, com legitimidade institucional e governamental sendo quem é reconhecida para a ação pública.

As políticas públicas podem ainda ser definidas como “*(...) o conjunto de acções do governo no sentido de alcançar um objetivo em relação com um problema ou conflito social.*” (Caeiro, 2008, p.96).

Em suma, as políticas públicas podem ser entendidas como o conjunto de ações ou atividades estatais que visam, direta ou indiretamente, alcançar um objetivo no sentido de criar impacto ou ser determinante na vida dos cidadãos.

Contudo, estas não se podem dizer somente intervencionadas pelo Estado. Segundo, Caeiro (2008, p.98) existem três grupos, privilegiadamente, que são interventores no domínio das políticas públicas: o Estado, as organizações sindicais e as associações empresariais.

Por último, é importante ainda notar que, segundo T. Lowi (1964 cit. em Caeiro, 2008, p.103 e 104) existe uma tipologia de políticas públicas podendo estas tipificar-se em

quatro grupos: Políticas distributivas, Políticas reguladoras, Políticas redistributivas, Políticas constitutivas e Políticas simbólicas.

Quanto às **políticas sociais** podemos dizer que o seu objeto central “(...) *é a procura da promoção do bem-estar social, exercendo um impacto direto nos cidadãos e proporcionando-lhes determinados serviços.*” (Caeiro, 2008, p.61). A promoção do bem-estar social enquanto cerne das políticas sociais faz com que hajam vários modelos de política social: o modelo residual (defende a existência de duas formas de satisfazer as necessidades do indivíduo: mercado e família), o modelo industrial (intui que as necessidades sociais devem ser satisfeitas em função da qualidade do trabalho, da produtividade e do mérito) e o modelo institucional - redistributivo (que se centra no fato de o bem-estar social estar ligado a uma instituição base, fazendo parte no todo social e que proporciona serviços universais e seletivos, fora da troca económica e baseados no princípio da necessidade), sendo este último, claramente, o que mais nos interessa neste estudo.

1.2.3. O Estado Providência e as Políticas sociais em Portugal

Todavia, e como considera Juan Mozzicafreddo (1997, cit. Lourenço, 2005, p.22), “*o desenvolvimento do Estado-Providência em Portugal estruturou-se em termos institucionais, “em torno do modelo “universalista”. Contudo, em termos das medidas que foram sendo implementadas, a evolução tendeu mais para um modelo instrumental e selectivo. Significa isto que o processo de estruturação assenta na produção de políticas sociais, de mecanismos da esfera económica e de políticas de concertação social, equacionadas predominantemente como resposta às solicitações imediatas das populações.*” Isto leva a que o processo seja descontínuo e fragmentado e a que a ajuda ou resposta às necessidades das populações seja ela mesma uma resposta assistencialista e meramente responsiva às necessidades imediatas e mais básicas do indivíduo.

Este modelo de intervenção, tem como principal objetivo “*controlar os grupos sociais vistos como mais perigosos, reagrupando-os todos numa mesma categoria e colocando-os em bairros, asilos, hospitais, etc., espaços destinados a receber e a controlar grupos sociais passíveis de ameaçar a ordem social*” (Rodrigues, 2010,p.196). Nesta ótica pode-se dizer que o assistencialismo acaba por perpetuar formas de pobreza e reproduzi-la ainda mais. Podendo até falar-se em “cultura de pobreza” que irá resultar num

acomodamento dos indivíduos em situação de pobreza face aos benefícios que vão tendo, aos seus modos de vida e que, podem ser impeditivos de uma reinserção na sociedade. Contudo, é de notar que esta análise da cultura da pobreza enquadrada na reprodução da condição de pobre, nos seus modos de vida e acomodamento, não é redutora das próprias políticas sociais, sendo que estas, muitas vezes, contribuem para que isto aconteça quando as práticas que as regem são desajustadas e, mesmo que indiretamente, acabem por reproduzir a pobreza nos seus limites. Assim sendo, e como defende Fernandes (2000, p.212; cit. em Rodrigues, 2010, p. 197) *“Neste caso, as representações sociais tendencialmente voltadas para a reprodução social necessitam de ser alteradas de modo a favorecer a produção social”*.

Assim, segundo a opinião de vários autores é necessária uma reestruturação do Estado-providência, Costa Esping-Andersen defende que, *“Uma estratégia “win-win” para a reestruturação do Estado-Providência impõe-se por si própria. Em primeiro lugar, uma vez que nem a privatização nem a responsabilização das famílias podem ser consideradas ótimas, segundo Pareto, um Estado-Providência mais alargado (com ou sem um amplo “terceiro-sector”) será inevitável. Em segundo lugar, tal estratégia deve otimizar, de imediato, a fecundidade e o emprego, e minimizar os riscos de pobreza”* (Esping-Andersen, Costa, 1998, p. 15 cit. em Lourenço, 2005, p.26).

Pode-se concluir que Portugal teve um Estado Providência tardio e que sendo desenvolvido com base em políticas mais seletivas do que universais e mais instrumentais e fragmentadas do que integradas, tende a ser questionado devido principalmente às consequências que acarreta.

Como é natural, desta forma, o surgimento das políticas sociais, bem como todo o funcionamento do País, em Portugal, foi condicionado pelo desenvolvimento das formas de Estado que foram tendo a sua existência histórica no País.

As políticas sociais em Portugal, contudo, têm vindo a caracterizar-se por uma certa descontinuidade na sua implementação e por uma alteração na sua orientação. No campo da Segurança Social têm sido, sobretudo, privilegiados os casos de mais forte necessidade (pensões e as prestações sociais a crianças, idosos, deficientes e pobres). Sendo que, no domínio da Ação Social, as que visam melhorar as condições de integração social, sendo criados equipamentos de apoio e apoiando programas de luta contra a pobreza.

Como é referido por Lourenço (2005, p.27) “*A pobreza e o combate à sua existência, é uma questão central das políticas sociais*”, sendo que, não podemos esquecer que esta situação de combate à pobreza não poderá somente ser encarada como algo económico mas também político e social. Sendo como tal importante desenvolver a intervenção nesta área de forma multidisciplinar e concertada tendo como base uma equipa proveniente de várias áreas, segurança social, economia, emprego, formação profissional, educação, habitação, etc.

Emergiu ainda, nos últimos anos, uma reorientação das políticas sociais para a questão do emprego no sentido das políticas de inserção diferentes das políticas de integração próprias do projeto original do Estado-Providência o que leva a dizer que, progressivamente as políticas sociais vão-se adaptando às novas circunstâncias, realidades e necessidades sociais e económicas dos indivíduos. Como refere Sousa et al (2007, 86-87) “*a nova geração de políticas sociais privilegia a inserção social em vez da subsidiação do risco, a participação ativa dos beneficiários no desenho e aplicação das medidas em vez da submissão passiva às determinações dos técnicos sociais, a personalização da ajuda em vez da massificação, a coresponsabilização do prestador e do beneficiário na aplicação da medida, a descentralização do desenho das medidas de políticas e a sua gestão partilhada pelas instituições locais, o efeito da proximidade em vez da solicitude distante, a flexibilidade das ações em vez da tipificação das valências*”.

Esta nova importância dada à questão do emprego surge num contexto em que emerge um dos mais graves problemas sociais contemporâneos, o desemprego de longa duração. Este, por sua vez, origina muitos outros problemas sociais, formas de exclusão social e novas formas de pobreza na Europa as quais “*reconfiguraram a crise do Estado-Providência e recolocaram no centro do debate social e político a questão dos direitos sociais e da cidadania em relação com a emergência de uma nova questão social no centro da qual sobressai a questão do desemprego, agora revestido de novas características – o desemprego de exclusão*” (Lourenço, 2005, p.33).

Como refere ainda Castel (1996), a questão central e mais perturbadora da situação atual concentra-se no ressurgimento de um perfil de “trabalhadores sem trabalho”, os quais ocupam na sociedade um lugar à margem e de “inúteis ao mundo” (cf. Castel, 1996, referido por Branco, Francisco, 1999, p. 68 cit. em Lourenço, 2005, p.32).

1.3. Medidas de Proteção social e Respostas sociais de combate e Exclusão Social em Portugal

As políticas inclusivas e de combate à pobreza bem como os Programas de luta contra pobreza em Portugal iniciaram-se na década de 90, tendo em conta os estudos sobre a pobreza que funcionaram como alavanca para o reconhecimento político e social desta temática bem como as exigências a nível europeu. Sendo na Cimeira de Lisboa em Março de 2000 que “(...) *Portugal e os restantes Estados Membros da União Europeia (EU) assumiram o compromisso de produzir um impacto decisivo na erradicação da pobreza até 2010.*” (Rodrigues et al. 2008, p.5), compromisso esse que tem vindo a ser renovado pela União Europeia em anos posteriores, como é o caso da Europa 2020 que também reforça a questão da erradicação da pobreza e exclusão social como um dos principais objetivos.

De salientar o papel destes Programas de Luta Contra a Pobreza que, desde os anos 90, têm apoiado iniciativas locais, no sentido de combater a pobreza e a exclusão social, tendo em conta uma lógica integrada e articulada que reforça o papel das parcerias locais e do *empowerment* institucional, numa finalidade de auto-sustentabilidade das ações futuras.³

Em Portugal, até ao ano 2000, as políticas de combate à pobreza e exclusão social foram desenvolvidas tendo como base uma estratégia europeia, com programas específicos para públicos-alvo e geografias concretas.

Assim, e enquanto prioridade na governação, o combate às desigualdades sociais e à pobreza teve como expressão, após este Conselho Europeu, sucessivos Planos Nacionais de Ação para a Inclusão (PNAI). Este tinha como objetivo “*contribuir para a construção de uma sociedade inclusiva, em que todos os cidadãos tenham lugar e participem para o bem coletivo*” (Madeira, 2003, p.2) bem como “*criar políticas destinadas a evitar rupturas de existência susceptíveis de conduzir a situações de exclusão social, nomeadamente no que se refere a casos de sobreendividamento, exclusão social ou perda de habitação*” (ENPISA, 2009, p.5).

Assim, acrescenta ainda Madeira (2003, p.2) “*O PNAI é, pois, um instrumento para a acção que convoca a sociedade a unir-se, de forma complementar entre todos os agentes que se sentem interpelados pelas desigualdades sociais e pelas injustiças existentes que*

³ In <http://www.eapn.pt/projeto/10/activar-a-participacao>

"atiram" pessoas e famílias para as margens, ficando excluídas do acesso aos direitos essenciais". De notar a importância dada à necessidade da participação e envolvimento de todos os agentes, inclusivamente os próprios desfavorecidos nos processos de inclusão.

Os PNAI teriam como objetivos últimos a que os Estados-membros deveriam atender: 1) Acesso universal aos recursos, direitos e serviços para a participação na sociedade; 2) inclusão social ativa dos cidadãos sem exceção, por exemplo, no mercado de trabalho; 3) inclusão, participação e coordenação nas políticas de inclusão de todos os intervenientes (níveis de governo, pessoas que vivem na pobreza, etc).

Estes PNAI foram-se sucedendo passando, após revisão da Estratégia de Lisboa em 2006, a estar inscritos em Planos mais abrangentes, de Proteção Social e Inclusão Social, de forma a terem uma intervenção mais abrangente de inclusão não englobando apenas a acessibilidade a serviços de qualidade mas também o acesso a um rendimento adequado e ao mercado de trabalho para evitar a exclusão social.

Contudo, nos relatórios conjuntos da Comissão Europeia relativos aos PNAI anteriores a 2009, têm-se vindo a identificar o fenómeno dos sem-abrigo e as políticas dirigidas a esta temática como uma das prioridades em quase todos os países. Em particular, como é citado na ENPISA (2009-2015) no relatório de 2007 é identificado o fenómeno dos sem-abrigo e exclusão habitacional como um dos três principais desafios no âmbito da proteção social e inclusão social.

Assim, várias decisões foram tomadas no sentido de solucionar o problema, em março de 2008 o Parlamento Europeu aprova uma declaração escrita em que os Estados se comprometem a solucionar o problema dos sem-abrigo até 2015, e, em Novembro desse mesmo ano é feita uma recomendação de compromisso no sentido de as políticas ligadas ao fenómeno dos sem-abrigo serem inseridas no quadro do Ano Europeu 2010 de Luta contra a Pobreza e Exclusão.

Todos estes compromissos assumidos bem como os objetivos dos PNAI principalmente os relacionados com o risco de exclusão social dos grupos mais vulneráveis, a participação de todos os atores e até os casos de pobreza extrema, como os que perdem a sua habitação, fenómeno dos sem-abrigo tem vindo a ser preocupação para o Governo Português. Assim, criou-se um Grupo Interinstitucional composto por várias entidades públicas e privadas consideradas chave para a intervenção neste fenómeno coordenado pelo Instituto da Segurança Social, IP (ISS,IP) cuja missão era desenvolver uma

Estratégia Nacional com vista não só a cumprir as orientações europeias nesta temática mas também a contribuir para a criação de medidas que visem prevenir e criar condições para que sejam acompanhadas e evitadas situações de risco prevenindo que ninguém tenha de permanecer sem alojamento condigno.

Esta Estratégia é criada em 2009 objetivando-se até 2015, no sentido da resolução de um problema encontrado e da consciencialização da insuficiência de conhecimento atualizado sobre o mesmo. Esta nasce também da tomada de consciência de que existe um défice na resposta dada ao problema resultante em grande medida da falta de articulação e de trabalho em rede entre as intervenções. Por fim, advém também da necessidade de consensualizar um tipo de resposta que rentabilize os recursos existentes e evite a duplicação e sobreposição de esforços.

Assim, esta pretende ser um conjunto de orientações gerais e de compromissos entre as diversas entidades que visa operar a nível local no âmbito das redes sociais locais (Conselhos Locais de Ação Social) adequados aos planos específicos e necessidades locais, sendo que, sempre que o número de sem-abrigo justifica, deveria constituir-se um Núcleo de Planeamento, Intervenção a Sem-Abrigo (NPISA) e delinear-se um conjunto de respostas integradas (Pereira, 2016)⁴.

Relativamente aos resultados obtidos com a Estratégia foi aprovado em ***“Resolução da Assembleia da República n.º 45/2016: Avaliação e criação de uma nova estratégia nacional para a integração de pessoas sem –abrigo. A Assembleia da República resolve, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, recomendar ao Governo que: 1 — Proceda a uma avaliação participada da estratégia nacional para a integração de pessoas sem -abrigo, incluindo todas as entidades parceiras e as próprias pessoas sem –abrigo; 2 — Crie, a partir desse balanço, uma nova estratégia nacional para a integração de pessoas sem -abrigo, garantindo a parceria numa atividade transversal entre os diferentes setores da política social, as entidades envolvidas e as pessoas sem –abrigo; 3 — Destine recursos à concretização desta estratégia, que garantam o cumprimento dos***

⁴ <https://www.publico.pt/2016/03/17/sociedade/noticia/estrategia-nacional-para-a-integracao-de-semabrigo-esta-a-ser-avaliada-1726412>

seus objetivos. (Aprovada em 23 de fevereiro de 2016. O Presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues)”⁵

Nos últimos anos foram surgindo ainda outras medidas de política social, algumas delas assentes nas prestações sociais para pessoas carenciadas, tais como o antigamente designado de Rendimento Mínimo Garantido, atual Rendimento Social de Inserção, que “*É um apoio para os indivíduos e famílias mais pobres, constituído por: um contrato de inserção para os ajudar a integrar-se social e profissionalmente; uma prestação em dinheiro para satisfação das suas necessidades básicas. As pessoas, para receberem o Rendimento Social de Inserção, celebram e assinam um Contrato de Inserção, do qual consta um conjunto de deveres e direitos, com vista à sua integração social e profissional.*”⁶ (Instituto da Segurança Social, 2016, p.4) sendo sobre este que iremos referir-nos variadas vezes neste projeto dado o público-alvo do mesmo.

Neste ponto não poderíamos deixar de brevemente destacar uma das Redes importantes neste combate contra a Pobreza e Exclusão Social, a EAPN - *European Anti Poverty Network* (Rede Europeia Anti-Pobreza) que se constitui como a maior rede europeia de redes nacionais, regionais e locais de ONG, bem como de Organizações Europeias ativas na luta contra a pobreza. Iniciada em 1990, em Bruxelas, a EAPN está atualmente representada em 31 países, nomeadamente em Portugal, país no qual o Estado português assume integralmente o seu financiamento; um instrumento renovado de política social territorial, abrangendo pessoas e áreas de grande vulnerabilidade à pobreza e exclusão social. Um dos principais objetivos da Rede Europeia Anti-Pobreza é a mobilização de todos os atores e, sobretudo, daqueles que enfrentam situações de pobreza e de exclusão social.⁷

Com variadíssimos núcleos espalhados pelo País, esta rede pretende “*Contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e solidária, em que todos sejam corresponsáveis na garantia do acesso dos cidadãos a uma vida digna, baseada no respeito pelos Direitos Humanos e no exercício pleno de uma cidadania informada, participada e inclusiva.*”⁸

⁵ <https://dre.pt/application/file/73856186>

⁶ http://www.seg-social.pt/documents/10152/15010/rendimento_social_insercao

⁷ In <http://www.eapn.pt/quem-somos> e <http://www.eapn.pt/objetivos>

⁸ In <http://www.eapn.pt/missao-visao-valores>

De forma sumária e tendo em conta o site do Instituto de Segurança Social, apresentamos o seguinte quadro com o conjunto de Programas de Apoio ao Desenvolvimento Social - instrumento da política de combate á pobreza e exclusão social no nosso País bem como a sua descrição sumária. Ao longo do projeto iremos analisar alguns destes programas enquadrados no tema em estudo e no objeto analisado na parte empírica do presente projeto.

Quadro 3 - Instrumentos de Política de combate à Pobreza e exclusão social – Programas de Apoio ao Desenvolvimento Social

<i>Programas</i>	<i>Descrição</i>
Redes Locais de Intervenção Social (RLIS)	O programa Rede Local de Intervenção Social (RLIS) assenta numa lógica de intervenção articulada e integrada de entidades com responsabilidade no desenvolvimento da ação social que visa potenciar uma atuação concertada dos diversos organismos e entidades envolvidas na prossecução do interesse público.
Clique Solidário	O Programa Clique Solidário contribuiu para a criação de uma sociedade de informação inclusiva, através do financiamento de espaços Internet em Instituições que atuassem na área da solidariedade
Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS)	Os Contratos Locais de Desenvolvimento Social têm por finalidade promover a inclusão social dos cidadãos, de forma multisectorial e integrada, através de ações a executar em parceria, para combater a pobreza persistente e a exclusão social em territórios deprimidos.
Contratos Locais de Desenvolvimento Social Mais (CLDS+)	O Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social Mais (CLDS+) é uma

	<p>nova vaga dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social e tem por finalidade promover a inclusão social dos cidadãos através de ações, a executar em parceria, que permitam contribuir para o aumento da empregabilidade e para o combate das situações críticas de pobreza.</p>
<p>Contratos Locais de Desenvolvimento Social - 3G (CLDS- 3G)</p>	<p>O Programa Contratos Locais de Desenvolvimento Social - 3G (CLDS - 3G) tem como finalidade promover a inclusão social dos cidadãos, através de ações a executar em parceria, por forma a combater a pobreza persistente e a exclusão social.</p>
<p>Plano DOM - Desafios, Oportunidades e Mudanças</p>	<p>O Plano DOM – Desafios, Oportunidades e Mudanças, implementa medidas de qualificação da rede de Lares de Infância e Juventude, incentivadoras de uma melhoria contínua da promoção de direitos e proteção das crianças e jovens acolhidas, no sentido da sua educação para a cidadania e desinstitucionalização em tempo útil.</p>
<p>Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados (PCAAC)</p>	<p>O Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados (PCAAC) é uma ação anualmente promovida pela Comissão e executada pelos Estados-membros que, utilizando as existências de intervenção de vários produtos agrícolas, visa distribuir produtos alimentares às pessoas mais necessitadas na Comunidade Europeia.</p>

<p>Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas (PCHI)</p>	<p>O Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas tem por finalidade a qualificação habitacional das condições básicas de habitabilidade e mobilidade dos idosos que usufruem do Serviço de Apoio Domiciliário ou frequentem a resposta Centro de Dia, de forma a prevenir e a evitar a sua institucionalização e dependência.</p>
<p>Programa de Apoio Integrado a Idosos (PAII)</p>	<p>O Programa de Apoio Integrado a Idosos caracteriza-se por um conjunto de medidas inovadoras que contribuem para a melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas.</p>
<p>Programa de Cooperação para o Desenvolvimento da Qualidade e Segurança das Respostas Sociais</p>	<p>O Programa de Cooperação para o Desenvolvimento da Qualidade e Segurança das Respostas Sociais promove a qualidade das respostas sociais de âmbito público, privado e solidário.</p>
<p>Programa para a Inclusão e Desenvolvimento (PROGRIDE)</p>	<p>O Programa para a Inclusão e Desenvolvimento promove o desenvolvimento de projetos dirigidos a territórios onde a pobreza e exclusão social justifica intervir prioritariamente.</p>
<p>Programa Sem Fronteiras</p>	<p>O Programa Sem Fronteiras é um programa de atividades de férias para crianças e jovens acolhidos em Lares e Centros de Acolhimento Temporário de Instituições, públicas e privadas, em Famílias de Acolhimento, em acompanhamento pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens e em outros Programas,</p>

	<p>bem como a beneficiários do Rendimento Social de Inserção.</p>
<p>Programa Ser Criança</p>	<p>O Programa Ser Criança procura a integração familiar e sócio-educativa de crianças em risco de exclusão e marginalização social e familiar, numa perspetiva de prevenção e atuação precoce, promovendo condições adequadas para o seu desenvolvimento global e para o exercício pleno da sua cidadania.</p>
<p>Projeto Nascer Cidadão</p>	<p>O Projeto Nascer Cidadão permite realizar o registo do nascimento das crianças no hospital/maternidade, evitando deslocações à Conservatória do Registo Civil.</p>
<p>Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI)</p>	<p>A Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados é constituída por um conjunto de Instituições, públicas ou privadas, que prestam (ou virão a prestar) cuidados continuados de saúde e de apoio social a pessoas em situação de dependência, tanto na sua casa como em instalações próprias.</p>
<p>Plano de Intervenção Imediata</p>	<p>O Plano de Intervenção Imediata (PII) é um instrumento de monitorização nacional e anual da evolução dos projetos de vida de crianças que se encontram separadas do seu meio familiar natural, estando acolhidas nas várias respostas sociais do sistema de proteção.</p>
<p>Programa de Apoio e Qualificação da Medida PIEF (PAQPIEF)</p>	<p>O Programa de Apoio e Qualificação da Medida PIEF - Programa Integrado de Educação e Formação tem a finalidade de promover a inclusão social de crianças e jovens</p>

	mediante a criação de respostas integradas, designadamente socioeducativas e formativas de prevenção e combate ao abandono e insucesso escolar.
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: <http://www.seg-social.pt/programas-de-apoio-ao-desenvolvimento-social>

Por inerência, interligadas à questão das políticas sociais surgem as respostas sociais enquanto preconizadores de um serviço que a comunidade revela necessitar e reclamar.

Estas respostas entendem-se, assim, não como formas estáticas de intervenção, algumas delas apoiadas por equipamentos, mas sim como formas dinâmicas e que se querem em constante mutação, tendo em conta a complexidade da realidade social. Sendo que, o seu ajustamento e flexibilidade face às alterações na estrutura social torna-se essencial para a prestação de um serviço eficaz de combate às situações de carência e de necessidade que os indivíduos carenciados necessitam, bem como é de notar a importância de estas não serem uma resposta imediata mas sim preventiva.

Guiando-nos pela estrutura e respostas sociais contidas no documento “Respostas Sociais – Nomenclaturas / Conceitos” aprovado pelo Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Trabalho e da Solidariedade em 6.11.2000, e que tem vindo a ser atualizado com a coordenação da Direcção-Geral da Segurança Social da Família e da Criança (DGSSFC), foi constituído um Grupo de Trabalho que integrou representantes da Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento (DGEEP), Instituto de Segurança Social, I.P. (ISS,I.P.), Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS), Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) e Casa Pia de Lisboa, I.P. (CPL, I.P.). E tendo em conta o nosso objeto de estudo, elaborámos o seguinte quadro de forma a entender quais as respostas sociais para este público-alvo, os sem-abrigo.

Assim, e seguindo a estrutura do documento supracitado, as respostas sociais encontram-se divididas em grupos: “infância e juventude”, “população adulta”, “família e comunidade” e “grupo fechado de respostas pontuais”. Centrando-nos na população sem-abrigo esta pode enquadrar-se em dois dos grupos: população adulta e família e comunidade. Tendo isso em conta, apresentamos o seguinte quadro síntese das respostas

sociais para sem-abrigo propostas pelo ISS como para esse público e em prática em Portugal.

Quadro 4 - Respostas Sociais para Adultos/ Família e Comunidade

Tipologia da Resposta	Resposta Social	Descrição
Pop. Adulta – Pessoas sem-abrigo	Equipa de rua para pessoas sem-abrigo	Resposta social, desenvolvida através de um serviço prestado por equipa multidisciplinar, que estabelece uma abordagem com os sem-abrigo, visando melhorar as suas condições de vida. Destina-se a pessoas sem-abrigo que não se dirigem aos serviços.
Pop. Adulta – Pessoas sem-abrigo	Atelier Ocupacional	Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao apoio à população adulta, sem abrigo, com vista à reabilitação das suas capacidades e competências sociais, através do desenvolvimento de atividades integradas em programas “estruturados” que implicam uma participação assídua do indivíduo, ou “flexíveis” onde a assiduidade depende da sua disponibilidade e motivação.
Família e Comunidade em Geral	Comunidade de Inserção	Resposta social, desenvolvida em equipamento, com ou sem alojamento, que compreende um conjunto de ações integradas com vista à inserção social de diversos grupos alvo que, por determinados fatores, se encontram em situação de exclusão ou de marginalização social. Destinatários: z Pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade que necessitam de ser apoiadas no processo da sua integração social, designadamente, mães solteiras, ex-reclusos, sem abrigo.
Família e Comunidade em Geral	Centro de Alojamento Temporário – CAT	Resposta social, desenvolvida em equipamento, que visa o acolhimento, por um período de tempo limitado, de pessoas adultas em situação de carência, tendo em vista o encaminhamento para a resposta social mais adequada. Destinatários: Pessoas adultas em

		situação de carência, nomeadamente população flutuante, sem-abrigo e outros grupos em situação de emergência social.
Família e Comunidade em Geral	Atendimento/ Acompanhamento Social	Resposta social, desenvolvida através de um serviço de primeira linha, que visa apoiar as pessoas e as famílias na prevenção e/ou reparação de problemas geradores ou gerados por situações de exclusão social e, em certos casos, atuar em situações de emergência. Destina-se a Pessoas e famílias residentes numa determinada área geográfica (freguesia, concelho...), que se encontram em situação de vulnerabilidade social ou outras dificuldades pontuais.
Família e Comunidade em Geral	Grupo de auto-ajuda	Resposta social, desenvolvida através de pequenos grupos para inter-ajuda, organizados e integrados por pessoas que passam ou passaram pela mesma situação/problema, visando encontrar soluções pela partilha de experiências e troca de informação. Destinatários: Jovens e adultos com deficiência e suas famílias; Jovens e adultos com problemática psiquiátrica grave estabilizada e de evolução crónica e suas famílias; Outros jovens e adultos com problemas específicos.
Família e Comunidade em Geral	Refeitório/ cantina social	Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao fornecimento de refeições, em especial a indivíduos economicamente desfavorecidos, podendo integrar outras atividades, nomeadamente de higiene pessoal e tratamento de roupas. Destinatários: z Pessoas/famílias economicamente desfavorecidas

Fonte: DGSSFC – Lisboa 2006 in <http://www.seg-social.pt/familia-e-comunidade>

1.4. Papel das Instituições de Apoio Social e de Inserção Social: Inserção ou Dependência?

1.4.1. A Economia Social e Solidária: um novo paradigma de desenvolvimento?

Como já tem vindo a ser referido por vários autores não é fácil definir a pobreza e medí-la. Pela sua complexidade e multidimensionalidade esta abarcar qualquer faixa etária, qualquer população em qualquer altura da vida.

Segundo Paugam (2003) no seu livro “A Desqualificação Social” o conceito analítico dos “pobres” pode ser substituído pelo termo “assistidos”, os “fragéis” e os “marginais” segundo o tipo de assistência social. Transformando assim o conceito pré-definido para um conceito sociologicamente construído: “é a sociedade que, num dado momento, reconhece e define os “pobres” através das suas instituições de assistência”. Mas afinal o que é a assistência social?

O mesmo autor (2003) refere ainda que, a pobreza é muitas vezes encarada como um disfuncionamento do sistema económico, uma anomalia, símbolo do fracasso social, assim a “assistência aos pobres” é um dos fundamentos da ordem social das sociedades modernas que acreditam dever ir em socorro dos que mais precisam, dos que menos tem de forma a solucionar este problema intolerável nas sociedades igualitárias que é a pobreza.

E em que se entende a assistência social como as *“prestações ou apoios discriminatórios, dependentes de decisões que chegam a enaltecer quem as toma e que, com a mesma discricionariedade com que são tomadas, podem ser alteradas ou retiradas. Por outras palavras, essas medidas não têm subjacente qualquer noção de direitos por parte dos necessitados.”* (Bruto da Costa, 2015, p.14).

Podemos ainda afirmar por isso que as políticas sociais, orientadas para os mais necessitados, encontram expressão na assistência social ou ação social (Sousa et al, 2007).

Desta forma, e segundo a Lei nº4/2007, de 16 de janeiro que aprova a Nova Lei de Bases do Sistema de Segurança Social. Seção II – art.29º a ação social tem 3 objetivos:

“1 - O subsistema de ação social tem como objectivos fundamentais a prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade sócio-económica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais, bem como a integração e promoção comunitárias das pessoas e o desenvolvimento das respectivas capacidades.

2 - O subsistema de acção social assegura ainda especial protecção aos grupos mais vulneráveis, nomeadamente crianças, jovens, pessoas com deficiência e idosos, bem como a outras pessoas em situação de carência económica ou social.

3 - A acção social deve ainda ser conjugada com outras políticas sociais públicas, bem como ser articulada com a actividade de instituições não públicas.”⁹

Segundo Cabral (2001) o conceito “ação social”, pode enquadrar-se em três tipos de atividades: 1) Assistência económica – através de prestações pecuniárias ou subsídios; 2) Apoio Social – através da utilização de equipamentos sociais que suprem a impossibilidade ou incapacidade das famílias de apoiar alguns dos seus membros e 3) Assistência familiar – mediante o apoio direto às famílias, o que implica a intervenção de agentes do serviço social na comunidade numa perspectiva de aconselhamento ou orientação dos membros do agregado familiar.

Há autores porém que preferem o termo “ação social” por defenderem que esta é mais consentânea com a ideia de “justiça”. Outros porém, preferem utilizar a palavra “assistencialismo” dada a forma como esta é realizada e encarada perante os vários atores sociais envolvidos e principalmente pelo fato da definição de assistência social, como já vimos, não ter subjacente qualquer direito dos necessitados.

Relativamente ao termo assistencialismo, a Carta Social Europeia, do Conselho da Europa, que Portugal ratificou e a que está obrigado no seu artigo 13º define o “Direito á assistência social e médica” ainda no artigo 30º se define “o direito de protecção contra a pobreza e exclusão social”¹⁰, sendo estes encarados então como direitos.

Estes direitos assistem “a qualquer pessoa que não disponha de recursos adequados e que não esteja em condições de os angariar pelos seus próprios meios ou de os receber de outra fonte, designadamente por prestações resultantes de um regime de segurança social” (Bruto da Costa, 2015, p.15).

O que remete para a conceptualização da economia social, que frequentemente também é tida como sinonimo de economia solidária. Para a Rede Intercontinental para Promoção de Economia Social e Solidária (RIPESS), a economia social e solidária é um movimento que pretende promover a mudança em todo o sistema social e económico, defendendo um paradigma de desenvolvimento diferente assente nos princípios da Economia Solidária.

⁹ http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=2243&tabela=leis

¹⁰ Carta Social Europeia Revista (1991), Conselho da Europa

A Economia Social e Solidária é tida como uma dinâmica de reciprocidade e solidariedade que concilia os interesses individuais com os coletivos”. Isto é, a Economia Social e Solidária pretende promover e criar condições de vida dignas para todos e todas a uma escala glocal.

Segundo o mais recente normativo da Economia Social em Portugal – Lei de Bases da Economia Social/março de 2013, esta corresponde a:

- “Economia Social são (...) conjunto das atividades económico-sociais, livremente levadas a cabo pelas entidades referidas no artigo 4.º da presente lei” (Artigo 2.º, 1);
- Centrando-se na missão dessas entidades que têm como fim “prosseguir o interesse geral da sociedade, quer diretamente, quer através da prossecução dos interesses dos seus membros, utilizadores e beneficiários, quando socialmente relevantes” (Artigo 2.º, 2);

Apresentando uma lista aberta de entidade do setor (Artigo 4.º): “a) As cooperativas; b) As associações mutualistas; c) As misericórdias; d) As fundações; e) As Instituições Particulares de Solidariedade Social não abrangidas pelas alíneas anteriores; f) As associações com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local; g) As entidades abrangidas pelos subsetores comunitário e autogestionário, integrados nos termos da Constituição no setor cooperativo e social; h) Outras entidades dotadas de personalidade jurídica, que respeitem os princípios orientadores da Economia Social previstos no artigo 5.º da presente lei e que constem da base de dados da Economia Social”. De acordo com a Conta Satélite da Economia Nacional, criada em 2010, o setor da Economia Social português era composto por mais de 50.000 organizações, das quais 94% eram associações, seguidas das cooperativas, fundações e mutualidades. Este setor empregava cerca de 200.000 pessoas. O Valor Acrescentado Bruto (VAB) representava 2,8% do VAB nacional, representando 4,7% do emprego nacional e 5,5% do emprego remunerado¹¹.

No presente estudo as que mais nos importam, de apoio social e que vamos analisar na parte empírica enquadram-se nas IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social).

¹¹ INE, 2013, Conta Satélite para a Economia Social, 2010
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_bo ui=157543613&PUBLICA COESmodo=2

Segundo o Guia Prático do Instituto da Segurança Social sobre a constituição das Instituições Particulares de Solidariedade Social (2014, p.4), *“As instituições particulares de solidariedade social (IPSS) são constituídas por iniciativa de particulares, sem finalidade lucrativa, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos, que não sejam administradas pelo Estado ou por um corpo autárquico, para prosseguir, entre outros, com objetivos de apoio social à família, crianças e jovens, idosos e integração social e comunitária, mediante a concessão de bens e a prestação de serviços. • Apoio a crianças e jovens; • Apoio à família; • Proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho; • Promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação; • Educação e formação profissional dos cidadãos; • Resolução dos problemas habitacionais das populações”*. Tendo as IPSS o objetivo de prestar uma ou mais destas respostas à comunidade, em estreita ligação com esta e em rede com as Instituições locais.

Como refere ainda Sónia Sousa et al (s/d, p.7) a propósito das IPSS, *“(…) estas são uma realidade multissecular na sociedade portuguesa, e encontram-se dispersas por todo o país. Durante séculos foram a instância fundamental de protecção social. No entanto, sobretudo a partir do século XX, com o advento da previdência e, depois, da segurança social, evoluíram para um papel diferente, mantendo embora, e até aumentando, as suas actividades. A mudança traduziu-se, em especial, no facto de o Estado assumir a responsabilidade política pela protecção social, mediante a consagração de direitos e a prestação de serviços diversos. Para esta prestação, o Estado recorreu à participação das IPSS, regulando sua actividade e assegurando-lhes uma parte significativa do financiamento.”*

As IPSS podem ser de natureza associativa (associações de solidariedade social; associações de voluntários de ação social; associações de socorros mútuos ou associações mutualistas ou irmandades da Misericórdia) ou fundacional (fundações de solidariedade social ou os centros sociais paroquiais e outros institutos criados por organizações da Igreja Católica ou por outras organizações religiosas, sujeitos ao regime das fundações de solidariedade social.¹²

¹² Guia Prático – Constituição de Instituições Particulares de Solidariedade Social (Instituto da Segurança Social, 2014)

“É indiscutível a importância do papel que as instituições sociais sem fins lucrativos, enquanto movimentos não governamentais, têm desempenhado, assente em princípios de solidariedade e de envolvimento individual num processo de cidadania activa e socialmente responsável. Verdadeiras promotoras do desenvolvimento e da coesão local, geradoras de emprego e de qualidade de vida, dão também expressão ao voluntariado, que nas palavras de Ernesto Fernandes, é um dos “pilares da humanidade, porque expressão de dádiva, abnegação, generosidade” (OAS, 2002, p. 106).” (OAS – Fundação Eugénio de Almeida, s/d, s/p)¹³.

Prosseguindo ainda o autor referindo que, *“Em Portugal as organizações da sociedade civil assumiram, desde a década de 70, um papel crescente e preponderante na criação e no desenvolvimento, de respostas sociais nas mais diversas áreas de intervenção e para uma panóplia considerável de grupos-alvo: crianças e jovens, idosos, famílias carenciadas, pessoas portadoras de deficiência e toxicodependentes, entre outras situações de precariedade e exclusão social. A principal motivação terá certamente residido no alargamento tardio do espectro de direitos sociais e na simultânea crise do sistema de protecção social, que toca mesmo os países mais desenvolvidos e os sistemas mais bem organizados. Atenta ao desenvolvimento e às necessidades sociais, a Igreja tem também protagonizado um papel decisivo no domínio da solidariedade, privilegiando esta área para promover a inserção social dos grupos desfavorecidos. Vários estudos já realizados, nomeadamente pela Rede Europeia Anti-Pobreza (REAPN) e pelo Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo (INSCOOP), revelam a importância da Igreja Católica na constituição e dinamização de instituições sem fins lucrativos, entre as quais se destacam as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), Misericórdias, Cáritas, e Centros Sociais e Paroquiais. Assim, partindo da iniciativa privada, laica ou religiosa, as instituições sociais sem fins lucrativos correspondem a um novo parceiro social, situado entre o Estado e a iniciativa empresarial, potenciador da coesão e da inserção social. Estas instituições dispõem dos seus próprios recursos instrumentais e, entre o apoio do Estado (em termos financeiros, técnicos, materiais ou ao nível dos benefícios fiscais) e a sua autonomia relativa - uma vez que sujeita à tutela dos Ministérios competentes - conseguem mobilizar meios humanos e materiais para realizar os seus fins.” (OAS – Fundação Eugénio de Almeida, s/d,s/p).*

¹³ http://fundacaoeugeniodealmeida.pt/direscrita/uploads/Instituicoes_Sociais_Evora.pdf

1.4.2. Áreas de intervenção - dependência, autonomia e inserção

Enquadrar questões como a pobreza, exclusão social, respostas sociais e apoio social torna necessário a conceptualização de dois conceitos: autonomia e dependência face às instituições de apoio social.

Desta forma, começaremos por definir os conceitos abordando de seguida a sua componente institucional já que esse é um dos objetivos do presente trabalho.

Segundo Birou (1978, p.107) **dependência** pode significar “*quer uma subordinação, uma sujeição de uma pessoa a uma outra, quer uma certa ligação de efeito à causa, quer ainda uma relação de ligação e de conexão de várias coisas entre si*”. Desta forma, e transpondo para a realidade institucional que nos interessa podemos afirmar que alguém em situação de carência e que solicita apoio estará em situação de dependência de quem lhe prestar este apoio, enquanto instituição, e que, por sua vez, estará numa posição inferior em termos de poder e de subordinação face a essa mesma instituição prestadora de apoio.

As pessoas em situação de necessidade, encontram-se frágeis, o desemprego, a habitação sem condições ou até mesmo a situação de estar sem habitação ou sem alimentação, são situações socialmente dolorosas e que causam no indivíduo sentimentos de fragilidade e até mesmo, em alguns casos, de revolta.

Assim sendo, e para Paugam (2003, p.17) as pessoas passam por uma primeira fase antes de pedir apoio e antes daquela que podemos chamar dependência, “*(...) é sempre depois de uma fase mais ou menos longa de desalento e de lassidão que as pessoas que conheceram uma desqualificação se voltam para os assistentes sociais*”. Nessa altura, e segundo o autor, estas já aceitam a categoria de dependentes para obterem uma garantia de algum rendimento ou de ajudas diversas mas isto porque lhes é impossível proceder de outra forma para sobreviverem do que aceitarem serem assistidos.

A partir desse momento, começa para eles uma nova etapa, na qual se transformam personalidades, se adquirem papéis sociais de acordo com o que é esperado destes, se começa a justificar e racionalizar a assistência (ex. Preciso mais por causa dos meus filhos que não tem o que comer, etc) e começam a nascer insatisfações face à assistência que beneficiam.

A dependência dos apoios ou institucional, causada pelo assistencialismo de resolução das situações imediatas não torna a pessoa capaz de se inserir de novo na comunidade. Tanto porque esta pode não querer e já se ter acomodado à sua situação de pobre com apoios, mas também porque as respostas e apoios o não conseguem retirar desta situação pois somente resolvem as questões de carácter urgente e imediato, como se verificou no ponto anterior deste trabalho.

A **autonomia**, por sua vez, pode ser entendida como “(...) *independência, direito de se dirigir a si próprio. A autonomia é a capacidade, a liberdade e o direito de se reger pelas suas próprias leis.*” (Birou, 1978,p.42).

A Recomendação da Comissão dos Ministros aos Estados-Membros relativa à Dependência, por sua vez, define-a “*como um estado em que se encontram as pessoas que, por razões ligadas à falta ou perda de autonomia física, psíquica ou intelectual, têm necessidade de uma assistência e/ou de ajudas importantes a fim de realizar os actos correntes da vida ou Actividades de Vida Diária.*” (União Europeia (UE), Recomendação da Comissão dos Ministros aos Estados-Membros relativa à Dependência,1998, cit. em Nogueira, 2009,p.8).

Estas “Atividades da Vida Diária” (AVD) e as “Atividades Instrumentais da Vida Diária” (AIVD) relacionam-se com a capacidade de autonomia do indivíduo, ao nível dos autocuidados, mas também na participação na sociedade enquanto cidadão de plenos direitos.

Por relação à dependência institucional surge a autonomia institucional que se pode entender como a capacidade de um indivíduo assistido ou beneficiário de algum apoio social ou residente em algum equipamento de apoio social, conseguir a sua auto-subsistência de forma independente dos apoios sociais.

Esta autonomia para o individuo assistido requer um processo apoiado por técnicos desses apoios de forma a que a autonomização seja sustentada e prolongada na vida da pessoa.

Muitos são os casos em que a situação familiar não propicia uma salutar autonomização contudo os serviços sociais têm o dever de garantir o apoio para que esta se efetue tendo em conta as características da pessoa.

Partindo deste pressuposto convém notar que este não é um processo simples nem fácil para a pessoa assistida, pois esta pode não ter interesse em se autonomizar e, no caso contrário, pode demorar até que se reúnam as condições ou até pode ser que a pessoa não

tenha essas capacidades nem condições devido a doenças ou até mesmo devido à sua história familiar e aos seus modos de vida. Desta forma, é de salientar ainda a importância de uma equipa multidisciplinar que consiga ajudar a pessoa e que consiga, de forma prolongada, tratar as suas carências e expectativas.

Ligada à questão da autonomia neste processo de autonomização da pessoa dependente de apoios e dos serviços sociais surge o conceito de **inserção**. Dispensa definições, inserir-se em algo é, no fundo, isso que pretendemos abordar neste projeto. Como poderemos definir estratégias que insiram estas pessoas no limite da pobreza, os sem-abrigo, na sociedade em geral?

Segundo Branco (2015, cit. Em Diogo et al, 2015, p.239) “(...), *quer a reinserção no mercado de trabalho, quer a saída dos dispositivos de garantia de rendimentos e de apoio social, diferenciam-se em função do grau de mobilização dos atores sociais em torno das iniciativas de inserção e sua orientação para determinados perfis de beneficiários segundo critérios variados (relativamente á eficácia, necessidade, mérito, etc.)*.” Sendo então de extrema importância para a inserção social destes indivíduos a participação de todos os atores sociais envolvidos. Num trabalho em rede entre instituições sociais envolvidas no processo e o próprio individuo sobre o qual se trabalha o processo de inserção social. Sem esta envolvência não é possível pensar em inserção, sem esta vontade de ambas as partes de trabalhar em conjunto.

Nestes termos surge para o mesmo autor o conceito de regimes locais de inserção, enquanto “*tradução da expressão diferenciada segundo os territórios das múltiplas interações entre contexto socioeconómico, pratica dos atores institucionais, tipo de mercado de trabalho e características dos beneficiários*” (Bouchoux et al., 2004 in Branco, 2015, cit. Em Diogo et al, 2015, p.239).

Este Regime Local de Inserção é, no fundo, um dispositivo francês que inicia um novo ciclo de políticas de garantia de rendimento na Europa, este inspira e equivale ao Rendimento Mínimo Garantido criado em 1996 em Portugal e que foi substituído em 2009 pelo RSA – Revenue de Solidarité Active e, em Portugal, pelo RSI – Rendimento Social de Inserção (Diogo et al, 2015).

Esta alteração de Rendimento Mínimo Garantido para Rendimento Social de Inserção demarca uma alteração na mentalidade. Passa-se de uma situação de carência em que a

medida é conceder um rendimento para uma situação novamente de carência, mas em que além da pessoa receber uma prestação esta tem um objetivo assumido e contratualizado, pois “*As pessoas, para receberem o Rendimento Social de Inserção, celebram e assinam um Contrato de Inserção, do qual consta um conjunto de deveres e direitos, com vista à sua integração social e profissional*”¹⁴ Esta mudança revela a importância que paulatinamente tem vindo a ser dada à participação de todos os atores sociais e especialmente dos que necessitam na sua inserção social.

¹⁴ <http://www.seg-social.pt/rendimento-social-de-insercao>

CAPÍTULO II – Metodologia de Investigação

2.1. Da Sociologia de Ação para um Projeto de Investigação-Ação

Enquadrado numa sociologia da ação, podemos dizer que esta equivale a tentar explicar os factos sociológicos enquanto ações produzidas por indivíduos em resposta a uma dada situação, ou seja, a concentrar o interesse nas decisões individuais dos atores (sendo que o sentido que os indivíduos dão à ação também é relevante).

A sociologia da ação visa, pois, determinar como é que uma acumulação de reações individuais a uma situação geral produz um fenómeno geral. A Sociologia da Ação centra-se no ator enquanto produtor da sociedade, os atores sociais são considerados como defensores dos interesses coletivos.

Mas afinal como se pode definir um projeto de investigação-ação? Tal como já foi referido na introdução, este pretende ser um trabalho de projeto dada a sua componente investigação-ação visto essencialmente pretender analisar, estudar, investigar para agir, pressupondo ação. Neste caso em propostas de estratégias de intervenção futuras. No fundo, impelindo a investigação para a ação para a mudança social, ou seja, conhecer para intervir.

Em síntese, e como refere Guerra (2002, p.75) *“Assim, a investigação-ação é uma metodologia ambiciosa que pretende conter todos os ingredientes da investigação e, mais ainda, os ingredientes da acção. O conhecimento é produzido em confronto directo com o real, tentando transformá-lo, e o saber social é produzido colectivamente pelos actores sociais desconstruindo o papel de “especialista” normalmente atribuído ao cientista social.”*

2.2. Tipo de Abordagem e População em estudo

Neste capítulo apresentaremos a metodologia de investigação adotada e as razões para a utilização da mesma, bem como a população em estudo delimitando o objeto de estudo para a realidade deste projeto.

A abordagem seguida é de natureza qualitativa sendo este estudo baseado numa análise compreensiva do fenómeno e, dados os constrangimentos temporais e de acesso à

informação, meramente exploratório, pretendendo despoletar novos estudos na área e na temática propostas.

Tendo em conta a Estratégia Nacional para Integração de Pessoas Sem-abrigo 2009-2015, desenvolvida para um contexto que não envolveu nem incidiu na região do Alentejo e tendo em conta o aumento das situações de pobreza e conseqüentemente de procura dos serviços de ação social, este estudo desenvolve-se na região do Alentejo (NUT II) Considerando esta área do Alentejo e sendo que este estudo visa incidir em respostas sociais para sem-abrigos, foram encontrados 4 CAT (Évora, Elvas, Portalegre e Borba) e 1 Comunidade de Inserção em Beja.

Segundo o objeto de estudo deste projeto, as estratégias de inserção para sem-abrigos, foi definido que o projeto iria incidir somente sobre sem-abrigos institucionalizados dadas as características desta população e o difícil acesso à mesma, visto esta ser extremamente volátil.

Desta forma, centrámo-nos nas respostas sociais para sem-abrigo encontradas de forma a fazer um diagnóstico social das Instituições que trabalham com este público no Alentejo, do seu funcionamento, potencialidades e limitações, bem como das estratégias de autonomização adotadas pelos seus utentes na sociedade. Propomo-nos ainda elencar estratégias de intervenção que potenciem a inserção social destes atores sociais.

Optámos por iniciar a parte empírica desta investigação através da recolha de informação para elaborar o diagnóstico social visto a sua importância para identificar potencialidades e constrangimentos/limitações ao nível das respostas sociais existentes para os sem-abrigo e dado o nosso objetivo ser primeiramente conhecer para depois intervir, neste caso ao nível da proposta de estratégias de intervenção para a inserção dos sem-abrigo.

Segundo, Claro apud Kingeski (2005, p.2), *“o diagnóstico visa levantar as necessidades (...) passadas, presentes ou futuras por intermédio de pesquisas internas, a fim de descrever o problema e prescrever uma intervenção. Envolve a coleta e o cruzamento de dados e informações, a definição dos pontos fortes e fracos e o detalhamento dos problemas por meio de uma análise aprofundada, visando identificar as suas causas e definir ações para os pontos passíveis de melhoria.”*

Segundo Guerra (2002) o diagnóstico pressupõe três etapas: o pré-diagnóstico, o diagnóstico propriamente dito e uma fase de priorização dos problemas e construção de soluções alternativas.

Defende a autora (2002, p.136) que *“os objetivos da fase de pré-diagnóstico são: investigar e organizar a informação já disponível sobre as necessidades e o grupo-alvo; determinar o enfoque principal do diagnóstico e o nível de aprofundamento do programa; construir compromissos entre os parceiros envolvidos, para todas as fases, incluindo o uso e a circulação da informação, o planejamento e a intervenção.”*

No presente trabalho, esta primeira fase de pré-diagnóstico desenvolveu-se a partir da análise documental das informações disponíveis, com particular ênfase para os regulamentos internos das Instituições em análise.

Na etapa seguinte, o diagnóstico, e ainda segundo a autora (2002, p.140), os objetivos são: *“documentar em que estado está o sistema de ação face ao problema identificado; determinar a magnitude e importância dos problemas e as suas causalidades potenciais; identificar as questões-chave em torno das quais se pode formular a intervenção.”*

Sendo que na última fase se pretende priorizar os problemas e construir soluções alternativas.

Segundo ainda Guerra (2002, p.129), *“O que está em causa, quando falamos de diagnóstico, é o conhecimento científico dos fenómenos sociais e a capacidade de definir intervenções que atinjam as causas dos fenómenos e não as suas manifestações aparentes.”* No fundo, este torna-se importante de realizar pois permite-nos ver o que é na realidade, o que se passa no meio social em análise, suas necessidades e potencialidades.

Neste caso também falamos em diagnóstico socio-organizacional quando nos referimos a este tipo de abordagem dada a envolvência organizacional deste estudo em que foram entrevistadas as Instituições que apresentam respostas sociais para o problema social em análise e Câmaras Municipais como entidades que no âmbito do Programa Rede Social têm competências de articulação institucional das organizações com intervenção na área social dos concelhos. Recolha de informação que foi determinante para conhecer a realidade social em análise e as formas de atuação destas entidades, cujo diagnóstico foi feito tendo em conta a análise documental nomeadamente com recurso aos Regulamentos

das Instituições, ou seja formas de funcionar das mesmas. Em complemento, o contacto direto com as instituições em estudo e entrevistas realizadas permitiram desenvolver um diagnóstico de identificação do seu modo de atuação e das principais necessidades atuais.

Neste caso, só depois de realizado o diagnóstico socio-organizacional das Instituições, ou seja só depois de conhecermos a realidade e identificarmos os problemas, pudemos definir as estratégias de intervenção a propor para a mais eficaz inserção dos sem-abrigo, neste caso, no Alentejo.

2.3. Métodos e Técnicas de Recolha e de Análise de Dados

Este estudo, de natureza marcadamente qualitativa, recorreu às seguintes técnicas de recolha de dados: i) a pesquisa bibliográfica de forma a definir conceitos, teorias, políticas sociais e sintetizar abordagens de vários autores que permitiram definir os contornos deste estudo, ii) pesquisa documental (regulamentos); iii) as entrevistas; iv) e observação participante (como técnica numa das IPSS e como participante na Unidade de Rede, no âmbito do Programa da Rede Social de Évora).

Numa primeira abordagem definiu-se que seriam realizadas entrevistas aos diretores e técnicos das respostas sociais para sem-abrigo com alojamento para os mesmos e projetos de autonomização por serem quem, mais diretamente, interagia com estes e definia as estratégias de intervenção para a inserção.

Considerámos que, segundo o tema e abordagem que pretendemos conferir ao objeto de estudo, não fosse pertinente entrevistar os sem-abrigo, até porque, no decorrer deste estudo, vários foram os utentes que saíram e entraram nestas Instituições. Assim sendo, e dado o objetivo central de propor estratégias de inserção para esta população, pareceu-nos sim relevante realizar entrevistas somente junto dos técnicos que interagissem e trabalhassem com os sem-abrigo nestas Instituições, sendo que, a participação destes neste projeto é feita de forma indireta através destes técnicos e, tendo os mesmos em conta, na proposta de estratégia que definiremos no capítulo seguinte.

Contudo, com o desenrolar do estudo fomos nos apercebendo que, de forma a melhor conhecer o fenómeno, teríamos de abranger mais atores. Assim, fizemos entrevistas também às Câmaras Municipais onde esses mesmos CAT se localizam e sedes de distrito (Câmara de Évora, Beja e Portalegre); enviámos também carta e email aos Centros

Distritais de Segurança Social de Évora, Beja e Portalegre contudo, destes não obtivemos resposta até à data.

Quanto a respostas positivas para efetuar as entrevistas tivemos então: CAT de Évora, Portalegre e Elvas bem como Comunidade de Inserção de Beja; relativamente a Câmaras, responderam de forma positiva as Câmaras Municipais de Évora, Beja e Portalegre. Quanto ao CAT de Borba e aos Centros Distritais da Segurança Social até à data de hoje ainda não obtivemos resposta, apesar das diversas insistências.

Com base nos dados recolhidos na entrevista pretendeu-se também construir um perfil sociológico de sem-abrigos do Alentejo (na sua maioria institucionalizados).

Quanto ao modelo de análise que esteve na base destas tomadas de decisões apresentamos o seguinte quadro com o qual primeiramente nos regemos para definir os primeiros traços da abordagem metodológica deste estudo.

Quadro 5 - Estratégia Metodológica

Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Técnicas e Instrumentos de Investigação
Analisar a atuação das atuais respostas sociais para os sem-abrigo e os efeitos na promoção da autonomização dos seus utentes, com vista à definição de propostas de intervenção junto deste público-alvo.	a) Analisar as políticas sociais existentes na temática em estudo; b) Realizar um diagnóstico social das respostas sociais existentes para sem-abrigo no Alentejo; c) Compreender de que forma atuam as atuais respostas sociais para sem-abrigo em relação à inserção social dos seus utentes e ao modo de funcionamento da resposta (estratégias de intervenção, potencialidades e limitações); d) Analisar as consequências de autonomização/inserção ou dependência de apoios/respostas sociais por parte deste público-alvo para os próprios e para a sociedade; e e) Identificar estratégias de intervenção que potenciem a autonomização e inserção social por parte deste público-alvo.	Pesquisa Bibliográfica (de forma a definir conceitos, teorias, políticas sociais e sintetizar abordagens de vários autores que permitiram definir os contornos deste estudo) Pesquisa documental (regulamentos) Entrevistas aos técnicos responsáveis pelas Respostas Sociais para sem-abrigos e aos técnicos responsáveis pelas Redes Sociais das Câmaras Municipais da sua área de abrangência. Observação participante (como técnica numa das

		IPSS e como participante na Unidade de Rede, no âmbito do Programa da Rede Social de Évora).
--	--	----------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: elaboração própria

De forma a fazer o diagnóstico socio-organizacional da situação vivida pelos sem-abrigo nas Instituições Sociais, (neste caso concreto, em Instituições do Alentejo bem como atores com relevo, nesta região, nestas áreas como câmaras municipais) e da forma de estas atuarem sobre esta população de modo a potenciar a sua autonomização, serão realizadas entrevistas aos técnicos responsáveis pela resposta social, de maneira a entender como é definida a estratégia de intervenção e a definição do projeto de vida e de autonomização deste público-alvo e aos técnicos responsáveis pela Rede Social em cada Concelho. Este tipo de técnica de recolha de dados justifica-se neste estudo devido essencialmente ao número de Instituições de que dispomos nesta região e porque esta se caracteriza pela existência de um contacto direto entre o investigador e os interlocutores (Quivy, 2008).

Outra técnica utilizada foi a pesquisa documental realizada tendo em conta os regulamentos das Instituições entrevistadas de forma a elaborar o diagnóstico socio-organizacional das mesmas.

De forma a melhor entender a trajetória pessoal de vida de cada utente, as suas referências familiares e profissionais e os seus comportamentos, propusemo-nos ainda a utilizar uma técnica de recolha de dados complementar que teria como base a análise dos relatórios sociais desses utentes, sendo estes recolhidos nas próprias Instituições onde os mesmos se encontram somente para estes fins. Contudo, as Instituições que visitámos e entrevistámos não se mostraram recetivas e, dado o fator temporal da investigação, não nos pareceu razoável analisar os relatórios uma vez que estes teriam de ser enquadrados entre 2009-2015 (período de tempo no qual nem todas as Instituições existiam ou tinham esses registos) e teria de ser feita uma pesquisa mais exaustiva e alargada no tempo para conseguir efetuar essas pesquisas. Ficará então para um estudo posterior.

Com base nesta metodologia pretende-se fazer um diagnóstico socio-organizacional da situação que se vive nesta região relativamente a este público e às Instituições que os apoiam bem como construir uma tipologia de trajetórias de vida pessoais e dos projetos

de vida definidos para o público-alvo deste estudo, de forma a ajudar a analisar a situação atual e propor estratégias de intervenção que potenciem a sua autonomia.

A escolha da entrevista como técnica de recolha de dados prendeu-se com o fato de se pretender uma conversa entre entrevistado e entrevistador o mais aberta e clara possível, em que os dois pretendem um bem comum, trabalhar de forma a inserir os sem-abrigo na sociedade. Assim, esta foi encarada enquanto trabalho de equipa e partilha de experiências permitindo a construção de algo que pudesse vir a ser uma ferramenta de trabalho para estas Instituições.

A utilização da entrevista também nos pareceu pertinente pois esta caracteriza-se por “*um contacto direto entre o investigador e os seus interlocutores (...)*” (Quivy & Luc Van Campenhoudt, 2008, p.22). Esta comunicação e contacto direto entre investigador e inquirido permite um “grau de profundidade dos elementos de análise” (Quivy & Luc Van Campenhoudt, 2008, p.22) maior do que num inquérito. Além disso, as entrevistas visam caracterizar a Instituição, analisar pontos fortes e fracos, saber como esta funciona, como atua com os sem-abrigo e quais as estratégias de intervenção e de inserção com estes.

Por fim, utilizou-se ainda a técnica da observação participante dada a minha atividade profissional de Técnica de uma das IPSS entrevistadas bem como Membro pertencente da Unidade de Rede para sem-abrigos a ser construída em Évora.

Foi elaborado um guião de entrevista tendo por base os objetivos e conceitos deste estudo (Cf. Anexo I) para cada grupo de intervenientes entrevistados (1 – Instituições: CAT e Comunidade de Inserção e 2 – Câmaras Municipais da região). De forma a analisar as entrevistas foram elaboradas grelhas analíticas de conteúdo por forma a sintetizar a informação de forma a responder aos objetivos deste estudo (Cf. Anexo II).

CAPÍTULO III - Do (pré)diagnóstico social a um Perfil Sociológico dos sem-abrigo no Alentejo

Neste ponto pretendemos caracterizar e analisar as Instituições, mas também as respostas sociais aí representadas para sem-abrigos e de inserção no Alentejo entrevistadas. Foram também entrevistadas 3 Câmaras sede de distrito (Beja, Évora e Portalegre) para as quais analisaremos os resultados obtidos no próximo ponto (cf. Anexo II). Assim, teremos em conta as entrevistas feitas e os regulamentos disponibilizados pelas Instituições de forma a caracterizar as Instituições entrevistadas e suas áreas de atuação junto dos sem-abrigo. Depois procederemos à análise e discussão dos resultados obtidos a fim de identificar constrangimentos e potencialidades na atuação destas instituições em estudo e, por fim, tentaremos traçar um perfil sociológico dos sem-abrigo institucionalizados no Alentejo (cf. Anexo III) baseando-nos nas entrevistas efetuadas às Instituições e Câmaras Municipais desta região, visando uma aproximação a uma proposta de tipologia de sem abrigo da região Alentejo.

3.1. Caracterização das Instituições em estudo

1 – Instituições entrevistadas

1.1. Centro de Alojamento Temporário de Évora¹⁵(E5)

O CATE - Centro de Alojamento Temporário de Évora é uma das respostas sociais do Centro Social Paroquial de S. Brás, Instituição Particular de Solidariedade Social com sede na rua Fernanda Seno, nº16, Horta das Figueiras 7005-485 Évora.

A instituição tem a seguinte estrutura hierárquica: Direção institucional, Direção técnica, Equipa Técnica, Operacionais e Voluntários. Sendo que o poder é centralizado na Direção, apesar de a Direção Técnica ter alguma autonomia a nível técnico.

A resposta social do CATE visa acolher e encaminhar os seus clientes para a resposta social adequada às suas necessidades e expectativas, tendo sempre como objetivo o

¹⁵ Regulamento Interno do Centro de Alojamento Temporário de Évora

desenvolvimento integral da pessoa humana. O CATE tem capacidade para acolher 15 indivíduos, ou famílias em situação de abandono ou sem-abrigo.

Os objetivos primordiais são o alojamento temporário, no qual os clientes permanecem na Instituição até três meses (podendo o prazo ser prorrogado conforme as circunstâncias, parecer da Equipa Técnica e aval da Direção) e durante o qual são feitos o diagnóstico e a análise da situação, e o seu encaminhamento para que os clientes se autonomizem do CATE.

Durante o tempo em que os clientes se encontram na Instituição pretende-se que os mesmos desenvolvam as suas capacidades e competências pessoais para que, no decurso do seu projeto de autonomização, possam sair da Instituição capacitados para a vida em sociedade, inseridos na mesma.

Este CATE funciona 24h por dia, todos os dias do ano, incluindo sábados, domingos e feriados.

Reúne uma Equipa Técnica composta por Diretora Técnica, Técnica Ação Social, Enfermeira, o Médico e o psicólogo que neste caso é o Presidente da Instituição. Como funcionários o CATE tem ainda cozinheiras, ajudante de cozinha, administrativa e Ajudantes de Ação Direta.

Este CATE presta os serviços de: alojamento, alimentação, tratamento de roupa, higiene pessoal, acompanhamento/encaminhamento técnico e atividades de animação. O CATE constitui uma resposta social desenvolvida em alojamento coletivo que se caracteriza por garantir o acolhimento imediato e transitório de indivíduos ou famílias em situação de emergência social que não sejam enquadráveis noutras respostas institucionais. Tem como objetivos: acolher indivíduos/famílias em situação de vulnerabilidade social; proporcionar serviços adequados à satisfação das carências dos clientes; melhorar as capacidades físicas e psicossociais dos seus clientes de forma a contribuir para um reforço das suas competências individuais e autonomização até posterior saída do CATE; desenvolver uma intervenção junto da família e da comunidade de origem visando a caracterização sociofamiliar de forma a encontrar as respostas adequadas e/ou possíveis para cada situação; permitir a realização dos diagnósticos das situações concretas de cada indivíduo/família, bem como traçar os respetivos projetos de vida e encaminhamento dos clientes para a resposta social adequada a cada situação, quando não seja possível o seu regresso ao domicílio e/ou comunidade de origem.

O CATE destina-se a acolher: pessoas com idade igual ou superior a 18 anos, no caso de

indivíduos isolados que se encontrem em situação de risco; pessoas sem-abrigo, de acordo com a definição inscrita na Estratégia Nacional para os sem-abrigo (2009-2015); pessoas sem qualquer tipo de apoio familiar ou económico que necessitem de acolhimento imediato e/ou urgente, até se encontrar a resposta social adequada; e/ou pessoas que não tenham doenças infetocontagiosas ou estejam acamados. Quando o cliente é admitido no CATE é elaborado um processo individual do cliente que integra um documento caracterizador do mesmo, da sua situação e da sua história de vida e é constituído por: ficha de sinalização e informação social, clínica, jurídica e financeira. Este processo é construído pela técnica responsável em conjunto com o cliente sendo definido um projeto de vida. Neste são exploradas as suas competências e capacidades de forma a melhorá-las durante o período que permanecer no CATE e também de forma a capacitar o cliente para a sua autonomização do CATE.

1.2. Centro de Alojamento Temporário de Elvas¹⁶ (E7)

Pertencente à Associação Liga dos Amigos do Hospital de Elvas, o CAT de Elvas destina-se a acolher indivíduos isolados que sobrevivem em permanente mendicidade, em situação de extrema pobreza, insensíveis a valores e referências de ordem ética, pessoal, familiar e social, e que perderam o interesse pela sua própria imagem e autoestima, encontrando-se em rutura com a sociedade.

O CAT Elvas tem capacidade para acolher 13 indivíduos (11 do sexo masculino e 2 do sexo feminino) e abrange todo o território nacional dando preferência a situações do distrito.

Com sede na Rua de Olivença nº17 – 7350-075 Elvas, este Centro de Alojamento Temporário para Sem-Abrigos tem como objetivos: desenvolver aptidões sociais e criar condições favoráveis à mudança de atitudes; fomentar a participação ativa do indivíduo no seu processo de integração; promover e/ou recuperar hábitos de trabalho e melhorar as condições de saúde e higiene pessoal.

¹⁶ Regulamento Interno do Centro de Alojamento Temporário para Sem-abrigo (Liga dos Amigos do Hospital de Elvas)

Este CAT afirma ser de natureza transitória sendo o período de permanência o indispensável à resolução do projeto de vida de cada indivíduo, podendo este ir de 30 a 60 dias, salvo casos em que possa ser prorrogado dependendo da situação.

Quanto a serviços e atividades que proporciona, estes são: o alojamento temporário, a satisfação das necessidades básicas de sobrevivência (alimentação, higiene pessoal, tratamento da roupa e encaminhamento para os cuidados básicos de saúde) e apoio na definição do projeto de vida através das técnicas e em parceria com entidades locais (IEFP, Autarquia, Serviço Local de Segurança Social, IDT, PSP, GNR, SEF, CPCJ, lares de idosos, instituições de apoio à vítima entre outras, conforme a situação).

Este CAT funciona 24h por dia, todos os dias, incluindo sábados, domingos e feriados. Está afeta a este Centro uma equipa técnica, composta por uma diretora técnica e um psicólogo, apresentando também no quadro um encarregado de serviços, pessoal administrativo, de cozinha, auxiliares e vigilantes, que trabalham por turnos, à noite.

À Equipa Técnica cabe, no exercício das suas funções, o diagnóstico da situação de cada indivíduo para, em conjunto com este, construir o seu projeto de vida em que é agente ativo e principal em todo o processo de reinserção/encaminhamento. São efetuadas reuniões de equipa técnica, pelo menos de 2 em 2 meses, presididas pelo técnico social. As conclusões destas reuniões são submetidas à apreciação e decisão da Direção da Instituição.

Nos serviços da Instituição é constituído um ficheiro dos indivíduos acolhidos em que consta o nome do indivíduo, data de entrada neste centro e a entidade que o encaminhou e referências pessoais, em especial em relação à saúde.

Para cada utente, quando este é admitido, é ainda elaborado um processo individual que inclui: dados constantes do ficheiro, registo de comportamento, registos relativos à saúde e outras informações relevantes para o acompanhamento e encaminhamento do utente. O acesso ao processo individual é reservado à Direção e à Técnica de Serviço Social, sendo este absolutamente sigiloso.

1.3. Centro de Alojamento Temporário de Portalegre¹⁷(E6)

O Centro de Alojamento Temporário de Portalegre, uma das respostas sociais da Associação de Desenvolvimento Regional D'Entre Tejo e Guadiana (TEGUA), tem sede na Rua Lopes Pires nº28 em Portalegre.

Este destina-se a acolher pessoas adultas em situação de carência, nomeadamente população flutuante, sem-abrigo e outros grupos em situação de emergência social.

Esta resposta assegura a prestação dos serviços de: alojamento temporário, alimentação, tratamento de roupas, higiene pessoal diária, tomada de medicação e encaminhamento de situações problemáticas para estruturas existentes. Realiza ainda atividades de apoio social, médico e psicológico, e animação sócio cultural sendo que os três primeiros são assegurados por serviços externos com os quais o Centro tem acordo de parceria informal. Quanto ao tempo de permanência do utente na Instituição, este depende da problemática do mesmo.

Do processo individual do cliente constam: documentos de identificação, contrato de alojamento e prestação de serviços, avaliação diagnóstica, ficha de inscrição, relatório médico, receituário, guia de tratamento, assuntos de tribunal, relação do espólio, acompanhamento familiar, plano de desenvolvimento individual, percurso de inserção social do cliente e outros documentos.

O quadro de pessoal deste Centro é constituído por uma diretora técnica, uma secretária, uma cozinheira, um ajudante de cozinheira, três vigilantes e três auxiliares de serviços gerais.

À diretora técnica cabem as funções de: dirigir o serviço, assumindo responsabilidades pela programação, execução e avaliação das atividades; elaborar, executar e garantir o estudo da situação do cliente e elaboração do plano de cuidados; coordenar e supervisionar os recursos humanos afetos ao serviço; estudar os processos de admissão e fazer o acompanhamento das situações; supervisionar todas as atividades respeitantes ao funcionamento diário da resposta social e participar em reuniões de direção sempre que se justifique.

¹⁷ Regulamento Interno do Centro de Alojamento Temporário de Portalegre

1.4. Comunidade de Inserção de Beja¹⁸ (E4)

A Comunidade de Inserção de Beja é uma resposta que pertence à Cáritas Diocesana de Beja. Assim, está enquadrada nos estatutos gerais da Cáritas Diocesana de Beja (CDB) e, em termos de organização e funcionamento, rege-se pela norma ISO 9001:2008 do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) que está a implementar, tendo por base três procedimentos comuns e transversais de atuação, acolhimento, planeamento e execução do regulamento interno e programa de intervenção.

Esta é uma IPSS que tem como orientações essenciais a Sagrada Escritura, a Doutrina Social da Igreja e as definidas pelo plano pastoral diocesano, os imperativos da solidariedade e a legislação civil e canónica, atribuindo prioridade às situações mais graves de pobreza e exclusão social. Estas orientações são implementadas através de 4 objetivos: assistência, em situações de dependência ou emergência; promoção social, visando a superação e prevenção da dependência ou emergência e o reforço da autonomia pessoal; o desenvolvimento solidário, integral e personalizado e a transformação social em profundidade, especialmente nos domínios das relações sociais, dos valores e direitos humanos e do ambiente.

Na Comunidade de Inserção são assegurados os seguintes serviços: apoio à satisfação de necessidades básicas de sobrevivência como o acolhimento, o alojamento, a alimentação e a higiene; apoio psicológico e social, facilitadores do equilíbrio e bem-estar; encaminhamento para ações de formação que permitam a aquisição de competências pessoais e relacionais; ações de sensibilização e articulação com as entidades competentes, promovendo as qualificações escolares e profissionais mediante ações de formação e medidas de apoio ao emprego; iniciativas que visem a participação em ações de natureza cultural e recreativa; desenvolvimento de *ateliers* ocupacionais para aquisição de conhecimentos e aptidões e promoção do acompanhamento e apoio aos clientes na sua inserção profissional, promovendo a sua autonomia.

Dispõe de uma Equipa Técnica composta por uma Assistente Social com funções de Direção Técnica, um técnico superior de Animação Sociocultural com funções de Educador Social, um Psicólogo (a tempo parcial), 3 auxiliares gerais com funções de monitores e um médico psiquiatra que realiza supervisão de casos e à equipa. A Direção

¹⁸ Regulamento Interno da Comunidade de Inserção da Cáritas Diocesana de Beja

Técnica articula, quando necessário, a intervenção da resposta com a direção de serviços da CDB.

A Comunidade de Inserção funciona 24h por dia, durante todo o ano. Os objetivos desta Comunidade são: garantir condições básicas de sobrevivência e o apoio psicológico e social às pessoas e famílias de modo a contribuir para o seu equilíbrio e bem-estar; promover o desenvolvimento estrutural das pessoas e aquisição de competências básicas e relacionais; contribuir para o desenvolvimento das capacidades e potencialidades das pessoas no sentido de favorecer a sua progressiva integração social e profissional e promover o acompanhamento e apoio das pessoas, tanto na fase da aquisição de competências pessoais, sociais e profissionais, como na fase do processo de autonomia.

A Comunidade de Inserção destina-se a: pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade que necessitem de apoio na sua integração social; encaminhados pela rede de apoio social comunitária ou por outras estruturas da comunidade; dependentes na manutenção das suas atividades e necessidades, quer por défice ao nível das competências básicas de sobrevivência, quer por manifestarem expressamente vontade de ser admitidas.

Quando um cliente é admitido, é criado um processo individualizado do qual constam: o formulário de admissão, cópia dos documentos de identificação, relatório médico, elementos sobre a situação social e financeira do cliente, declaração assinada em como autoriza a informatização dos dados pessoais para efeitos de elaboração do seu processo, Contrato de Prestação de Serviços, Plano de Inserção Individual (PII) e outros documentos relevantes. Do PII constam as necessidades do cliente, atividades a desenvolver e sua calendarização. Este plano é elaborado com a colaboração do cliente num espaço de 30 dias. O período de permanência corresponde ao tempo necessário à reinserção social das pessoas, não devendo exceder um período superior a 18 meses, prorrogável por mais 6 meses em casos devidamente justificados. O processo de reinserção é avaliado, periodicamente, procedendo-se a adaptações e/ou alternativas mais adequadas, desde que tal se justifique.

3.2. Análise e Discussão dos Resultados

A pergunta de partida deste estudo é: **“Estarão as atuais respostas sociais, no Alentejo, para os sem-abrigo a ter eficácia na sua intervenção e a promover a autonomização dos seus utentes/clientes?”**. Assim e tendo a pergunta de partida como referência

efetuámos entrevistas às Instituições da região do Alentejo (Alto, Central e Baixo) onde estes sem-abrigo se encontram institucionalizados, bem como às Câmaras Municipais, sedes de distrito onde estas respostas sociais se encontram, para melhor entendermos esta realidade social em crescimento e o que está a ser feito ao nível da promoção da sua inserção e autonomização social, com o objetivo de identificar principais problemas/constrangimentos com que se deparam na sua atuação diária.

Assim, dividiremos a análise em duas partes: uma em que nos debruçaremos somente sobre os resultados obtidos através das câmaras municipais, e outra parte em que apresentaremos somente os resultados obtidos nas Instituições Sociais de Apoio a sem-abrigos. Por fim, apresentaremos uma síntese das duas situações tendo em conta os objetivos delineados.

3.2.1. Na perspetiva das Câmaras Municipais

De acordo com o guião de entrevista aplicado às Câmaras Municipais sedes de distrito da região do Alto Alentejo (Portalegre), Alentejo Central (Évora) e do sul alentejano (Beja) foram entrevistadas responsáveis pela ação social ou rede social de cada uma das referidas câmaras. Assim e, seguindo a ordem das questões do mesmo guião, a primeira questão é relativa aos aspetos fundamentais de funcionamento da Rede Social em cada câmara.

Contudo, é importante referir que esta se constituiu em 1999 com um projeto piloto ao qual o Município de Évora aderiu no mesmo ano, na sequência da Resolução de Conselho de Ministros nº197/97 de 18 de Novembro, com a reconversão da então Comissão Municipal de Intervenção Social e Educativa, no Conselho Local de Ação Social de Évora, aprovado em sede de Reunião Pública de Câmara de 15 de Janeiro, desse ano, tendo sido mais tarde, de acordo com o previsto no nº2, do art.º 23º da Lei 159/99, de 14 de Setembro, um dos 40 Concelhos Piloto do Programa de Implementação da Rede Social em Portugal (RPC de 26 de Abril de 2001). A câmara de Beja fez também parte dos 40 Concelhos Piloto da Rede Social.

Como é referido no Plano de Desenvolvimento Social da Rede Social do Concelho de Beja 2013-2015 “A Rede Social enquanto medida de política social, legislada no Decreto-Lei n.º115/2006 de 14 de junho, pressupõe toda uma dinâmica de trabalho em parceria, no desenvolvimento de atividades com vista à promoção do desenvolvimento

social, que tem por base uma planificação estratégica da intervenção social local nas suas diferentes dimensões e áreas de intervenção.”, daí a importância desta parte neste estudo.

Assim, **quanto à primeira questão**, foi possível concluir que, em média, as Instituições que integram esta rede são cerca de 100 sendo que, somente a câmara de Portalegre refere cerca de 50 instituições pertencentes à rede social.

Relativamente à intervenção da Câmara Municipal com os sem-abrigo e a que níveis, a Câmara de Beja (bem como a de Portalegre mas não da mesma forma) refere que foi criada uma loja social no local onde se encontra a maioria dos sem-abrigo, de forma a tentar, através da rotina, que eles se dirigissem a esta e, deste modo, conseguissem fazer alguma intervenção com as mesmas, *“um dos objetivos ao início ia ser alargar as respostas para poder abranger e ver até que ponto é que aquelas pessoas se dirigiam à loja social nós conseguíamos através de um cartão de cliente que a loja tem, e pra dar a ideia de uma loja qualquer não estigmatizar, qualquer pessoa que entre na loja pode ter um cartão de cliente como noutra loja qualquer. A nossa ideia então primeira era criar naquela zona do mercado municipal e assim aquelas pessoas possivelmente ate se vão dirigir, vão comprar alguma coisa e depois pela frequência com que compram nós também vamos começar a conseguir fazer uma intervenção, mas está fora de questão, aquele grupo de pessoas que está ali não quer de todo ser apoiado.”* Em termos de resposta social, aponta a Cáritas como principal entidade a quem se recorre quando existe um caso de sem-abrigos e também refere a parceria formal que a Câmara tem com a CAIS. De referir ainda as habitações sociais disponíveis para quem necessitar inscrever-se. Contudo, como refere a entrevistada *“No caso destes sem-abrigo eu penso que eles não estão inscritos, aqueles que estão ali ao pé do mercado não querem mesmo, isto é estilo de vida que adotaram. São muito resistentes á intervenção com a entidade.”*. A entrevistada referiu ainda a história de um toxicod dependente e alcoólico, residente em Beja, que está sempre a mudar de habitação e passa muito tempo na rua, e que se encontra na zona do castelo onde há muito turismo, acabando muitas vezes por servir de guia aos turistas. Esta história serviu para que a entrevistada tivesse a ideia de potenciar esta pessoa, através dos seus gostos, tentando *“reabilitá-la”*, quem sabe através da promoção de emprego na área do turismo, de guia de turistas. Mas, como dizia *“Agora isto tem que ver com os gostos porque neste eu sei que ele faz aquilo bem, alguma coisa faz com que as pessoas vão com ele, podia ser por ai, fica a ideia, algo que hei-de lançar também a rede social.”*. Concluimos que, potenciar os gostos da pessoa e as suas capacidades poderá ser uma ideia para a reabilitação destes casos.

Contudo, a entrevistada 1 refere ainda que *“Quando á sem-abrigos na rua, numa situação normal, porque agora já não nos sinalizam, há muitos anos atrás era sinalizado á autarquia um caso de sem-abrigo, nós íamos ao local tentávamos ver junto da pessoa quem era e geralmente a pessoa via-se que tinha problemas do foro psicológico era levado para o hospital e era este que ficava como gestor do processo. E em dois casos que me lembro, já trabalho na camara desde 1999, as pessoas morreram. Ou seja, foram retiradas da rua onde viviam quase por opção e ao primeiro banho e ambiente diferente a vulnerabilidade tomou conta. Portanto no caso do sem-abrigo sim é acionada a segurança social, informada a autarquia e deve ser assim que se trabalha, mobilizar todas as respostas, saúde, saúde pública.”* Ou seja, quando é sinalizada uma situação de sem-abrigo, são articulados os serviços e respostas concelhias.

Esta questão da articulação entre serviços e respostas concelhias é transversal a todas as Câmaras da região.

Assim, quanto à Câmara de Portalegre, esta refere que *“Sempre que surge uma situação a mesma é articulada com os parceiros locais, nomeadamente Segurança Social, CASA e Cáritas Diocesana de Portalegre e Castelo Branco. Nas situações pontuais que surgem e, de forma a dar uma resposta imediata a Câmara disponibiliza apoio ao nível da Loja Social, na disponibilização de alimentação, géneros, produtos de higiene e vestuário.”* Verifica-se aqui a importância da articulação dos serviços, mas também, em casos urgentes e imediatos, do apoio da loja social.

Quanto à Câmara de Évora, é reforçada a questão da articulação entre serviços locais quando ocorre uma sinalização *“Sempre que é sinalizada uma situação de uma pessoa sem abrigo, os serviços da Divisão de Educação e Intervenção Social, articulam com os diversos serviços/respostas existentes no concelho e tentam encontrar uma respostas adequada à situação.”* Mas também é referido que *“A autarquia não tem um plano interno definido para intervir com a população sem abrigo”*, verificando-se esta questão também em todas as Câmaras. Ou seja, apesar de estas saberem o que fazer e quem mobilizar quando ocorre uma sinalização ou caso de sem-abrigo, em termos de plano de intervenção nenhuma Câmara nesta região tem um plano elaborado com a forma de atuar nestas situações.

Quanto à questão de quais as instituições que interagem com sem-abrigos e como, as Câmaras entrevistadas responderam todas que as instituições que interagem mais com os sem-abrigo e que intervêm seriam as instituições que visam colmatar as necessidades mais básicas e que prestam serviços primários à pessoa (saúde, higiene, alimentação, alojamento, vestuário).

A Câmara de Beja não respondeu a esta questão visto ter referido na questão anterior a Cáritas como sendo a instituição com a qual interagem nestes casos.

Quanto à Câmara de Évora elencou as seguintes *“Dependendo da situação, todas as que forem consideradas necessárias, mas por norma surge a Segurança Social, as USF’s, a autarquia, o CAT e eventualmente alguma IPSS que possa fornecer alimentação e vestuário”*.

Por fim, a câmara de Portalegre acrescentou ainda que *“É feita uma abordagem no sentido de diagnosticar as necessidades de intervenção e, em conjunto, tentar minimizar as necessidades básicas, que passam por alimentação, vestuário e alojamento.”* Sendo que *“As Instituições que articulam entre si para fazer face a uma situação com este público-alvo são habitualmente a Segurança Social a CASA e Cáritas.”*

No fundo, todas as Câmaras concordam que as instituições que intervêm são as que visam colmatar as necessidades básicas conforme os casos, sendo feita primeiramente uma análise e diagnóstico do caso, de forma a perceber quais as necessidades de intervenção.

Relativamente à segunda questão que apontava para um entendimento acerca de como é elaborada a estratégia de intervenção/inserção com este público-alvo, tanto a Câmara de Beja como a de Portalegre revelaram não existir uma estratégia definida para este público, tendo a Câmara de Portalegre acrescentado que *“Não sendo considerada uma área prioritária de intervenção, uma vez que as situações que surgem são pouco expressivas, nunca foi definida uma estratégia de intervenção a nível concelhio. Nas situações pontuais que surgem a estratégia dinamizada é em conjunto com os parceiros locais, sendo a CASA quase sempre o interveniente com maior peso, o facilitador, pela natureza da sua intervenção.”* A Câmara de Beja, por sua vez, refere que *“Eu encaminho para a Cáritas, porque a existir é a área que eles dominam e que respondem. Portanto não existe propriamente uma estratégia porque nós não sentimos essa necessidade”*.

Quanto à Câmara de Évora, foi referido que esta está a construir uma Unidade de Rede destinada a sem-abrigos do concelho e que integrará a Rede Social *“Em 2015, no âmbito do núcleo local de inserção do rendimento social de inserção, foi elaborada uma primeira abordagem à problemática, identificando os indivíduos que estavam a receber RSI e que se encontravam na situação de sem abrigo. Neste âmbito e uma vez que a estratégia nacional disponibilizava um questionário de apoio para elaboração do diagnóstico da situação, a equipa aplicou este questionários aos sem-abrigo identificados pelas colegas da segurança social. Após a aplicação deste questionário foi elaborado um documento de análise do mesmo (em anexo), onde surge a proposta de criação no âmbito do CLASE de uma Unidade de Rede sobre os sem-abrigo no concelho de Évora.”* A entrevistada aponta ainda os objetivos desta nova Unidade

de Rede como sendo: *“Atualização do Diagnóstico (criação de questionário concelhio a aplicar a pessoas sem-abrigo nas instituições do concelho, sempre que recorram a instituições do concelho); Elaboração de um plano de formação concelhio sobre a problemática e como intervir junto de pessoas sem-abrigo, dirigidas para técnicos das instituições do concelho; Elaboração de um plano concertado de intervenção e apoio a pessoas sem-abrigo do concelho de Évora (Definição de estratégias de intervenção; Identificação de percursos de intervenção e Identificação de canais de comunicação entre instituições)”*. Quanto aos parceiros a envolver na Unidade de Rede são propostos os seguintes: *“Câmara Municipal de Évora; ARSA/DICAD - Centro de Respostas Integradas do Alentejo Central; Centro Distrital de Segurança Social; Centro Humanitário da Cruz Vermelha Portuguesa – delegação de Évora; Centro de Alojamento Temporário de Évora; ACES – Unidade de Cuidados na Comunidade”*. A Câmara de Portalegre, apesar de referir não ter estratégia, refere que *“Nas situações pontuais que surgem a estratégia dinamizada é em conjunto com os parceiros locais, sendo a CASA quase sempre o interveniente com maior peso, o facilitador, pela natureza da sua intervenção.”* Revelando que, no fundo as Câmaras, apesar de não terem uma estratégia delimitada devido ao número de casos, revelam ser insuficiente, que em casos de sinalizações deste tipo sabem como atuar e a que entidades recorrer ao nível local. Contudo, no caso de Évora, a situação já começa a tomar expressão suficiente para que haja uma preocupação maior por parte da Câmara e, nesse sentido, que seja criada uma Unidade de Rede que trabalhe esta população alvo e defina estratégias concertadas para esta população e para a sua inserção social.

Por fim, **quando à última questão relativa às propostas de estratégias de intervenção, sugestões e ideias da melhor forma de trabalhar com esta população com as Instituições do Concelho que integram a Rede Social**, as Câmaras de Beja e Portalegre propuseram algumas ideias, somente a Câmara de Évora não propôs, visto estar em fase de construção e de diagnóstico de uma nova Unidade de Rede que pretende alavancar o diagnóstico social desta situação no concelho de Évora e das estratégias de intervenção e inserção a adotar com esta população.

A Câmara de Portalegre apontou primeiramente, e ainda relativo a um dos pontos da questão, as dificuldades que mais sentem na intervenção com este público no concelho de Portalegre como sendo o alojamento, *“As dificuldades mais sentidas na intervenção levada a cabo no concelho de Portalegre prendem-se com questões relacionadas com alojamento, tendo sido identificado nalgumas reuniões de parceiros a necessidade de serem criados apartamentos de autonomização, abrigos de emergência, etc, no sentido de poder dar resposta aos grupos mais*

vulneráveis, aqueles onde, para além de não terem alojamento e rendimentos que possam garantir o suprimento das necessidades básicas, e que têm outros problemas associados, relacionados com problemas crónicos de saúde ou problemas relacionais, nomeadamente a falta de laços familiares ou sociais de suporte.”

Quanto a propostas de estratégias concelhias e de melhorar o trabalho com a rede, a Câmara de Beja revela a Cáritas como entidade privilegiada na intervenção com este público referindo ainda que *“Ideias eu acho que há imensas boas práticas como esta no Porto e em Lisboa que nós devíamos mesmo tentar em parceria desenvolver. Sei que a biblioteca aqui há tempo, existiu um projeto que eu penso que ainda esta em curso mas que é na Cáritas, que é através da leitura de historias e de contos. Uma contadora de histórias que nós temos que iniciou um projeto com um grupo de sem-abrigos ali na Cáritas e que com eles conseguiu fazer um trabalho mas a Cáritas saberá responder.”*

Já a Câmara de Portalegre propõe a criação de um gestor de caso rotativo pelas Instituições e grupos de trabalho de ação social que fosse próximo do sem-abrigo em questão e que definissem com ele as etapas do processo de inserção, *“Apesar da problemática ser pouco expressiva no concelho de Portalegre, a minha proposta vai no sentido de ser criado localmente a figura de um(a) Gestor(a) de Caso, um/a técnico/a responsável pelo acompanhamento do processo, sendo o contacto próximo e privilegiado de cada pessoa sem-abrigo e definiria com ele as etapas a planear no seu percurso de inserção, identificando as ações prioritárias, em cada momento, que poderão contribuir para esse percurso, promovendo a articulação com as instituições e entidades que deverão ser envolvidas no mesmo. No âmbito dos Grupos de Trabalho na área da Ação Social podia ser criada esta figura que, de forma rotativa por parte das Entidades/Instituições assumiria este “papel”.”*

Por fim, quanto a propostas de estratégias de inserção dos sem-abrigo no concelho, a Câmara de Beja aponta o fator confiança e optar por valorizar as preferências e competências como fatores principais, resolvendo primeiramente as problemáticas básicas como a saúde e a habitação, *“Eu acho que esta que estávamos a falar á pouco de ir pela vertente do que eles gostassem de fazer mas tem de haver todo um trabalho de conquista primeiro e de querer e de habitação e condições básicas, saúde, claro se eles quiserem.”*

Já a Câmara de Portalegre refere a importância de os grupos de parceiros que intervêm se reunirem periodicamente e definirem, em conjunto, as estratégias que promovem as potencialidades individuais e familiares de forma a construir um projeto de qualidade de vida, *“Manter contacto regular com todas as situações em acompanhamento, partilhando informação nos Grupos de Parceiros, a fim de serem definidas estratégias em conjunto com todas as áreas de intervenção. Assim poderiam ser contratualizadas entre o Técnico que acompanha a*

situação e outras Entidades/Instituições locais um conjunto articulado e coerente de ações com vista à promoção das potencialidades individuais e familiares, através da ativação dos recursos necessários à concretização de um projeto de qualidade de vida.”

3.2.2. Na perspetiva dos Centros de Alojamento Temporários e Comunidade de Inserção

Tal como já foi referido anteriormente, a população em estudo, os sem-abrigo enquanto realidade, demonstram ser muito voláteis e instáveis principalmente no contexto onde habitam, dadas as suas características. Assim, optámos por entrevistar somente os diretores técnicos das Instituições que os acolhem e que com eles interagem na definição de uma estratégia de intervenção e de autonomização. Uma vez que o estudo se realiza no Alentejo Alto, Central e Sul, foi feita uma pesquisa das Instituições que alojam sem-abrigos ou que trabalhem diretamente com eles na definição do projeto de inserção ou projeto de vida. Desta forma, foram encontrados nesta região do Alentejo (Alto, Centro e Sul) quatro CAT e uma Comunidade de Inserção. Os CAT encontrados foram em Elvas, Portalegre, Évora e Borba e a Comunidade de Inserção em Beja. Depois de efetuados os contactos, a única Instituição que não respondeu foi o CAT de Borba, pertencente à Santa Casa da Misericórdia de Borba, e da qual, até á data, não obtivemos qualquer resposta.

Assim, contamos com os dados recolhidos de três CAT e de uma Comunidade de Inserção, sendo este o nosso universo institucional de estudo. Foram entrevistados os diretores técnicos e técnicos (nas Instituições em que o diretor técnico não coincide com o técnico social). Para uma compreensão mais fácil, e de acordo com as orientações metodológicas para aplicação e análise da informação recolhida através de entrevistas, iremos optar por denominar as Instituições entrevistadas por números. Assim, a Comunidade de Inserção de Beja será denominada de Entrevistado 4, o CAT de Évora por Entrevistado 5, o CAT de Portalegre por Entrevistado 6 e o CAT de Elvas por Entrevistado 7.

Quanto à **primeira questão** formulada, esta é essencialmente relativa ao modo de funcionamento das Instituições. Pretendemos recolher elementos, entre eles o regulamento interno, onde é possível analisar a forma de funcionamento da Instituição bem como os direitos e deveres dos utentes, colaboradores e dos dirigentes, formas de admissão dos utentes e todas as regras da Instituição. Todas as Instituições nos facultaram os regulamentos sendo que estes foram utilizados essencialmente na primeira parte deste capítulo, que compreende a caracterização das Instituições entrevistadas. Dessa forma,

aqui iremos somente analisar os pontos que faltam da questão em causa e que são a forma de atuar da Instituição com esta população, de que forma são sinalizados os casos, passos para a admissão, permanência na Instituição e formas de preparação para a autonomia do utente.

Assim, relativamente aos pontos a analisar e juntando a questão da forma de atuar com esta população com os passos para a admissão e preparação para a autonomia por nos parecer mais coerente e concertados no mesmo objetivo que é a forma de atuar das Instituições com esta população, foi possível concluir que todas as Instituições têm uma forma similar de admissão bem como de atuar com esta população, somente o entrevistado 7, não respondeu exatamente à questão pretendida, como se pode verificar:

“A Comunidade de Inserção (CI) é uma resposta social de acolhimento a pessoas e famílias em situação grave de vulnerabilidade social, tais como, vítimas de violência doméstica, sem abrigo, ex-toxicodependentes e ex-reclusos, entre outros. Esta resposta tem um regulamento interno que rege o seu normal funcionamento, onde se incluem os direitos e deveres dos utentes, bem como as regras e os serviços prestados.” “Para efeitos de admissão, o cliente deverá candidatar-se, através do preenchimento de um formulário de Inscrição/Candidatura/Admissão, que constitui parte integrante do seu processo, devendo fazer prova das declarações efetuadas, mediante a entrega de cópia dos documentos pessoais bem como e sempre que seja necessário, o relatório médico comprovativo da situação clínica do cliente, elementos sobre a situação social e financeira do cliente. Em caso de admissão urgente, pode ser dispensada a apresentação de candidatura e os respetivos documentos probatórios, devendo todavia ser, desde logo, iniciado o processo de obtenção dos dados em falta. O cliente poderá também ser encaminhado pela rede comunitária, social e/ou de suporte. Após o encaminhamento e avaliação positiva do caso é marcada uma entrevista presencial do caso com vista à sua admissão.” E4

“A admissão é feita primeiramente pelo preenchimento e envio de uma ficha de sinalização por parte de quem encaminha a situação de forma a esta Instituição perceber se reúne condições para admitir aquele utente. Se fizer consumos não temos condições para receber. No caso de idosos, também recebemos contudo temos de analisar a situação pois nem sempre reúnem critérios ou temos suporte para alguns casos mais graves. Claro que existe sempre a necessidade do parecer da Direção Técnica, contudo quem decide é a Direção Institucional. Depois do parecer positivo da Direção é feito o acolhimento institucional, apresentado o utente á equipa técnica, o regulamento interno, as regras do CATE, o quarto, os outros utentes e instalações e é elaborada a lista de pertences do utente. Este acolhimento é sempre feito numa atitude de integração e hospitalidade. Se se justificar o acolhimento é feito também com a presença da equipa da saúde que coordena e gere esses aspetos. Da Equipa Técnica constam: a Diretora

Técnica, a Técnica Ação Social, a Enfermeira, o Médico e o Psicólogo, que neste caso é o Presidente da Instituição.” A nossa forma de atuar é sempre com base primeiramente quando a pessoa é admitida na hospitalidade e tendo como base o programa de acolhimento (...) Depois a equipa técnica trabalha cada caso mas sempre primeiramente numa lógica de avaliação médica, com o médico e enfermeira no sentido de avaliar o estado de saúde do utente, depois é feita uma avaliação social tendo em conta as capacidades e preferências do utente de forma a se construir em conjunto com este um projeto de vida que o ajudará a reconstruir-se socialmente e inserir-se na sociedade. É feito um acompanhamento técnico e de enfermagem continuo nesse sentido.” E5

“Relativamente á nossa forma de atuar, não temos lista de espera pois não faz sentido. Há critérios de admissão, presentes no regulamento. Isto também não é nenhuma cadeia basta pedirem e podem sair, conviver. Quem venha é sempre bem recebido mas também com um conjunto de procedimentos que visa o bem-estar do grupo e proteção da pessoa. Corretamente e com abertura é a nossa forma de atuar mas também com precaução e inteligência porque o público não é fácil.” E6

“Quem vem para aqui é porque não tem família. O emprego está como está é quase impossível de arranjar.” E7

Quanto à questão das formas de preparação para a autonomia do utente, verifica-se que existem variações contudo, tanto o entrevistado 4, como o 5 e o 6, revelaram a existência de um programa de intervenção, seja em formas mais de reabilitação do utente seja em termos de desenvolvimento de competências ou avaliações para depois intervir na autonomização sempre em conjunto com o utente. Somente o entrevistado 7 referiu que as formas de autonomização assentavam numa lógica de avaliação do caso e encaminhamento, não revelando ter um programa definido de autonomização sem ser o encaminhamento direto.

“As formas de preparação para a autonomia do cliente assentam no programa de intervenção e correspondem a cinco dimensões distintas, com objetivos gerais e específicos, mas complementares entre si nomeadamente e por ordem crescente, cuidados básicos de saúde, cuidados básicos de higiene e alimentação, apoio psicossocial, competências pessoais e profissionais, gestão do tempo livre e de lazer de forma saudável.” E4

“Quanto às formas de preparação para a autonomização, primeiro quando o utente entra é necessário um período de integração e diagnóstico, é necessário nesse tempo perceber as competências e a pessoa para começar a promover a construção do projeto de vida dando ferramentas necessárias para que eles façam esse caminho e construam o seu projeto de vida.

Passa muitas vezes pelo desenvolvimento de atividades noutros pólos da Instituição, tais como jardinagem, lavandaria, serviços gerais,..., cumprindo um plano de trabalho para desenvolvimento de competências. Sempre com um monitor a supervisionar. Esta integração nas atividades permite criar motivação, competências e, a nível psicológico, permite algum equilíbrio e autonomia. E a Instituição, caso haja hipóteses no mercado de trabalho e se veja que o utente fez um bom trabalho, poderá estar aberta a aceitar essas pessoas, sempre com suporte e supervisão porque elas conseguem tem é de ter um grande suporte.” E5

“A nossa forma de atuar também visa sempre a reabilitação da pessoa enquanto caminho para a sua autonomização. Se as respostas são só de emergência então para que servem? Isso só faz uma descrença ainda maior às pessoas. Os passos para a admissão estão todos no regulamento contudo a triagem dos casos e o processo de acolhimento é, normalmente, feito pela Diretora.” E6

“Os utentes vão ficando ou acabam por sair por eles próprios. Trabalho não há e enquanto estão em CATE não podem requerer RSI. Tentamos encaminhar sempre os utentes mais novos para uma IPSS em Coimbra chamada “Integrar” em que inicialmente vão para uma casa abrigo, depois têm uma equipa técnica mais ampla, projetos de inserção, mais capacidades de se inserirem. Noutro caso, sempre que têm problemas de álcool ou drogas vão para o CRI que depois trata dos encaminhar.” E7

Quanto às formas de sinalização, as Instituições entrevistadas revelam um consenso nas respostas demonstrando que, na sua maioria, os casos são encaminhados pela rede comunitária, social e/ou suporte, como é o caso de entidades com Centro Distrital Segurança Social, LNES, outros CAT, PSP, NAV, GNR e/ou Departamento de Psiquiatria. Os Entrevistados 4, 6 e 7 afirmam ainda poder receber, por vezes, sinalizações da própria pessoa quando esta se dirige ao Equipamento Social.

Poderá candidatar-se ou “O cliente poderá também ser encaminhado pela rede comunitária, social e/ou de suporte.” E4

“São sinalizados por outras entidades, LNES e especialmente o Centro Distrital de Segurança Social de Évora.” E5

“São sinalizados pela Segurança Social, pelo LNES, PSP, NAV, GNR, IRS, Departamento de Psiquiatria, outros CAT’s ou um pedido de ajuda á porta.” E6

“Os utentes são sinalizados pela Segurança Social, PSP, entidades privadas ou eles mesmo batem à porta. Pedimos às entidades que enviem e-mail com informação social e médica dando especial atenção para casos psiquiátricos, se está medicada ou não. (...) Estes são os primeiros passos para a sinalização.” E7

Quanto ao tempo de permanência dos utentes na Instituição, os Entrevistados 4, 5 e 7 referiram a existência de um tempo de permanência, definido em regulamento, para a permanência dos utentes na Instituição. Somente o Entrevistado 6 revelou não existir um tempo definido e depender de cada caso.

“No que respeita ao tempo de duração nesta resposta os nossos clientes poderão permanecer na CI até aos 18 meses, podendo haver um prolongamento em casos excecionais e devidamente justificados até aos 22 meses.” E4

“O tempo de permanência no CATE são 3 meses, mas quase sempre este tempo é prorrogado porque é pouco tempo para se construir um projeto de vida porque estas pessoas reúnem poucas competências, sendo muitas vezes necessário mais tempo para trabalhá-las.” E5

“O tempo de permanência depende da problemática do utente. Isto é como uma sopa em que os ingredientes são: aceitação e integração em tratamento de recuperação; tipo de resposta e tempo que leva na recuperação; suporte familiar se há ou não; rendimentos se há ou não e autonomia da pessoa.” E6

Segundo Regulamento Interno do CAT de Elvas o tempo de permanência pode ir de 30 a 60 dias salvo casos em que possa ser prorrogado dependendo do caso.

Relativamente à **segunda questão** podemos dividi-la em duas partes, a primeira que concerne à definição da estratégia de intervenção por parte das Instituições para com esta população, bem como a construção do projeto de vida e de autonomização com este público, e a segunda parte mais relativa a apoios sociais que as Instituições utilizam, se têm acordos com a Segurança Social, se as medidas que têm se revelam suficientes e a evolução ou não desses apoios.

Assim, quanto à primeira parte da questão, mais centrada na população alvo e estratégias de intervenção e de autonomização que as Instituições definem, é possível concluir que todas as que foram entrevistadas referem que a estratégia de intervenção ou o projeto de vida de cada utente é individual e personalizado, centrado na pessoa, nas suas competências, aprendizagens, potencialidades e dificuldades. O entrevistado 4 refere, além disso, que após um mês da admissão do utente é construído com ele um Plano de Inserção Individual (dura 6 meses), avaliado mensalmente e monitorizado.

É implícito ainda que cada Instituição começa esta estratégia pela etapa da avaliação diagnóstica do utente, acrescentando ainda E5 que é feito primeiramente um diagnóstico clínico e social do utente e depois definido o seu projeto de vida, sendo a primeira etapa

da estratégia de intervenção, o diagnóstico do utente e conhecimento do mesmo e depois definidos os passos a tomar em cada situação, com o utente, dependendo da sua situação anteriormente diagnosticada. Como se comprova pelas citações: *“A estratégia de intervenção e a definição do projeto de vida do cliente é individual e personalizado, centrada na pessoa, nas suas competências, aprendizagens, potencialidades e dificuldades. Após a sua admissão na CI e ao fim de um mês, tempo que permita a integração do cliente na resposta e um conhecimento mais profundo por parte da Equipa Técnica é definido e negociado com o cliente uma proposta de Plano de Inserção Individual (PII) com as dimensões que são necessárias trabalhar e com a definição dos objetivos a atingir. Cada PII tem uma duração de seis meses, é monitorizado sempre que haja entrada de nova informação e avaliado mensalmente em reunião de Equipa Técnica e com o cliente sempre que se justifique. Ao fim de seis meses é feita uma auto e heteroavaliação com o cliente de forma a definir quais os próximos objetivos a incluir no seu PII.” E4*

“Nós temos uma estratégia de intervenção definida que assenta essencialmente nos passos que falei na nossa forma de atuar. Sempre começando por avaliar clinicamente o doente e essa parte compete á equipa de enfermagem e médica e depois então intervir ao nível social sempre com a envolvência do próprio utente. Temos alguns documentos que constam do processo e que auxiliam nessa construção do processo de vida: uma ficha inicial em que se pretende conhecer o utente, sua história de vida, seus problemas de saúde, médicos, familiares próximos, escolaridade e formação profissional, experiencia profissional, contato, esta é a ficha de admissão elaborada à entrada do utente no CATE e depois temos durante os 3 meses de permanência uma meta a conseguir, a sua autonomização. Claro que estes 3 meses podem ser prorrogáveis dependendo dos casos e das situações. Contudo, o que se pretende é: 1º mês – Acolhimento, conhecimento do utente e procura de respostas para o mesmo; 2º mês – Contatos e entrevistas e no 3º mês – encaminhamento e nos casos excecionais em que a situação não esteja resolvida ao fim de 3 meses o porquê disso acontecer e o que se pretende fazer. Depois alem destes documentos temos também o documento do projeto de vida composto por uma primeira fase de diagnóstico em que se pretende conhecer os utentes, seus objetivos, expetativas, competências e situação atual bem como motivações. Na segunda fase temos então a grelha com os objetivos da intervenção, atividades/ estratégias, metas, parcerias e resultados obtidos bem como avaliação. Todos estes documentos servem de suporte na definição do projeto de vida, estratégia de intervenção e de autonomização com este público-alvo que são os nossos utentes. Verificamos também que tudo isto necessita de muito acompanhamento pois são pessoas muito vulneráveis, dependentes de apoios e de ajuda técnica e que muitas vezes se desinteressam e deixam de acreditar se o projeto não funciona no sentido que eles preveem e no tempo que eles preveem. Assim sendo, é necessário um grande trabalho técnico de acompanhamento e de equipa e também, essencialmente de

ganhar a confiança deles e conseguir a sua envolvência no processo de se autonomizarem no sentido de os motivar a conseguirem eles mesmos os resultados melhores para a sua qualidade de vida e recuperação social” E5

“A nossa estratégia de intervenção ou reabilitação é definida tendo em conta vários processos sendo primeiramente feita uma avaliação diagnóstica do utente e depois é que são definidos os passos que irão ser trabalhados. Primeiro resolver os problemas mais evidentes que a pessoa traz que normalmente são de saúde física ou mental. Depois são feitas as consultas para terapêutica indicada e o check-up. Depois disto á dois caminhos, ou, se forem idosos, o encaminhamento para lar e/ou famílias e, no caso de serem adultos apostar na formação da pessoa, se for caso disso em formações ou trabalho. Posteriormente, pode ser feita a inscrição em casa da câmara ou aluguer de habitações em que podem posteriormente passar para a resposta de Centro de Dia desta Associação em que podemos dar apoio também em refeições e tratamento de roupa. Esta resposta de centro de dia, enquadra pessoas que estão a precisar de apoios de refeições ou lavagem de roupas e que pagam por estes serviços. Normalmente, são pessoas novas reformadas por invalidez. No processo de autonomização costumamos fazer uma retaguarda durante uns tempos. Aqui durante muito tempo cria-se um laço de afetividade entre o cuidador e o cuidado. Temos que abraçar tudo.” E6

“Temos um processo de cada utente com uma ficha de identificação, situação sócio-profissional, quem fez o encaminhamento, apoios, dados sócio-familiares, situação de saúde, diagnóstico social e plano de inserção. Este plano depende de cada caso e também do que eles pretendem. Se pretendem ficar em Elvas, se querem tentar aproximar-se da família. Tendo em conta a vontade da pessoa, tentamos intervir de maneira possível. Se quiserem emprego são inscritos no centro de emprego ou numa formação, pois emprego nunca conseguimos só a formação. A habitação é outro problema em Elvas, porque sempre que são indivíduos com filhos estes têm prioridade e os singulares ficam para trás. Nunca nenhum utente teve habitação apoiado pela autarquia.” E7

Quanto à segunda parte da questão dois relativa a apoios sociais que as Instituições utilizam, se têm acordos com a Segurança Social, se as medidas que têm se revelam suficientes e a evolução ou não desses apoios, todas as Instituições referiram ter acordo de cooperação com a Segurança Social sendo que E4 tem acordo para 16 vagas, E5 para 15 vagas, E6 para 18 vagas e E7 para 13 vagas.

Quanto à utilização de apoios sociais por parte destas Instituições, a maioria dos entrevistados (E4, E5 e E6) afirmaram necessitar e ter apoio da Cáritas com os gastos dos utentes.

“Sem prejuízo da articulação entre os serviços com vista ao apoio específico que o cliente necessita, é sempre e em caso de necessidade de algum apoio social a CDB, que através do Fundo de Emergência Social (FES), presta apoios económicos com vista a pagamento de consultas de especialidade, aquisição e apoio nas ajudas técnicas, aquisição de medicação específica, entre outros gastos.” E4

“Por Vezes temos também apoio da Cáritas ao nível da medicação, próteses, pagamento rendas...” E5

“Quanto aos apoios, sim. Para tratamentos dentários, medicação, roupa (loja social, cáritas, segurança social, produtos do banco alimentar, FEAC, donativos dos fornecedores particulares).” E6

Bem como referiram apoios da Segurança Social (E5, E6, E7). *“Destacamos o apoio da Segurança Social que se torna insuficiente porque é necessário muito. A Instituição não é autónoma, depende do apoio da Segurança Social que se torna insuficiente porque todos os utentes precisam de apoio na saúde, vestuário, documentação, alimentação, viagens,...” E5*

“Ao nível dos apoios sociais o centro distrital de segurança social só apoia viagens e medicação e para isso é necessário os utentes terem processos no centro distrital de Elvas.” E7

Referindo ainda E6 na citação anterior, apoios de outras entidades sociais ou donativos.

Quanto à última parte da questão, suficiência e evolução dessas medidas ou apoios, todas as Instituições afirmam que as medidas não se revelam suficientes. E5, E6 e E7 afirmam ainda que não tem havido evolução dos apoios, acrescentando ainda E6 e E7 que até tem diminuído. E4 e E5 referem que, somente com apoios da segurança social, a Instituição não é sustentável, acrescentando E4 que o que torna a resposta viável é estar no edifício da Cáritas de Beja, o que garante a sustentabilidade das respostas entre si. E5 refere ainda a necessidade de se recriar a resposta.

“No entanto, só é possível manter esta resposta uma vez que o equipamento (CI) se encontra dentro das instalações da sede da CDB e permite rentabilizar o edificado, outros equipamentos e respostas/programas que a CDB dispõe, tais como o refeitório e cantina social, serviço de lavandaria e atendimento/apoio social. Desta forma é garantida a sustentabilidade do serviço prestado ao nível dos recursos humanos e financeiros, ou seja, caso a CI estivesse fora do edificado o valor do protocolo não permitia fazer face aos custos diretos e indiretos desta

resposta. Uma vez que esta resposta é recente, inaugurada em dezembro de 2013, ainda não houve qualquer evolução face ao inicialmente estipulado e acordado entre as partes no que respeita ao apoio do CDSSB.” E4

“Os apoios não tem evoluído. Mantém-se iguais dai a dificuldade. São feitas exigências a nível das entidades reguladoras que também dificultam. É necessário recriar esta resposta de forma a que seja suficiente. Recriar, repensar a resposta para ser sustentável.” E5

“Tem havido um esforço da parte do poder, poder local e instituições de investir na organização destas respostas na melhoria da prestação de serviços, nos processos de modernização das Instituições e na organização dos processos, em escrever-se o que é feito mas também tem ocorrido uma diminuição dos apoios. Fecharam-se as portas ao emprego, sem emprego, sem dinheiro não há autonomia possível. É por isso que se vem cá parar, porque não há dinheiro. Acabaram com o emprego protegido para deficiência (enclave). Não há uma estrutura nas proximidades que seja uma oficina expressiva para públicos não tipificados. Antigamente havia mais porque havia RSI, porque havia POCs, era pouco mas havia. Assim que começámos a mergulhar na crise estes programas fecharam todos.” E6

“As medidas não são suficientes e nunca foram. Os apoios têm decrescido devido aos cortes nas verbas. Há 5 anos atrás ainda se conseguia algum apoio para a renda.” E7

Quanto à **terceira questão**, a tipologia que foi possível criar segue analisada no ponto seguinte. Quanto à segunda parte desta questão, relativa às dificuldades e aspetos favoráveis deste público para a intervenção da Instituição junto dos seus utentes, E4 foi o único que referiu fatores externos e internos de dificuldades encontradas na intervenção com esta população: *“No que respeita às dificuldades podemos mencionar os fatores internos e externos. Nos fatores internos necessitaríamos de ter uma equipa mais reforçada que permitisse abarcar mais áreas de intervenção com os clientes, no fatores externos o facto de termos um público-alvo com problemáticas muito diferenciadas o que coloca algumas dificuldades na intervenção e na forma como cada elemento da equipa deve agir e ainda a necessidade constante de melhorar o serviço e trabalho em rede entre os diversos serviços a que o cliente recorre na comunidade.” E4*

Sendo que todos os entrevistados referiram a complexidade desta população, pois o trabalho com pessoas é mesmo assim, necessita de uma multidimensionalidade de intervenções individualizadas e variáveis de caso a caso. Neste sentido cada Instituição referiu as suas dificuldades, com contornos idênticos entre si, revelando complexidade, necessidade de multiplicidade da intervenção, necessidade de acabar com o ciclo ocioso, assumirem regras e criação de hábitos e competências sociais e saudáveis.

“Dificuldades podemos dizer que é: não tem muitas vezes estrutura interior para mudar, capacidade; resistência as regras; falta de suporte familiar ou inexistência, dependência das instituições. Quanto a aspetos favoráveis: algum crédito dado à intervenção e ao trabalho técnico, fragilidade que permite ser moldada nos primeiros tempos.” E5

“Quanto às dificuldades penso que são: assumir regras, nem todas; convencê-los da necessidade para a recuperação; o cumprimento do esquema terapêutico; a tendência que têm para o isolamento os hábitos tabágicos intensos e o ócio, a desabituação para trabalhar.” E6

“As dificuldades deste público para a intervenção acabam por ser: um certo desinteresse e desinvestimento acho que por culpa do sistema nós habituamo-los a isto. As nossas políticas são muito assistencialistas, e eles estão sempre à espera que o técnico resolva. Por outro lado é uma população que já não tem hábitos. Precisavam também de formação inicial ligada às competências básicas, às vezes só terem que ir a outro serviço já é difícil, mas vão, e isso acaba por ser um aspeto positivo. Eles vão alterar a morada do cartão de cidadão, inscrever-se no centro de saúde, no centro de emprego e por vezes alguns procurar trabalhos especialmente rurais, contudo não permanecem na sua maioria muito tempo no local de trabalho, pois já não têm hábitos. Acaba por ser um ciclo.” E7

Quanto aos aspetos favoráveis apontados, estes variam conforme as Instituições. Assim, E4 aponta os valores da Instituição e a sua existência, enquanto resposta social dirigida a este público-alvo, como uma mais valia para terminar com o ciclo da pobreza, pelo menos nos casos que ali são trabalhados. *“A CI é uma resposta que se enquadra na ação social da CDB e da Igreja e tem uma base assente na Doutrina Social da Igreja (DSI), na forma como vemos o mundo, a sociedade e a pessoa e daí que se tivermos de mencionar os aspetos favoráveis prendem-se com o fato de poder existir uma resposta social dirigida a um público-alvo que se encontra em extrema pobreza e numa situação de grande vulnerabilidade social, podendo esta resposta ser uma oportunidade de contribuir para o término do ciclo vicioso da pobreza em que muitos dos casos nos chegam e se encontram.” E4*

Quanto a E5 e E6, estes apontam aspetos variados que ajudam na intervenção e que são importantes existirem para que se consiga intervir, tais como: crédito dado à intervenção e aos técnicos, entajuda entre eles e com a casa, esperança e assertividade para tentarem dar um melhor rumo à sua vida.

“Quanto a aspetos favoráveis: algum crédito dado à intervenção e ao trabalho técnico, fragilidade que permite ser moldada nos primeiros tempos.” E5

“Em termos de aspetos favoráveis ou intenções, neste caso, favoráveis são: a entreaajuda entre eles e com a casa, são eles que pintam a casa e tratam do material; a ingenuidade no sentido acreditarem, de terem esperança, e ainda bem que assim é; e, a pré-disposição para a assertividade, o tentarem dar um rumo melhor.” E6

Relativamente à **quarta questão**, esta abrangia as potencialidades e limitações apontadas pelas Instituições para a sua atuação com este público-alvo bem como, de que forma estas podem ser potenciadas e minimizadas de maneira a que a intervenção seja mais eficiente.

Nesta questão, tanto E4 como E6 afirmam como potencialidades a importância da resposta social, o que esta retira da rua e o que potencia nas pessoas, a sua reabilitação e reinserção de novo na sociedade através da ajuda na construção do projeto de vida e de ferramentas para a sua reorganização pessoal e social.

“Em termos de potencialidades de atuação com os nossos clientes podemos afirmar que a CI veio fechar um “círculo” existente em termos de oferta de respostas sociais e/ou serviços a quem até nós recorre. Uma vez que dispomos de atendimento social (AS), uma comunidade terapêutica (CT) e uma equipa de protocolo de RSI a CI permite à CDB e às equipas destas respostas/serviços, sinalizar e encaminhar até nós, possíveis clientes que após o atendimento de 1.º linha necessitam de um apoio mais sustentável, para que não continuem no “limbo” da exclusão e vulnerabilidade social. Com a CI foi possível iniciar um Itinerário Personalizado de Inserção (IPI) que permite ao cliente dirigir-se ao atendimento social, onde é feito um diagnóstico e se for caso disso encaminhado para a CT ou CI e a partir daí criar o seu PII.” E4

“As potencialidades são primeiro que tudo que os retiramos da rua, fazemos uma reabilitação, damos ferramentas para a reorganização do percurso e também que ajudamos na procura do projeto de vida.” E6

Quanto aos restantes entrevistados, E5 aponta a importância da cultura organizacional que afirma que esta Instituição tem e que promove o acolhimento e motivação deste público-alvo.

“As potencialidades são: a nossa cultura organizacional de acolher estas pessoas e de as motivar; e acreditar que as pessoas, estas pessoas conseguem. As limitações são: os recursos financeiros. É necessário recriar e renovar esta resposta criando projetos sustentáveis de forma a que a Instituição seja suficiente e não dependa da Segurança Social.” E5

Por fim, E7 aponta como principal potencialidade a rotatividade, a abertura dos técnicos e o respeito pela vontade dos utentes.

“As potencialidades da atuação são a rotatividade, temos muita rotatividade neste centro, pois os utentes são muito voláteis. Muito ligados a problemas de dependência de álcool e drogas, com um grande percurso de rua, estão aqui e ali e acabamos por ter muita rotatividade porque alguns abandonam este CAT. Outra potencialidade é a grande abertura dos técnicos e o respeito para o que os utentes querem para o seu projeto de vida. Enquanto diretora tento inculcar sempre o respeito pela pessoa.” E7

Quanto às limitações da atuação das Instituições com este público e como potenciá-las ou minimizá-las, tanto E4 como é E6 reforçam a questão da problemática com que se trabalha ser complexa, acrescentando ainda E3 como limitações o espaço, o reduzido número de técnicos e o financiamento.

“Em termos de limitações, estas estão relacionadas com as problemáticas com que trabalhamos, uma vez que são caracterizadas por alguma instabilidade emocional e psíquica dos clientes, ansiedade e capacidade de lidar com o tempo de espera (frustração) que levam nalguns casos ao abandono por iniciativa própria o que limita a nossa intervenção.” E4

“Quanto às limitações que temos, a primeira é o espaço, o número de técnicos reduzido, o facto de ser um público complexo e que exige que o tempo para cada um tenha de ser prolongado, exige estudo, negociação, etc. E também o financiamento, porque quanto mais financiamento, maior a pluridisciplinaridade dos técnicos, assim aumenta a parceria.” E6

O quinto entrevistado aponta também como limitação os recursos financeiros, tal como E6, acrescentando também a escassez de respostas sociais de encaminhamento psiquiátrico e, tal como E7, a necessidade de os utentes desenvolverem de competências.

“As limitações essencialmente são de recursos financeiros e por vezes a escassez de respostas sociais nesta zona psiquiátricas e outras mais relacionadas com o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e laborais.” E5

“Relativamente às limitações temos: o espaço físico, as políticas sociais, a tomada de decisão. Julgo que os utentes deveriam ganhar competências básicas, como por exemplo, fazer a cama, manusear alimentos com vigilância, etc.” E7

Quanto às formas de minimizar ou potenciar estas limitações e potencialidades de forma a intervir de forma mais eficiente, para E4 é importante em primeiro lugar, para intervir

mais eficientemente, as instituições de encaminhamento entenderem a filosofia da resposta pois a Comunidade de Inserção não é uma resposta de 1ª linha, deve ser entendida sim como uma resposta intermédia que visa potenciar a autonomização dos seus utentes.

“Para potenciar a eficiência é necessário que cada vez mais as instituições de encaminhamento percebam e compreendam a nossa filosofia de intervenção, qual o programa, objetivos e finalidades desta resposta bem como o perfil do cliente e que possam antes do encaminhamento realizar um trabalho de base com o próprio criando condições para uma maior aceitação deste projeto. A CI não é uma resposta de 1.ª linha e deve ser entendida como uma resposta intermédia que tem como finalidade criar condições para a autonomia das pessoas. Neste sentido temos feito várias apresentações nos Núcleos Locais de Intervenção Social (NLIS) da CDSSB para apresentar e esclarecer os propósitos da CI o que tem contribuído para uma maior taxa de retenção dos clientes e dos casos de sucesso.

De forma a minimizar os riscos foram melhorados os procedimentos relacionados com a admissão, permitindo a realização de mais entrevistas presenciais e exigindo às entidades de encaminhamento uma maior e melhor troca de informações sobre os clientes propostos de forma a minimizar falsas declarações e patologias associadas, bem como o envio de relatórios sociais com critérios de admissão estipulados e rigorosos”. E4

Já E5 revela importante para a eficiência da intervenção, a existência de mais respostas sociais psiquiátricas e ao nível do desenvolvimento de competências, para que este público adquirisse hábitos essenciais à vida em sociedade.

“Talvez se houvessem mais respostas ao nível psiquiátrico principalmente aqui na região poderíamos fazer um trabalho mais eficiente e se houvessem respostas para estas pessoas que, na sua maioria necessitam de ganhar competências a todos os níveis e hábitos de trabalho.” E5

Por fim, E7 afirma que é importante, para que a intervenção seja mais eficiente, fazer tudo o que está ao seu alcance.

“O que está ao nosso alcance podemos e devemos fazer e isso podia levar a uma intervenção mais eficiente.” E7

A **questão cinco**, por sua vez, diz respeito à percentagem de sucesso da Instituição, casos de inserção na sociedade, qual o tipo de emprego e habitação conseguidos, bem como a existência de situações de reincidência, se voltam à Instituição ou vão para outras.

Quanto à percentagem de sucesso, tanto E5, E6 como E7, todas elas CAT, referiram que esta percentagem de sucesso é muito reduzida, sendo que E5 referiu a questão da complexidade das problemáticas e E6 o fator mortalidade como muito importante, pois

refere que quando chegam à Instituição já vêm muito doentes. Já E7 referiu que a maioria dos utentes se vai embora por eles próprios.

“A percentagem de sucesso é muito reduzida porque este público-alvo não é dotado de referências, de competências, são pessoas de grande fragilidade pessoal, psicológica, desprovidas de afetos. Sem normas, sem regras. A percentagem é mínima. Vão-se dando pequenos passos e depois voltamos quase sempre á posição inicial. Estas pessoas não estão munidas de uma estrutura interior que as ajude a mudar. Muitas delas vivem em Instituições sem suporte e apoio da família que é o grande pilar da sociedade. A família é estruturante para o individuo, é a instituição primária que permite ao individuo crescer enquanto pessoa humana em sociedade. Muitas vezes são pessoas que conviveram com violência, foram mal-amados, negligenciados, abandonados. São pessoas a quem nunca lhes foi oferecido nada. Rotulados pela sociedade, marginalizados. Tem comportamentos desviantes mas elas só os tiveram porque sofreram processos de socialização em contextos adversos. Como é que se pode ou consegue construir uma pessoa que está desestruturada, como que desmembrada? Claro que também há pessoas que gostam de viver assim porque não aceitam regras e para se fazer alguma coisa com elas tem de se querer muito, elas tem de querer alterar algumas coisas, entre elas a questão das regras, necessárias á vida em sociedade.” E5

“Em termos de percentagens é difícil dizer mas mais ou menos posso dizer que o sucesso será de aproximadamente 20%, a reincidência talvez 30% mas aqui o fator mortalidade tem muita incidência porque quando aqui chegam já veem muito doentes.” E6

“A maioria dos utentes vão embora por eles próprios. Nem sei se podemos falar numa percentagem de sucesso ao nível da inserção de 1%. Tivemos uma altura em que conseguimos por 7 utentes na APPACDM a fazer formação e 5 conseguiram autonomizar-se mesmo com casa e foi muito bom.” E7

Por fim, E4, Comunidade de Inserção e resposta diferente de CAT, apesar de lidar com o mesmo público-alvo muitas vezes, refere que a percentagem de sucesso é muito relativa nesta problemática. Apesar de ser elemento predominante na avaliação do seu trabalho e um objetivo assumido entre cliente e Equipa Técnica.

“A taxa de sucesso nesta intervenção é muito relativa face à problemática, apesar de ser um elemento predominante na avaliação do nosso trabalho e um objetivo pelo qual a ET e o cliente se comprometem.” E4

Quanto ao tipo de emprego e habitação, no caso de quem se conseguiu autonomizar, E5 referiu que na sua maioria são para empregos operacionais e de restauração.

“O emprego é sempre ligado ao operacional, aos serviços operacionais e os de restauração principalmente.” E5

Relativamente a situações de reincidência, E4 refere que nos últimos dois anos não ocorreram situações de reincidência.

“Nesse ano (2014) não houve qualquer reincidência na nossa instituição e transitaram para o ano de 2015, do total de admitidos em 2014, doze clientes.” E4

“Nesse ano (2015) não houve qualquer reincidência na nossa instituição.” E4

O quinto entrevistado referiu que, quando ocorrem situações de reincidência, estas são acolhidas de novo na Instituição pois é esta a cultura organizacional, acolher e acreditar neles.

“Quanto há reincidência nós acolhemos mesmo reincidentes e há abertura porque a cultura é acolher e acreditar neles.” E5

Por fim, E7 refere que os casos de reincidência são cerca de 60% sendo que, os utentes por vezes pedem para ir para outras Instituições pois o entrevistado refere que ali não há ofertas de emprego. Por vezes, mais jovens, são encaminhados para associação “Integrar”. Outras vezes também recebem utentes de outras instituições que tiveram comportamentos desadequados e vêm passar um tempo ao CAT, regressando depois à instituição onde se encontravam. Na opinião de E7, os serviços não estão sensibilizados para esta problemática e nem sempre trabalham em rede, acabando por fazer somente assistencialismo.

“Relativamente a situações de reincidência são à volta de 60%. Por vezes, eles pedem para ir para outros sítios, instituições essencialmente por causa do local, não há ofertas de emprego aqui. Um fenómeno que tem vindo a aumentar são pessoas relativamente jovens que como já referi tentamos encaminhar para a “Integrar” que também tem regras na qual têm mais hipóteses. Por vezes também recebemos utentes de outras instituições que têm comportamentos desadequados nas mesmas e vêm passar um tempo a este CAT e depois regressam ao sítio inicial. Na minha opinião os serviços não estão sensibilizados para esta problemática e nem sempre trabalham em rede e acabamos por fazer assistencialismo simplesmente.” E7

Na questão seis são abordados os assuntos relacionados com a dependência dos utentes que se autonomizam face aos apoios sociais e de que forma estão mais dependentes enquanto institucionalizados na Instituição e depois de saírem.

Quanto à utilização de apoios durante o processo de autonomização, E6 refere que nos primeiros tempos estes não sentem necessidade de apoios.

“Nos primeiros tempos não. Sentem dificuldade. Nesta primeira linha é o sistema que adotamos.”
E6

Já E7 refere que se fosse há dois anos diria que a dependência era total porque saíam com RSI mas agora, ou é um utente que consegue trabalhar numa entidade que o apoie e encontre alguém, ou caso contrário é muito difícil a autonomização porque a estes indivíduos faltam-lhe a rede de suporte sociofamiliar e, quando algo corre mal, voltam à marginalidade.

“Se fosse há dois anos dizia que a dependência era total porque saíam com o RSI. No fundo, ou é um utente que consegue trabalhar numa entidade que o apoie e encontre alguém, ou caso contrário é muito difícil autonomizar-se sem ser dependente dos serviços. Talvez um ou dois casos. Estes indivíduos falta-lhe uma coisa muito importante que são as redes de suporte sócio-familiar. Qualquer coisa cai e voltam à marginalidade. Acho que faz toda a diferença este suporte.” E7

Quanto à dependência de apoios dos utentes que se autonomizam da resposta social, E4 refere que é feito um acompanhamento dos utentes que saem da CI, no sentido de terem apoio/suporte no início da autonomia.

“Os clientes que se conseguem autonomizar após a sua saída da CI com necessitam de um follow up que lhes permita receber algum apoio/suporte no início da autonomia. Esta é a única forma de minimizar riscos de dependência efetiva dos serviços e de recurso novamente às respostas de onde saíram, ao mesmo tempo, que permite antecipar e prevenir alguns comportamentos e atitudes que os possam colocar novamente numa situação de necessidade.” E4

O quinto entrevistado, por sua vez, refere que quando os utentes saem são completamente dependentes e que quando se autonomizam só tem apoio pontual exceto os que recebem RSI que são dependentes.

“Muitas antes de serem admitidos estão dependentes ao nível de apoios da segurança social, alguns também das cantinas sociais ou da caritas. A dependência é enorme destas instituições. Quando se autonomizam tem só apoio pontual mas os quem tem RSI ficam dependentes. Eles são totalmente dependentes dos apoios sociais. Quando saem são e ficam na sua maioria dependentes de novo dos apoios da segurança social e da caritas muitas vezes.” E5

Por fim, E7 refere que, quando não estão no CATE, estão dependentes da Segurança Social, RSI e do MTA (alimentos, apoios financeiros, roupa tudo, cantinas).

“Quando não estão no CAT estão dependentes da Seg. Social ao nível do RSI e do MTA, pois este dá alimentos, apoios financeiros, roupa, tudo e também das cantinas, sendo que quem recebe RSI não pode usufruir destas cantinas.” E7

Enquanto institucionalizados os apoios de que mais dependem são, segundo E4 e E7, apoios de instituições locais.

“Sem prejuízo da articulação entre os serviços com vista ao apoio específico que o cliente necessita, é sempre e em caso de necessidade de algum apoio social a CDB, que através do Fundo de Emergência Social (FES), presta apoios económicos com vista a pagamento de consultas de especialidade, aquisição e apoio nas ajudas técnicas, aquisição de medicação específica, entre outros gastos.” E4

“Quando estão no CAT estão completamente dependentes da instituição para tudo. Recorro muitas vezes ao apoio do MTA (Movimento Teresiano Apostólico – grupo voluntário) que é quem nos apoia, por exemplo para saírem para outra comunidade ao nível dos transportes,...” E7

O entrevistado 6 e 7 acrescentam ainda que quando os utentes estão institucionalizados estão dependentes totalmente do CAT.

“Enquanto estão aqui estão totalmente dependentes do CAT.” E6

Por fim, quanto a apoios sociais de que mais dependem quando se autonomizam, apesar de algumas Instituições terem vindo a responder a esta questão, E4 refere que estes dependem mais das prestações sociais ou serviços sociais devido à instabilidade do mercado de trabalho e à precariedade das soluções encontradas.

“Ainda que tenhamos apenas 2 anos de existência verificamos que as pessoas que saíram da CI uma parte delas acaba por recorrer a prestações sociais (RSI ou subsidio de desemprego) ou serviços sociais de forma a pedir novamente algum tipo de apoio aos serviços (pagamento de despesas de alimentação/habitação. Estes fatores prendem-se na sua maioria com a instabilidade do mercado de trabalho e precariedade das soluções encontradas.” E4

Por fim, E6 refere que existe uma dependência maior dos apoios quando estes se autonomizam. *“depois quando saem não sei porque aqui não se tem de esforçar muito.” E6*

Na questão seguinte, a sétima, é abordada a questão das consequências da dependência destes apoios sociais por parte deste público, bem como qual acham ser a melhor forma de estes se autonomizarem, se com ou sem apoios.

Quanto às consequências dos apoios para este público, todas as Instituições, exceto E6, apontam consequências negativas, referindo E4 essencialmente a insustentabilidade de recursos financeiros e humanos por parte do Estado e não permitir à pessoa ter a sua dignidade humana.

“Em primeiro lugar existe quase uma institucionalização de que é possível viver sempre na base dos apoios sociais que é necessário trabalhar com o cliente, mas também como os serviços de referência, empresas, entidades de formação e ação social uma vez que ninguém é beneficiado ao manter este ciclo. As consequências de manter esta dependência prendem-se com o facto de não ser sustentável em termos de recursos do estado quer humanos e/ou financeiros que advêm do erário público bem como não permitir à pessoa que se encontra nesta situação viver e ter a dignidade humana que tanto merece e tem direito.” E4

Já E5 refere como consequências a desmotivação, o desinteresse e o isolamento. *“As consequências são: a desmotivação, o desinteresse e o isolamento.” E5*

O sexto entrevistado por sua vez afirma que é positivo ter apoios quem precisa, referindo que este é um problema estrutural que tem mais a ver com o que lhes faltou (estrutura familiar) do que com o que a sociedade lhes pode dar.

“Acho que é positivo terem apoios. Para quem está em situação vulnerável os apoios são sempre necessários. Os apoios quando precisam são sempre necessários. Acho que o problema é estrutural e tem menos a ver com o que a sociedade pode dar a eles e mais a ver com o que é que faltou. Quando não há estrutura familiar, quando se é filho do avô, quando não tem capacidades, como ultrapassa isso? Ficou marcado. Todos os apoios que lhe demos são insuficientes. Experimentemos nós a ir uma semana para a rua para vermos, isto é muito difícil. Todos somos responsáveis por haver pobreza e haver pessoas em situação de exclusão. Não há afeto em excesso. E nós somos uma resposta inovadora, mas é porque o somos na cabeça dos técnicos.” E6

Por fim, E7 refere que a reincidência é a consequência dessa dependência pois, na sua opinião, não lhe são dadas competências para que sejam independentes dos serviços e apoios.

“Para mim a consequência dessa dependência é a reincidência. Não se lhe ensina a pescar e dá-se-lhe o peixe. Por outro lado, na minha opinião, a nossa sociedade não se preocupa com esta problemática. O problema sem dúvida está nas famílias, pois muitas vezes desresponsabilizam-se e com o agravamento da situação económica pior. A coisa mais grave ainda penso que é a

perturbação mental, pois é muito complicado porque não há sítios para onde os encaminhar.”
E7

Quanto à melhor forma de se autonomizarem, tanto E4 como E5 referem a importância da sua inserção novamente no mercado de trabalho, acrescentando E4 a necessidade do trabalho em equipa de todos os agentes que trabalham nos casos, no sentido comum da autonomização. A existência de medidas dos empresários que incentivem a contratualização efetiva de quem passa por um projeto de autonomização. A existência de formação específica adaptada às reais necessidades do mercado de trabalho local e que ajudem o utente a melhorar as suas competências, reciclar e adquirir novas aprendizagens. Necessidade de um follow-up dos casos por parte dos serviços envolvidos na autonomização dos casos.

*“Não existe uma fórmula mágica nem um modelo perfeito para ser aplicado e que contribua para uma inserção e autonomia efetiva, no entanto, julgamos ser possível melhorar o que tem sido feito. É necessário que todos os agentes que trabalham com estes casos tenham uma visão comum e uma intervenção complementar num só sentido, a sua autonomização. As pessoas não podem ser encaradas como números estatísticos que “saltam” de serviço em serviço, tem que haver medidas para os empresários que incentivem a **contratualização efetiva** de quem passa por um projeto de autonomização e não o fomento de um vínculo precário. São necessárias medidas de formação específica ligadas às necessidades reais e concretas do mercado de trabalho local que ajudem o cliente a melhorar as suas competências, reciclando e adquirindo novas aprendizagens ligadas às necessidades das empresas. Um follow up dos casos por parte dos serviços envolvidos na autonomização do cliente que permita a monitorização e acompanhamento apostando na prevenção e na partilha de informação entre os técnicos envolvidos. Estas poderiam ser algumas medidas a aplicar permitindo a minimização de riscos de dependência dos serviços dos casos que foram apoiados.”* E4

Já E5 refere a integração no mercado de trabalho como algo essencial para se autonomizarem, mesmo que ao abrigo de programas do IEFP. Para isso é necessário que reúnam competências, pois sem a parte financeira resolvida não se podem autonomizar, refere.

“A melhor forma de se autonomizarem é pela integração no mercado de trabalho ainda que ao abrigo de programas do IEFP para isso tem que reunir competências porque muitas vezes eles são subsidio dependentes. A autonomia financeira. Sem a parte financeira resolvida não se podem autonomizar. São pessoas totalmente dependentes dos apoios sociais.” E5

E6 e E7 referem que este público necessita de apoios para se autonomizar, E6 refere também a continuação do apoio prestado e possível com ciclos de assistencialismo com vista a proporcionar bem-estar e motivação para viver às pessoas.

“Continuamos a dar o maior apoio possível e com ciclos de assistencialismo para agarrar as pessoas à vida e proporcionar bem-estar.” E6

Por fim, E7 afirma que é impossível autonomizarem-se sem apoios. Necessitam muitas vezes de RSI e apoios básicos como habitação social e alimentação.

“O ideal seria autonomizar sem apoios, mas é impossível. Necessitam muitas vezes de RSI e dos apoios básicos como a habitação social e a alimentação.” E7

A **última questão do guião de entrevista** diz respeito, tal como no guião de entrevista feito às Câmaras Municipais, a propostas de estratégias de intervenção com este público-alvo, no sentido da sua inserção social.

Assim, E4 refere a importância da criação e constituição do NPISA. *“Em termos de estratégias de intervenção, para além do que foi referido anteriormente julgamos no nosso caso concreto e específico, tendo em conta a área geográfica da nossa intervenção (distrito/diocese de Beja) que fosse necessário criar e constituir o Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem Abrigo (NPISA). O Npisa é uma rede de instituições com diversas características, mas que desenvolvem atividades para a população sem-abrigo. Incluindo cada vez mais instituições, desenvolve um trabalho de articulação de cuidados prestados e competências entre instituições, promovendo a discussão e construção de um modelo de actuação e gestão comum a toda a rede de forma a prestar o melhor cuidado possível à população sem-abrigo, evitando ineficiências, duplicações e heterogeneidades de serviços prestados a esta população. Do NPISA resulta a modernização das próprias instituições participantes e da rede como um todo, mas sobretudo em enormes progressos na qualidade do serviço prestado e à diminuição da população sem-abrigo.”*
E4

Já E5 declara a importância da continuidade do acompanhamento; apostar na formação e qualificação das pessoas com parcerias e outras entidades; promover condições para que estas pessoas cresçam; criar escolas de formação para as integrar no mercado de trabalho, uma espécie de “escola de competências” ressarcidas de salário para potenciar autonomia destas pessoas; intercâmbio com instituições empresariais sociais – criação de redes institucionais que permita integração destas pessoas no mercado de trabalho; valorizar as competências que eles já têm e aumentar a autoestima. Acreditar, ouvir e amar estas pessoas é a essência.

“Como estratégia podemos apontar: 1) Continuidade ao acompanhamento na residência (depois da autonomização- que nós já fazemos); 2) Apostar na formação e qualificação das pessoas com parcerias e com outras entidades para modelar a estrutura interna das pessoas; 3) Promover condições para que estas pessoas cresçam: 3.1.) Criar escolas de formação para as integrar no mercado de trabalho ressarcidas de um salário, para serem autônomas e ganharem competências. Uma espécie de “escola de competências”; 3.2.) Intercâmbio com instituições empresariais sociais e criar projetos como a tal escola que referi para puderem conseguir se autonomizar. Criar redes institucionais e promover intercâmbio de forma a permitir a integração destes indivíduos no mercado de trabalho, valorizando e estimulando as suas competências; 3.3.) Valorizar as competências que eles já tem, aumentar a auto-estima, acreditar, “calçar o sapato do outro”, ouvir/ amar essas pessoas é a essência.” E5

O sexto entrevistado aposta na pluridimensionalidade da resposta de CAT. Como um puzzle em que todos podem ajudar. Afirma que esta é uma resposta curta e familiar que pensa que pode levar ao processo de autonomização. É necessário, para E6, autoestima para se autonomizar, algo em que acreditar, vontade de viver, assim como formação e capacidade financeira para se autonomizar.

“Gosto muito desta resposta de CAT, são multicoloridos, tem muitas pessoas, são desafiantes! Há de tudo: idosos, adolescentes, ... É como uma peça em que uns podem encaixar e ajudar. Mais novos aprendem com o avô. Dependentes, todos se podem entreajudar. Eu arrisco-me e os técnicos daqui arriscam-se. Não partilho o modelo de sociedade de pessoas em caixinhas, gosto da vida colorida. É este tipo de resposta mais curta e familiar que pode levar ao processo de autonomização. A pessoa para se autonomizar precisa de auto-estima, algo em que acreditar, vontade de viver. A par disso, formação e sustento. Acho que isto vai muito pelo Pão, Terra, Trabalho e Família e não pela questão da subsidiariedade. Tornámo-nos sedentários por isso, pela família. Somos seres relacionais, gregários, precisamos conviver.” E6

Por fim, E7 aponta como necessária a existência de um espaço exterior para fazer uma horta e trabalhos agrícolas, pois alguns deles já trabalharam na área. Declara ainda que é importante fazê-los sentirem-se úteis, responsáveis e capazes, e ainda que é importante ter uma rede de técnicos especializados neste público-alvo e haver um trabalho rigoroso ao nível individual bem como trabalhar em rede e parcerias.

“O cenário ideal seria termos instalações com espaço exterior grande para fazermos uma horta, agricultura, animais até porque estamos numa zona rural e alguns deles já trabalharam nesta área. É muito importante fazê-los sentirem-se úteis, responsáveis e capazes. Muito importante também era ter uma rede de técnicos vocacionados para esta população (técnicos, terapeutas,

médicos, psicólogos, etc). Era também importante um trabalho rigoroso ao nível individual, pois cada caso é um caso e não se pode querer aplicar modelos. Mas tem que haver sensibilização por parte dos técnicos para que as parcerias, também muito importantes com empresas forte ao nível local, centro de emprego, etc não fiquem simplesmente no papel. Faz todo o sentido este trabalho ser em rede (especialmente setor da saúde, segurança social e autarquia).” E7

3.2.3. Discussão dos Resultados

Com toda esta análise e em síntese, podemos concluir que as Câmaras Municipais da região do Alentejo analisada, não têm uma estratégia efetivada e redigida para intervir com os sem-abrigo, essencialmente por não se tratar de uma realidade considerada expressiva e nem ser considerado um problema de dimensões que assim o justificasse. Contudo, as Câmaras revelam, na prática, saber como intervir e a quem se dirigir quando estas situações ocorrem e são sinalizadas.

No fundo, a estratégia só não está efetivada e redigida porque na prática, todas as Câmaras revelaram saber a quais instituições locais se dirigir em primeiro lugar, sendo notório que todas se dirigem ou aos Centros Distritais, sinalizando as situações, ou às Instituições que visam colmatar as necessidades mais básicas. Contudo, esta intervenção por si só, de assistencialismo, com o passar do tempo revela-se insuficiente, pois é necessário um contínuo acompanhamento técnico de inserção para que estes casos se extingam por completo e as pessoas deixem a situação de vulnerabilidade em que se encontram. Esta preocupação da existência de um apoio e acompanhamento técnico é também tida em conta pela totalidade das Câmaras. No caso concreto de Évora existe a preocupação da criação de uma Unidade de Rede, na de Beja, é dada ênfase na Instituição local que mais trabalha estes casos, ou seja, a Cáritas, e em Portalegre, com as propostas e ideias da criação de gestores de caso que acompanhem os casos de sem-abrigo e que trabalhem com eles na definição de um projeto de vida e se reúnam periódicas entre os grupos de trabalho que intervêm com esta população.

Quanto às Instituições entrevistadas da região Alentejo, é possível notar que estas têm uma forma definida de atuação com este público-alvo que não varia muito de Instituição para Instituição, a forma de sinalização dos casos também é relativamente idêntica, bem como a questão dos apoios sociais que estas têm e que os seus utentes revelam usufruir. Apesar de tanto Câmaras como Instituições no geral parecerem estar dentro da questão e saber como agir, é necessária uma articulação que, foi referida, mas que se houvesse uma

estratégia concertada e igual para todos seria mais fácil e eficaz de articular todos os serviços envolvidos na inserção deste público-alvo. Outro fato de notar é a desresponsabilização do Estado face a estes casos, prova disso é o que responderam a maioria das Câmaras quando dizem que as Instituições Locais é que estão mais por dentro dos casos e os trabalham, passando muitas vezes, se não todos os casos que lhe chegam de sem-abrigos, para as Instituições Locais. Não quero com isto dizer que existir uma articulação de serviços locais é negativo, pelo contrário, contudo há a necessidade de se criar uma Unidade de Rede para estes casos que a nível Local, até de serviços da Câmara, como o CLAS, se responsabilize por encaminhar, trabalhar, analisar estes casos, definir no fundo, uma estratégia de inserção comum e concertada entre todos os intervenientes locais e regionais de forma a se proporcionar uma atuação mais eficaz dos casos. Como aliás se está a trabalhar e a começar em Évora, segundo o Entrevistado da Câmara de Évora referiu.

Após as entrevistas é possível também traçar um perfil da pessoa sem-abrigo no Alentejo à data deste estudo, que demonstraremos no próximo ponto.

3.3. Perfil Sociológico dos sem-abrigo no Alentejo

Tendo em conta as informações disponibilizadas pelas Instituições e Câmaras entrevistadas foi possível traçar um perfil de sem-abrigo nesta região. Foi intenção, ao longo do trabalho, recolher informações junto dos relatórios sociais dos utentes contudo não nos foi permitido como tal somente foi possível, através das entrevistas ter uma informação genérica das pessoas em situação de sem-abrigo institucionalizadas nas Instituições e apoiadas pelas Câmaras Municipais entrevistadas. Desta forma não nos foi possível quantificar as várias categorias de análise dos sem-abrigo, pelo que só é possível apresentar um tipologia deste grupo de indivíduos de acordo com os seus atributos, mas sem que seja possível uma quantificação de tais características.

No geral, e tendo em conta o guião de entrevista e o quadro do Perfil Sociológico dos sem-abrigo no Alentejo em anexo (cf Anexo III), é possível concluir que este é, no geral, do sexo masculino, entre uma faixa etária muito alargada dos 19-65 anos, com profissões, quando as há, mais rurais, sem vínculos laborais, operacionais, do primeiro setor e por vezes até biscates, contudo caracterizam-se por ser, na sua maioria, indivíduos desempregados, com baixos rendimentos, dependentes, por vezes em endividamento ou pensionistas por invalidez. Quanto à escolaridade, a maioria caracteriza-se por ter a

escolaridade mínima, ou seja, o primeiro ciclo, por vezes até analfabetos e outras vezes com o 6º ano ou até 9º ano. Relativamente a referências familiares, na maioria das vezes, são indivíduos sem referências familiares ou em casos em que ocorreu rutura familiar, noutros, foram mesmo esses indivíduos que se afastaram da família, havendo casos em que existem 50% com família e 50% sem família.

Quanto às patologias que mais sofrem, são na sua maioria psiquiátricas, que se agravam com os consumos que podem efetuar. Mas também a pobreza, doenças infeto-contagiosas e violência doméstica segundo um dos entrevistados.

Relativamente aos apoios, são indivíduos reincidentes em CAT ou noutras Instituições, que recorrem a apoios da Cáritas, Segurança Social e de outras Instituições Sociais do Concelho onde se encontrem.

Relativamente aos consumos, todos os entrevistados apontam que estes indivíduos normalmente têm problemas com consumos de álcool e drogas.

Por fim, quanto à residência são, na sua maioria a rua ou alojamentos sem condições, CAT, casas de amigos, sendo alguns despejados ou denunciados, havendo ainda perto da fronteira com Badajoz os que residem num centro nesta localidade onde podem pernoitar 3 noites, acabando depois por ir para CAT.

Em síntese, todos referem a questão de serem indivíduos do sexo masculino, com idades variadas, sem referências familiares, com pouca escolaridade, poucos rendimentos, desempregados, com necessidade de apoios sociais, que sofrem de doenças psiquiátricas, que consomem álcool e/ou drogas e que vivem muitas vezes na rua ou em habitações precárias, sem condições ou até mesmo institucionalizados em alojamentos temporários, sendo por isso indivíduos muito vulneráveis e que necessitam de muito apoio e acompanhamento para que se possa construir uma intervenção para a sua inserção em sociedade.

Na figura a seguir encontram-se resumidas as características apontadas pelos entrevistados como aquelas que mais despoletam e enquadram este caso dos sem-abrigo no Alentejo e sua tipificação.

Figura 1 - Perfil Sociológico dos sem-abrigo no Alentejo



Fonte: Elaboração própria

CAPÍTULO IV – Estratégias de Intervenção para a Inserção dos sem-abrigo – Intervenção em rede

4.1. Análise das estratégias de inserção já adotadas pelas Instituições e Câmaras Municipais observadas

Tendo em conta o capítulo anterior relativo à análise e discussão dos resultados e centrando-nos na segunda questão do guião de entrevista que dizia respeito às estratégias de intervenção adotadas pelas instituições e Câmaras Municipais, é possível concluir quanto às Instituições que todas as que foram entrevistadas referem que a estratégia de intervenção ou o projeto de vida de cada utente é individual e personalizado centrado na pessoa, nas suas competências, aprendizagens, potencialidades e dificuldades. O entrevistado 4 refere além disso que, após um mês da admissão do utente é construído com ele um Plano Inserção Individual (dura 6 meses) avaliado mensalmente e monitorizado.

É implícito ainda que cada **Instituição** começa esta estratégia pela etapa da avaliação diagnóstica do utente, acrescentando ainda E5 que é feito primeiramente um diagnóstico clínico e social do utente e depois definido o seu projeto de vida sendo a primeira etapa da estratégia de intervenção o diagnóstico do utente e conhecimento do mesmo e depois definidos os passos a tomar em cada situação com o utente dependendo da sua situação anteriormente diagnosticada. Como se comprova pelas citações: *“A estratégia de intervenção e a definição do projeto de vida do cliente é individual e personalizado, centrada na pessoa, nas suas competências, aprendizagens, potencialidades e dificuldades. Após a sua admissão na CI e ao fim de um mês, tempo que permita a integração do cliente na resposta e um conhecimento mais profundo por parte da Equipa Técnica é definido e negociado com o cliente uma proposta de Plano de Inserção Individual (PII) com as dimensões que são necessárias trabalhar e com a definição dos objetivos a atingir. Cada PII tem uma duração de seis meses, é monitorizado sempre que haja entrada de nova informação e avaliado mensalmente em reunião de Equipa Técnica e com o cliente sempre que se justifique. Ao fim de seis meses é feita uma auto e heteroavaliação com o cliente de forma a definir quais os próximos objetivos a incluir no seu PII.” E4*

“Nós temos uma estratégia de intervenção definida que assenta essencialmente nos passos que falei na nossa forma de atuar. Sempre começando por avaliar clinicamente o doente e essa parte compete á equipa de enfermagem e médica e depois então intervir ao nível social sempre com a

envolvência do próprio utente. Temos alguns documentos que constam do processo e que auxiliam nessa construção do processo de vida: uma ficha inicial em que se pretende conhecer o utente, sua história de vida, seus problemas de saúde, médicos, familiares próximos, escolaridade e formação profissional, experiência profissional, contato, esta é a ficha de admissão elaborada à entrada do utente no CATE e depois temos durante os 3 meses de permanência uma meta a conseguir, a sua autonomização. Claro que estes 3 meses podem ser prorrogáveis dependendo dos casos e das situações. Contudo, o que se pretende é: 1º mês – Acolhimento, conhecimento do utente e procura de respostas para o mesmo; 2º mês – Contatos e entrevistas e no 3º mês – encaminhamento e nos casos excepcionais em que a situação não esteja resolvida ao fim de 3 meses o porquê disso acontecer e o que se pretende fazer. Depois além destes documentos temos também o documento do projeto de vida composto por uma primeira fase de diagnóstico em que se pretende conhecer os utentes, seus objetivos, expectativas, competências e situação atual bem como motivações. Na segunda fase temos então a grelha com os objetivos da intervenção, atividades/ estratégias, metas, parcerias e resultados obtidos bem como avaliação. Todos estes documentos servem de suporte na definição do projeto de vida, estratégia de intervenção e de autonomização com este público-alvo que são os nossos utentes. Verificamos também que tudo isto necessita de muito acompanhamento pois são pessoas muito vulneráveis, dependentes de apoios e de ajuda técnica e que muitas vezes se desinteressam e deixam de acreditar se o projeto não funciona no sentido que eles preveem e no tempo que eles preveem. Assim sendo, é necessário um grande trabalho técnico de acompanhamento e de equipa e também, essencialmente de ganhar a confiança deles e conseguir a sua envolvência no processo de se autonomizarem no sentido de os motivar a conseguirem eles mesmos os resultados melhores para a sua qualidade de vida e recuperação social” E5

“A nossa estratégia de intervenção ou reabilitação é definida tendo em conta vários processos sendo primeiramente feita uma avaliação diagnóstica do utente e depois é que são definidos os passos que irão ser trabalhados. Primeiro resolver os problemas mais evidentes que a pessoa traz que normalmente são de saúde física ou mental. Depois são feitas as consultas para terapêutica indicada e o check-up. Depois disto á dois caminhos, ou, se forem idosos, o encaminhamento para lar e/ou famílias e, no caso de serem adultos apostar na formação da pessoa, se for caso disso em formações ou trabalho. Posteriormente, pode ser feita a inscrição em casa da câmara ou aluguer de habitações em que podem posteriormente passar para a resposta de Centro de Dia desta Associação em que podemos dar apoio também em refeições e tratamento de roupa. Esta resposta de centro de dia, enquadra pessoas que estão a precisar de apoios de refeições ou lavagem de roupas e que pagam por estes serviços. Normalmente, são pessoas novas reformadas por invalidez. No processo de autonomização costumamos fazer uma

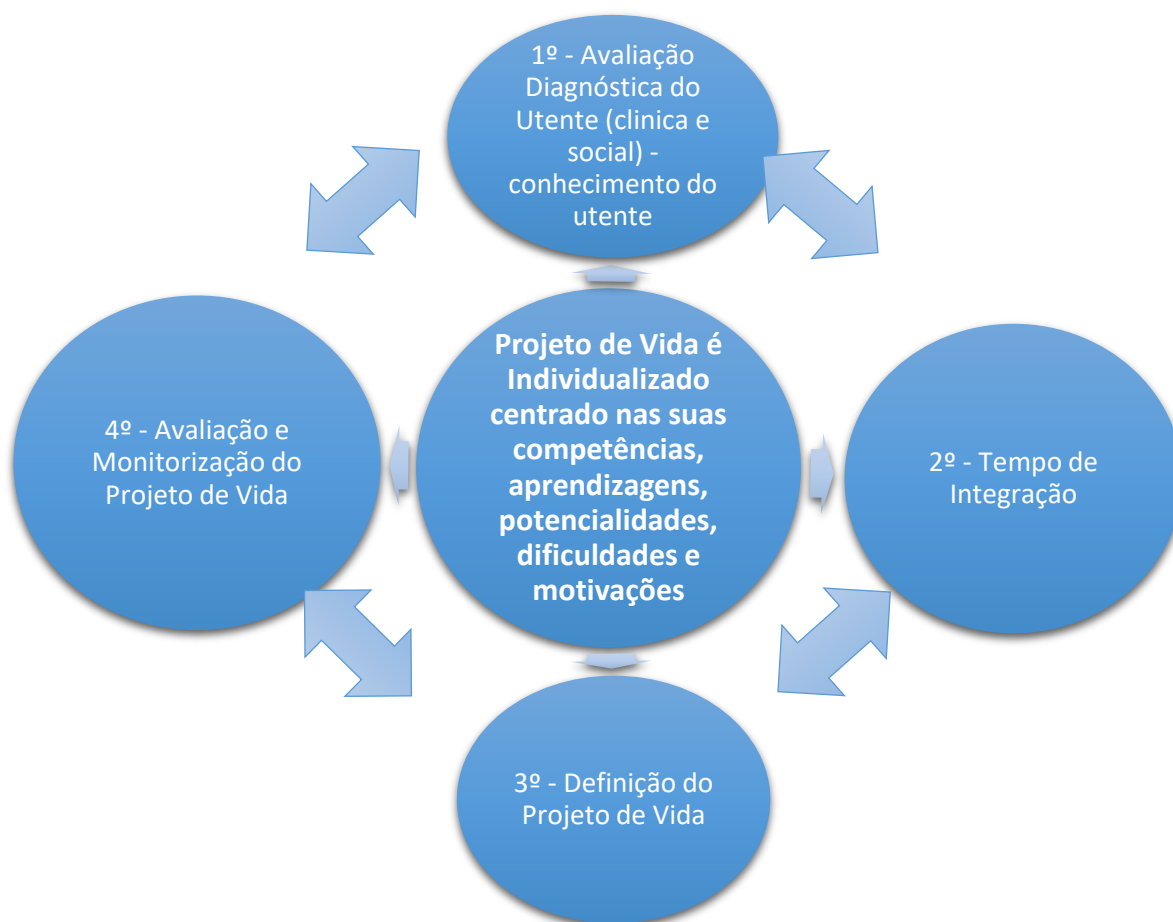
retaguarda durante uns tempos. Aqui durante muito tempo cria-se um laço de afetividade entre o cuidador e o cuidado. Temos que abraçar tudo.” E6

“Temos um processo de cada utente com uma ficha de identificação, situação sócio-profissional, quem fez o encaminhamento, apoios, dados sócio-familiares, situação de saúde, diagnóstico social e plano de inserção. Este plano depende de cada caso e também do que eles pretendem. Se pretendem ficar em Elvas, se querem tentar aproximar-se da família. Tendo em conta a vontade da pessoa, tentamos intervir de maneira possível. Se quiserem emprego são inscritos no centro de emprego ou numa formação, pois emprego nunca conseguimos só a formação. A habitação é outro problema em Elvas, porque sempre que são indivíduos com filhos estes têm prioridade e os singulares ficam para trás. Nunca nenhum utente teve habitação apoiado pela autarquia.” E7

Todo este processo é importante não esquecer que não se esgota num ponto do processo e que, como complexo que é visto se tratar de um processo dinâmico e que trabalha com pessoas pode sempre ser alterado e voltar atrás ou necessitar de ir atrás num dos pontos para que consiga intervir de forma mais eficaz, desta forma em forma de síntese apresentamos o seguinte esquema:

Figura 2 - Síntese das estratégias adoptadas pelas Instituições para a inserção dos seus utentes

Fonte: Elaboração própria



No caso das **Câmaras** Municipais entrevistadas relativamente à questão que apontava para um entendimento acerca de como é elaborada a estratégia de intervenção/inserção com este público-alvo, tanto a Câmara de Beja como a de Portalegre revelaram não existir uma estratégia definida para este público, tendo a Câmara de Portalegre sendo que tanto estas Câmaras como a Câmara de Beja referiram ainda que quando casos lhe são encaminhados cada uma delas encaminha para as entidades locais, seja o CAT de Portalegre, seja a Cáritas de Beja, não havendo assim uma estratégia sem ser o encaminhamento para as Instituições Sociais no caso destas entidades.

Quanto à Câmara de Évora, foi referido que esta está a construir uma Unidade de Rede destinada a sem-abrigos do concelho e que integrará a Rede Social “*Em 2015, no âmbito do núcleo local de inserção do rendimento social de inserção, foi elaborada uma primeira abordagem à problemática, identificando os indivíduos que estavam a receber RSI e que se encontravam na situação de sem abrigo. Neste âmbito e uma vez que a estratégia nacional disponibilizava um questionário de apoio para elaboração do diagnóstico da situação, a equipa aplicou este questionários aos sem-abrigo identificados pelas colegas da segurança social. Após*

a aplicação deste questionário foi elaborado um documento de análise do mesmo (em anexo), onde surge a proposta de criação no âmbito do CLASE de uma Unidade de Rede sobre os sem-abrigo no concelho de Évora.”. Esta tem como objetivos: *“Atualização do Diagnóstico (criação de questionário concelhio a aplicar a pessoas sem-abrigo nas instituições do concelho, sempre que recorram a instituições do concelho); Elaboração de um plano de formação concelhio sobre a problemática e como intervir junto de pessoas sem-abrigo, dirigidas para técnicos das instituições do concelho; Elaboração de um plano concertado de intervenção e apoio a pessoas sem-abrigo do concelho de Évora (Definição de estratégias de intervenção; Identificação de percursos de intervenção e Identificação de canais de comunicação entre instituições”*. Quanto aos parceiros a envolver na Unidade de Rede são propostos os seguintes: *“Câmara Municipal de Évora; ARSA/DICAD - Centro de Respostas Integradas do Alentejo Central; Centro Distrital de Segurança Social; Centro Humanitário da Cruz Vermelha Portuguesa – delegação de Évora; Centro de Alojamento Temporário de Évora; ACES – Unidade de Cuidados na Comunidade”*.

No fundo as Câmaras apesar de não terem uma estratégia delimitada devido ao número de casos sinalizados, que revelam ser insuficiente, assumem que em casos de sinalizações deste tipo sabem como atuar e a que entidades recorrer ao nível local acabando por trabalhar somente no assistencialismo dos casos. Contudo, no caso de Évora, a situação já começa a tomar expressão suficiente para que haja uma preocupação maior por parte da Câmara e nesse sentido que seja criada uma Unidade de Rede que trabalhe esta população alvo e defina estratégias concertadas para esta população e para a sua inserção social.

Assim, quanto às respostas dadas pelas Câmaras é possível resumir tudo no seguinte esquema síntese:

Figura 3 - Síntese das estratégias adotadas pelas Câmaras para a inserção dos sem-abrigo



Fonte: Elaboração própria

4.2. Propostas de Estratégias futuras pelas Instituições e Câmaras Municipais

Relativamente a propostas de estratégias futuras por parte das **Instituições** entrevistadas, E4 refere a importância da criação e constituição do NPISA. *“Em termos de estratégias de intervenção, para além do que foi referido anteriormente julgamos no nosso caso concreto e específico, tendo em conta a área geográfica da nossa intervenção (distrito/diocese de Beja) que fosse necessário criar e constituir o Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem Abrigo (NPISA). O NPISA é uma rede de instituições com diversas características, mas que desenvolvem atividades para a população sem-abrigo. Incluindo cada vez mais instituições, desenvolve um trabalho de articulação de cuidados prestados e competências entre instituições, promovendo a discussão e construção de um modelo de actuação e gestão comum a toda a rede de forma a prestar o melhor cuidado possível à população sem-abrigo, evitando ineficiências, duplicações e heterogeneidades de serviços prestados a esta população. Do NPISA resulta a modernização*

das próprias instituições participantes e da rede como um todo, mas sobretudo em enormes progressos na qualidade do serviço prestado e à diminuição da população sem-abrigo.” E4

Já E5 declara a importância da continuidade do acompanhamento; apostar na formação e qualificação das pessoas com parcerias e outras entidades; promover condições para que estas pessoas cresçam; criar escolas de formação para as integrar no mercado de trabalho, uma espécie de “escola de competências” ressarcidas de salário para potenciar autonomia destas pessoas; intercâmbio com instituições empresariais sociais – criação de redes institucionais que permita integração destas pessoas no mercado de trabalho; valorizar as competências que eles já têm e aumentar a auto-estima. Acreditar, ouvir e amar estas pessoas é a essência.

“Como estratégia podemos apontar: 1) Continuidade ao acompanhamento na residência (depois da autonomização- que nós já fazemos); 2) Apostar na formação e qualificação das pessoas com parcerias e com outras entidades para modelar a estrutura interna das pessoas; 3) Promover condições para que estas pessoas cresçam: 3.1.) Criar escolas de formação para as integrar no mercado de trabalho ressarcidas de um salário, para serem autónomas e ganharem competências. Uma espécie de “escola de competências”; 3.2.) Intercâmbio com instituições empresariais sociais e criar projetos como a tal escola que referi para poderem conseguir se autonomizar. Criar redes institucionais e promover intercambio de forma a permitir a integração destes indivíduos no mercado de trabalho, valorizando e estimulando as suas competências; 3.3.) Valorizar as competências que eles já tem, aumentar a auto-estima, acreditar, “calçar o sapato do outro”, ouvir/ amar essas pessoas é a essência.” E5

O sexto entrevistado aposta na pluridimensionalidade da resposta de CAT. Como um puzzle em que todos podem ajudar. Afirma que esta é uma resposta curta e familiar que pensa que pode levar ao processo de autonomização. É necessário, para E6, auto estima para se autonomizar, algo em que acreditar, vontade de viver. Bem como formação e capacidade financeira para se autonomizar.

“Gosto muito desta resposta de CAT, são multicoloridos, tem muitas pessoas, são desafiantes! Há de tudo: idosos, adolescentes, ... É como uma peça em que uns podem encaixar e ajudar. Mais novos aprendem com o avô. Dependentes, todos se podem entreajudar. Eu arrisco-me e os técnicos daqui arriscam-se. Não partilho o modelo de sociedade de pessoas em caixinhas, gosto da vida colorida. É este tipo de resposta mais curta e familiar que pode levar ao processo de autonomização. A pessoa para se autonomizar precisa de auto-estima, algo em que acreditar, vontade de viver. A par disso, formação e sustento. Acho que isto vai muito pelo Pão, Terra,

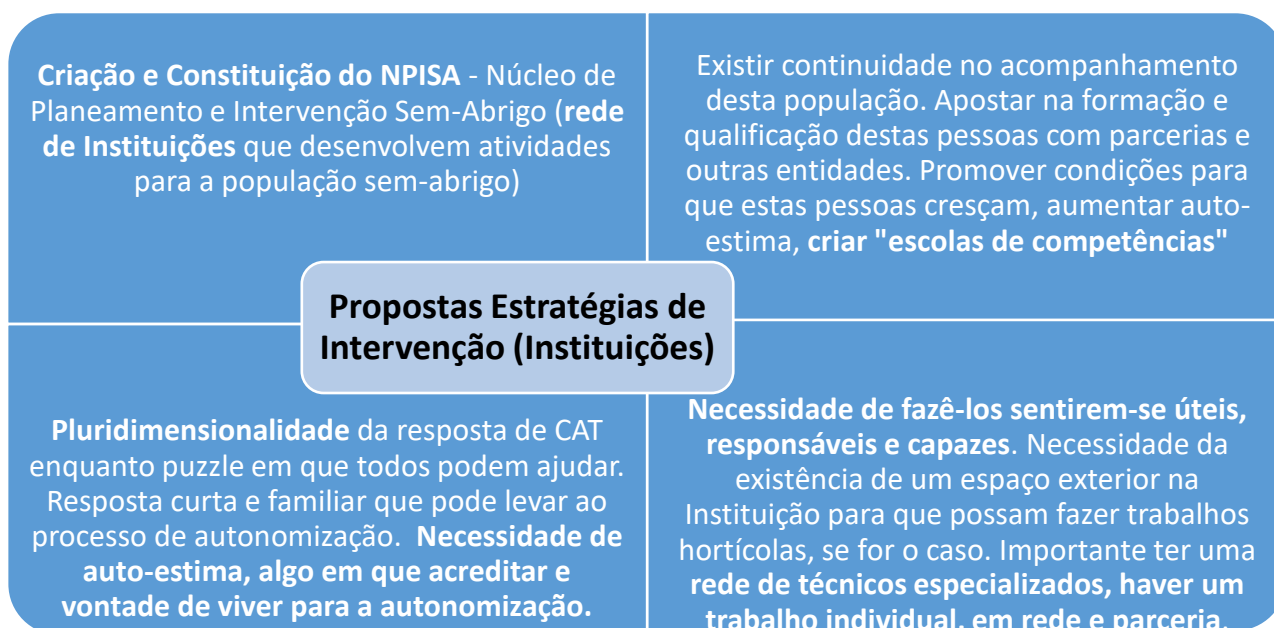
Trabalho e Família e não pela questão da subsidiariedade. Tornámo-nos sedentários por isso, pela família. Somos seres relacionais, gregários, precisamos conviver.” E6

Por fim, E7 aponta como necessária a existência de um espaço exterior para fazer uma horta e trabalhos agrícolas pois alguns deles já trabalharam na área. Declara ainda que é importante fazê-los sentirem-se úteis, responsáveis e capazes. E ainda que é importante ter uma rede de técnicos especializados neste público-alvo e haver um trabalho rigoroso ao nível individual bem como trabalhar em rede e parcerias.

“O cenário ideal seria termos instalações com espaço exterior grande para fazermos uma horta, agricultura, animais até porque estamos numa zona rural e alguns deles já trabalharam nesta área. É muito importante fazê-los sentirem-se úteis, responsáveis e capazes. Muito importante também era ter uma rede de técnicos vocacionados para esta população (técnicos, terapeutas, médicos, psicólogos, etc). Era também importante um trabalho rigoroso ao nível individual, pois cada caso é um caso e não se pode querer aplicar modelos. Mas tem que haver sensibilização por parte dos técnicos para que as parcerias, também muito importantes com empresas forte ao nível local, centro de emprego, etc não fiquem simplesmente no papel. Faz todo o sentido este trabalho ser em rede (especialmente setor da saúde, segurança social e autarquia).” E7

Como forma de síntese apresentamos o seguinte esquema:

Figura 4 - Propostas de Estratégias de Intervenção pelas Instituições



Fonte: Elaboração própria

Relativamente às **Câmaras**, quando à última questão relativa às propostas de estratégias de intervenção, sugestões e ideias da melhor forma de trabalhar com esta população com as Instituições do Concelho que integram a Rede Social, as Câmaras de Beja e Portalegre propuseram algumas ideias somente a Câmara de Évora não propôs visto estar em fase de construção e de diagnóstico de uma nova Unidade de Rede que pretende alavancar o diagnóstico social desta situação no concelho de Évora e das estratégias de intervenção e inserção a adotar com esta população.

A Câmara de Portalegre apontou primeiramente, e ainda relativo a um dos pontos da questão, as dificuldades que mais sentem na intervenção com este público no concelho de Portalegre como sendo o alojamento, *“As dificuldades mais sentidas na intervenção levada a cabo no concelho de Portalegre prendem-se com questões relacionadas com alojamento, tendo sido identificado nalgumas reuniões de parceiros a necessidade de serem criados apartamentos de autonomização, abrigos de emergência, etc, no sentido de poder dar resposta aos grupos mais vulneráveis, aqueles onde, para além de não terem alojamento e rendimentos que possam garantir o suprimento das necessidades básicas, e que têm outros problemas associados, relacionados com problemas crónicos de saúde ou problemas relacionais, nomeadamente a falta de laços familiares ou sociais de suporte.”*

Quanto a propostas de estratégias concelhias e de melhorar o trabalho com a rede, a Câmara de Beja revela a Cáritas como entidade privilegiada na intervenção com este público referindo ainda que *“Ideias eu acho que há imensas boas práticas como esta no Porto e em Lisboa que nós devíamos mesmo tentar em parceria desenvolver. Sei que a biblioteca aqui há tempo, existiu um projeto que eu penso que ainda esta em curso mas que é na Cáritas, que é através da leitura de histórias e de contos. Uma contadora de histórias que nós temos que iniciou um projeto com um grupo de sem-abrigos ali na Cáritas e que com eles conseguiu fazer um trabalho mas a Cáritas saberá responder.”*

Já a Câmara de Portalegre propõe a criação de um gestor de caso rotativo pelas Instituições e grupos de trabalho de ação social que fosse próximo do sem-abrigo em questão e que definissem com ele as etapas do processo de inserção, *“Apesar da problemática ser pouco expressiva no concelho de Portalegre, a minha proposta vai no sentido de ser criado localmente a figura de um(a) Gestor(a) de Caso, um/a técnico/a responsável pelo acompanhamento do processo, sendo o contacto próximo e privilegiado de cada pessoa sem-abrigo e definiria com ele as etapas a planear no seu percurso de inserção, identificando as ações prioritárias, em cada momento, que poderão contribuir para esse percurso, promovendo a articulação com as instituições e entidades que deverão ser envolvidas no mesmo. No âmbito*

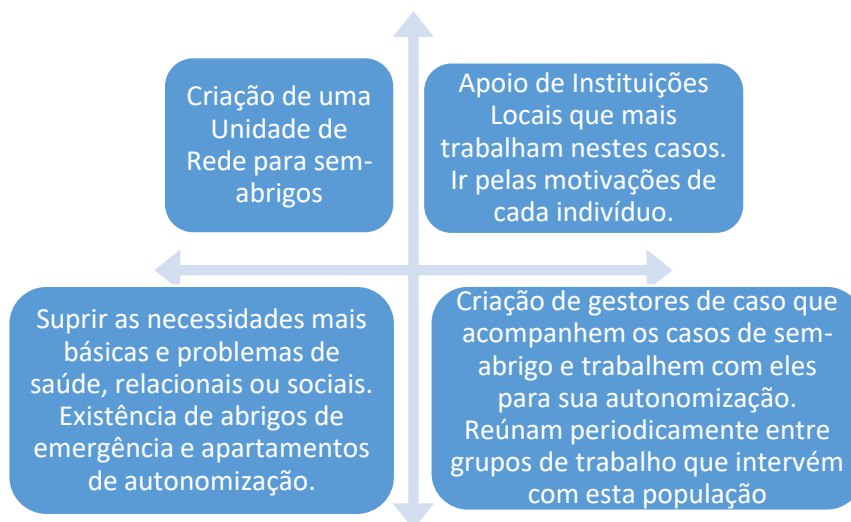
dos Grupos de Trabalho na área da Ação Social podia ser criada esta figura que, de forma rotativa por parte das Entidades/Instituições assumiria este “papel”.

Por fim, quanto a propostas de estratégias de inserção dos sem-abrigo no concelho, a câmara de Beja aponta o fator confiança e optar por valorizar as preferências e competências como fatores principais, resolvendo primeiramente as problemáticas básicas como a saúde e a habitação, “Eu acho que esta que estávamos a falar á pouco de ir pela vertente do que eles gostassem de fazer mas tem de haver todo um trabalho de conquista primeiro e de querer e de habitação e condições básicas, saúde, claro se eles quiserem.”

Já a Câmara de Portalegre refere a importância de os grupos de parceiros que intervêm se reunirem periodicamente e definirem em conjunto as estratégias que promovem as potencialidades individuais e familiares de forma a construir um projeto de qualidade de vida, “Manter contacto regular com todas as situações em acompanhamento, partilhando informação nos Grupos de Parceiros, a fim de serem definidas estratégias em conjunto com todas as áreas de intervenção. Assim poderiam ser contratualizadas entre o Técnico que acompanha a situação e outras Entidades/Instituições locais um conjunto articulado e coerente de ações com vista à promoção das potencialidades individuais e familiares, através da ativação dos recursos necessários à concretização de um projeto de qualidade de vida.”

Na de Évora com a preocupação da criação de uma Unidade de Rede, na de Beja com o apoio e ênfase na Instituição local que mais trabalha estes casos naquele concelho, a Cáritas, e em Portalegre com as propostas e ideias da criação de gestores de caso que acompanhem os casos de sem-abrigo e que trabalhem com eles na definição de um projeto de vida e se reúnam periódicas entre os grupos de trabalho que intervêm com esta população. Em forma de síntese, apresentamos o seguinte esquema:

Figura 5 - Propostas de Estratégias de Intervenção pelas Câmaras



Fonte: Elaboração própria

4.3. Contributos para a definição de uma Estratégia de Intervenção para a inserção das pessoas sem-abrigo na região do Alentejo

Após o desenvolvimento deste estudo compreensivo e empírico relativamente à temática da pobreza e dos sem-abrigo em particular, as leituras acerca das Estratégias de Intervenção que pelo País se implementaram no sentido de contribuir para a inserção dos sem-abrigo em sociedade, propomo-nos neste ponto contribuir para que se defina uma estratégia de inserção para pessoas em situação de sem-abrigo na região em estudo, o Alentejo, dada também a sua pertinência e inexistência até ao momento.

Assim, baseada no diagnóstico que foi efetuado o longo do presente trabalho e as várias estratégias de inserção para esta população já propostas e a serem implementadas no País proponho que se estruture através dos seguintes pontos de desenvolvimento a considerar como contributos de uma estratégia para esta região:

- 1) **Introdução:** Em que se visa definir qual a origem desta estratégia, a definição do problema para a qual foi concebida, a pertinência da estratégia, a que níveis se vai efetivar, quais os objetivos gerais, quais os pontos da estratégia, qual a Instituição ou entidade que ficará responsável por dinamizar a estratégia nesta região e qual o tempo de duração e aplicação da Estratégia.
- 2) **Diagnóstico geral da situação:** Que pretende ser uma abordagem geral ao problema identificado e para o qual a estratégia visa incidir que neste caso são os sem-abrigo no Alentejo. Neste ponto é também importante enquadrar a situação passando de um nível macro para micro com estatísticas e dados que comprovem a situação atual.
- 3) **Conceito de pessoa sem-abrigo adotado na Estratégia:** Definir qual o conceito a adotar na Estratégia e de onde provém este conceito bem como as suas dimensões de análise tendo em conta a realidade da região Alentejo. Será deste conceito que partirá toda a operacionalização da Estratégia.
- 4) **Rede de Respostas Sociais existentes no Alentejo para esta população e Áreas Geográficas de Intervenção:** Fazer um mapeamento da região Alentejo (NUT II) quanto às respostas sociais que intervém com esta população tais como: Cruz

Vermelha Portuguesa, Centros Distritais de Segurança Social, Centros de Alojamento Temporários, Comunidades de Inserção, Câmaras – CLAS, Cáritas, Cantinas Sociais, Banco Alimentar, etc. No fundo, todas as entidades que trabalham com esta população ou intervêm com a mesma.

5) Ações a Implementar – Modelo de Intervenção

5.1.) Modelo de Intervenção: Neste ponto pretende-se definir o modelo da intervenção a implementar de forma a se entender quais as formas de intervenção em casos de emergência e depois ao nível de acompanhamento, monitorização e avaliação da situação caso a caso. Será um modelo geral em forma de esquema em que se entenda quais as Instituições ou entidades de primeira e de segunda linha e quem fica responsável por que fase da intervenção. Neste modelo é importante também a figura do gestor de caso pois este ficará responsável por um caso que se pretende seja apresentado e monitorizado ficando descrito no modelo também esta situação.

5.2.) Eixos de Intervenção:

Eixo 1 – Conhecimento do Fenómeno: Este eixo visa um conjunto de medidas no sentido de promover o conhecimento do fenómeno principalmente no Alentejo de forma a que este possa ser intervencionado de forma eficaz e eficiente.

Eixo 2 – Qualificação da Intervenção: Neste eixo é importante definir três vertentes, a primeira relativa á importância dos técnicos envolvidos terem formação para tal e de ser tida em conta a necessidade de estes terem formação no modelo específico de intervenção definido na estratégia de forma a saberem como atuar caso uma situação de sem-abrigo se lhes apresente. Depois é importante também definir as instituições de referência específicas para este público-alvo de forma a estas puderem estar envolvidas na estratégia e saberem como intervir nestes casos. Por fim, e tendo em conta as propostas de estratégias de inserção que as entidades entrevistadas apresentaram, estudar a possibilidade da criação de uma “Escola de Competências” que, com entidades parceiras e técnicos especializados interviesse com este público no sentido de potenciar competências.

Eixo 3 – Avaliação: Este seria um eixo dedicado a mecanismos e processos de avaliação que no fim de cada estratégia se poriam em prática de forma a avaliar se os

objetivos delineados foram alcançados e o que trabalhar, onde intervir na próxima estratégia

5.3.) *Atores envolvidos, parceiros e Stakeholders:* Neste ponto pretende-se definir quais os atores, entidades que precisam de estar envolvidos para que a Estratégia alcance os seus objetivos. Poderá ser pertinente para este ponto verificar nos Centros Locais de Ação Social das Câmaras Municipais do Alentejo quais as Instituições que interagem com esta população bem como ter em conta o ponto 4) desta Estratégia onde é feito um mapeamento das respostas sociais para sem-abrigos no Alentejo e depois entrar em contato com estas Instituições no sentido da sua participação e intervenção na Estratégia. É também necessário definir parceiros que intervenham para a construção do projeto de intervenção individual dos sem-abrigo.

6) *Esquema de Procedimentos e Atribuição de Responsabilidades de Intervenção:* Aqui pretende-se a construção de um esquema de procedimentos a cumprir na Intervenção com esta população de forma à sua inserção. Este é muito importante ser definido de forma às Instituições envolvidas trabalharem em rede e de forma a que haja uma intervenção concertada para um objetivo comum. A atribuição de responsabilidades de intervenção refere-se essencialmente a definir com um instrumento como uma tabela ou quadro quem fica responsável por cada área de necessidade, definindo-se assim quais os recursos existentes na Comunidade e o que cada Instituição pode disponibilizar (Higiene pessoal, material higiene, alimentação, alojamento, etc). Neste ponto também se atribui quem fica gestor de cada caso. Esta figura do gestor de caso terá critérios e responsabilidades sendo que este será responsável pelo seu caso que terá de periodicamente apresentar equipa multidisciplinar envolvida na Estratégia de forma a que todos os atores saibam da evolução de cada caso.

7) *Calendário de Metas a Atingir (Implementação, Monitorização e Avaliação):* Pretende-se neste ponto definir um calendário de aplicação da Estratégia tendo em conta as fases de Implementação, Monitorização e Avaliação da mesma.

8) Conclusões: Por fim, este é um ponto dedicado às conclusões que se obtiveram com esta estratégia, limitações e contributos para uma nova estratégia caso se justifique.

Anexos: Aqui pretende-se enquadrar todos os instrumentos necessários à elaboração, aplicação, monitorização e avaliação da estratégia. Tais como: Fichas de sinalização do sem-abrigo, Ficha de necessidades do sem-abrigo, Esquema de Procedimentos, Modelo de Intervenção, Ficha de Avaliação da Intervenção, Mapa dos Recursos Existentes na Comunidade e que cada Instituição pode dar, Ficha de Monitorização da Intervenção, entre outros que se considerem pertinentes.

É prioridade da Europa erradicar a pobreza, prioridade aliás global, pois tanto nos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio como do Desenvolvimento Sustentável um dos objetivos principais é a erradicação da pobreza. Assim, esta estratégia em escala micro e local, partindo de um conjunto muito maior de medidas como já vimos, pretende contribuir para isso mesmo, erradicar a pobreza. Tendo como base as várias estratégias já implementadas pelo País, em especial a Estratégia Nacional para a integração da pessoa sem-abrigo, esta pretende enquadrar uma região.

É importante definir os passos base da estratégia que, no fundo, visa conhecer para intervir. O fenómeno dos sem-abrigo no Alentejo ganha expressão com o agudizar das condições de pobreza, com o aumento das desigualdades sociais e com a crise económica e financeira que vivemos desde 2009.

É importante conhecer a realidade do fenómeno, este é uma população volátil e de difícil contagem pela sua mutabilidade, contudo é necessário contá-la, saber do que falamos, estudá-la e analisar o seu perfil para conseguirmos intervir de forma concertada é eficaz. Pois, de fato, no Alentejo existe um deficiente conhecimento do fenómeno, não tendo encontrado estatísticas ou contagens do mesmo nem tão pouco uma estratégia de estudo e de trabalho com esta população.

Depois é também necessário definir a forma como se vai olhar para o problema, criar grupos de discussão e analisar o problema, conhecê-lo para melhor trabalhá-lo.

É também de notar, por não haver conhecimento detalhado sobre a magnitude do problema social e nem estratégia de intervenção nesta região, por vezes há falta de articulação entre respostas sociais no sentido de otimização dos recursos existentes bem

como a qualificação dos mesmos para com esta realidade com formações, workshops, ir para o terreno, conhecer para intervir. É necessário consciencializarmos que é preciso dar passos a nível regional, neste caso, na luta contra a pobreza e quanto mais juntos estivermos melhor serão os resultados.

Prova disso é o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido na Rede Social de Évora com a construção de uma Unidade de Rede para sem-abrigos da qual faço parte enquanto Técnica de uma das IPSS envolvidas. Esta ainda está no início da sua construção contudo é um grande passo para uma intervenção com este público bem como um princípio em que estes estão a ser tidos em conta como um problema social que carece de soluções que só podem ser atingidas em grupo e em parceria.

Só é possível intervir a este nível em rede, concertados para um objetivo comum, neste caso, a erradicação da pobreza numa das suas formas de exclusão social, os sem-abrigo.

Nesta proposta de intervenção que se apresenta está subentendido uma lógica de união dos Concelhos do Alentejo para este objetivo de intervir com os sem-abrigo para a inserção em sociedade. Contudo, para isso é necessário primeiro conhecer o fenómeno, visto que os dados para esta população são quase nulos no Alentejo, parece-nos relevante propor um modelo em rede que una os Concelhos do Alentejo enquanto região NUT II numa só Plataforma que daria conta dos sem-abrigo na região e das formas de intervir com os mesmos de forma concertada, uniformizada e transparente com todos os atores sociais envolvidos dando continuidade à Estratégia Nacional para Integração das Pessoas Sem-Abrigo (2009-2015) só que agora adaptada à região do Alentejo.

É evidente com as respostas às entrevistas obtidas pelas Câmaras Municipais que não existe uma estratégia definida e que nem sempre o trabalho desenvolvido com este público é uniforme e concertado entre as várias Câmaras visto não haver trabalho feito em conjunto neste sentido. Assim, é evidente que não se pode definir uma estratégia para já muito elaborada sobre o assunto, contudo cumpriu-se com o assumido nos objetivos visto apresentar-se um contributo para a elaboração de uma estratégia regional para os sem-abrigo. Fica ainda a convicção que este trabalho possibilitou um acréscimo de sensibilização e tomada de consciência por partes dos atores sociais diretamente envolvidos e stakeholders da região para a necessidade de se elaborar, num futuro próximo, a estratégia de intervenção dos sem-abrigo na região do Alentejo.

Considerações Finais

Nos dias que correm a pobreza é tema forte e do momento, pelo que corresponde a um dos problemas sociais de maior premência na atualidade. A pobreza é pois um problema multidimensional, complexo e que abrange várias áreas: económica, social, religiosa, cultural, entre outras.

De forma mais elaborada, a pobreza é definida por Paugam e Shultheis, 1998, cit em Ivo, 2008, p. 172 como “(...) *não apenas relativa, mas construída socialmente. Seu sentido é aquele que a sociedade lhe atribui*”. Assim sendo, a pobreza é não somente a privação de recursos como dizia Bruto da Costa (2012) mas também a sua noção é produto social sendo o seu conceito construído socialmente e muitas vezes transmitido de geração em geração por aqueles que mais a sentem.

Neste trabalho tem-se como base a pobreza, as suas várias abordagens e tipos, a exclusão social numa das suas expressões, os sem-abrigo. Também é feita uma alusão à pobreza enquanto conceito cada vez mais presente no nosso dia-a-dia, às políticas sociais que comportam estes dois fenómenos sociais, bem como as respostas sociais a elas associadas. Relativamente à metodologia adotada, realizaram-se entrevistas a representantes das Câmaras Municipais e instituições (IPSS) mais direcionadas para a inserção dos sem-abrigo de modo a compreender a sua forma de atuação perante este público-alvo e também identificar propostas de estratégias futuras de inserção deste grupo vulnerável da região Alentejo. A abordagem utilizada no contexto deste trabalho foi de natureza marcadamente qualitativa.

Com base nas entrevistas semi-estruturadas efetuadas traçou-se um perfil do indivíduo em situação de sem abrigo no Alentejo. Por fim, esboçou-se uma proposta de estratégia de inserção para a região do Alentejo.

Tendo como **objetivo geral**: Analisar a atuação das atuais respostas sociais para os sem-abrigo e os efeitos na promoção da autonomização dos seus utentes, com vista à definição de propostas de intervenção junto deste público-alvo.

Com este trabalho, percecionou-se que dentro deste tipo de instituições e Câmaras Municipais, pela dinamização no âmbito do Programa Rede Social Municipal, há a necessidade de uma maior, mais alargada e eficiente articulação entre serviços sociais,

locais e regionais no sentido de procura de soluções e estratégias para estas situações de sem abrigo e pobreza.

Com a evolução do Estado Social ocorreu progressivamente uma desresponsabilização do mesmo passando a sociedade civil a ter enorme relevo nas questões sociais, como é o caso das IPSS, tornando-se estas as principais responsáveis por resolver as situações de pobreza mais emergentes. A política assistencialista que muitas vezes é utilizada não é eficaz havendo a necessidade não só da articulação entre serviços mas da criação de uma estratégia de inserção comum e concertada entre os diferentes intervenientes.

A exclusão social constitui outro dos conceitos chave neste estudo já que esta está intimamente relacionada com a noção de pobreza, começando a ganhar expressão com a agudização das desigualdades a exclusão social, ou seja, estar fora da sociedade.

Uma das expressões mais visíveis de exclusão social analisada neste estudo são os indivíduos em situação de sem-abrigo.

Seguindo a definição proposta na Estratégia Nacional Para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo (2009-2015) em que: *“Considera-se pessoa sem-abrigo aquela que, independentemente da sua nacionalidade, idade, sexo, condição socioeconómica e condição de saúde, se encontre: a) sem teto – vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário; b) sem casa – encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito”*. (ENIPSA, 2009, p. 8). No caso deste estudo, será a alínea b) a que mais nos importará aprofundar.

Em suma, pobreza e exclusão social, enquanto conceitos, relacionam-se e acabam por ser fenómenos sociais que diminuem a coesão social e que, por consequência, agudizam as desigualdades sociais, como se tem verificado principalmente desde o início da crise mundial e no nosso país.

Depois de apresentados os objetivos, os mesmos foram alcançados tendo-se analisado a atuação das atuais respostas sociais para os sem-abrigo e os efeitos na promoção da autonomização dos seus utentes, com vista à definição de propostas de intervenção junto deste público-alvo na região em estudo, Alentejo bem como para tal, analisadas as políticas sociais existentes na temática em estudo. Posteriormente, foi realizado um diagnóstico social das respostas sociais existentes para sem-abrigo no Alentejo tendo

como base os seus regulamentos bem como funcionamento da Rede Social no caso das Câmaras.

Relativamente à pergunta de partida deste estudo **“Estarão as atuais respostas sociais, no Alentejo, para os sem-abrigo a ter eficácia na sua intervenção e a promover a autonomização dos seus utentes/clientes?”** constatou-se que as atuais respostas sociais no Alentejo para sem-abrigo estão a tentar e a empreender esforços contínuos no sentido da autonomização dos seus utentes, contudo por constrangimentos locais e, por vezes, de estratégias e do público complexo com que trabalham, nem sempre esta é conseguida com o sucesso desejado sendo, de facto, necessária uma estratégia comum, concertada e de articulação entre os atores sociais envolvidos. Bem como recursos humanos e financeiros necessários para que esta intervenção seja mais eficaz e os apoios estatais e organizacionais das Instituições e Câmaras Municipais reúnam esforços para solucionar estas situações de pobreza que escasseiam de resposta. Primeiro dado à escassez de respostas nesta região, depois dadas as dificuldades de integração no mercado de trabalho e de soluções imediatas ao problema e finalmente devido à necessidade de os técnicos e instituições pensarem em conjunto em soluções articuladas em termos de optimização dos recursos humanos, físicos e financeiros para combater este problema social que cresce exponencialmente que é a pobreza.

Em termos de limitações sentidas durante a realização deste estudo, apontamos a escassez de dados estatísticos sobre o tema da pobreza e pessoas em situação de sem-abrigo no Alentejo bem como avaliação da Estratégia Nacional para Integração de pessoas em situação de sem-abrigo (ENPISA 2009-2015) e a questão também da ausência de resposta por parte dos Centros Distritais de Segurança Social para cooperarem com este estudo bem como do CAT de Borba. Talvez devido ao fator tempo todas estas limitações não se tenham resolvido de forma a contribuírem positivamente com este estudo contudo, é de lamentar estes dados estatísticos relativos a esta região do País e este fenómeno social crescente não estarem mais acessíveis pois só é possível intervir depois de conhecer.

De referir ainda o carácter envolvido em todo o trabalho de projeto que desde o início assim foi pensado dado o objetivo principal de estudar, analisar o fenómeno para intervir para agir, integrando-se assim numa lógica de sociologia da ação e de projeto de investigação-ação. Tendo assim como objetivos já elencados, estudar, analisar os principais pressupostos teóricos sobre o tema bem como políticas e respostas sociais, realizar entrevistas a intervenientes chave tanto nas Instituições como nas Câmaras para,

por fim, elaborar uma proposta com contributos para a Inserção dos sem-abrigo no Alentejo. Definindo-se então como trabalho de projeto e como trabalho que visa investigação para a ação, conhecer para intervir.

Em termos de proposta de uma estratégia de inserção para o Alentejo esta foi considerada desde o início da elaboração deste trabalho como um objetivo prioritário. Primeiro devido aos poucos dados sobre este fenómeno social dos sem-abrigo nesta região e depois devido à ausência de estratégia de inserção para esta população nesta área do País. Talvez devido à percepção de que as pessoas em situação de sem-abrigo no Alentejo não tem expressão suficiente ou talvez devido à desresponsabilização de todos os intervenientes face a estes casos, “empurrando-os” para as IPSS ou instituições locais que trabalham com casos de pobreza.

Contudo, sendo este um trabalho científico, não podemos afirmar que o senso comum está correto ou que meras percepções são fatos reais, assim consideramos de fato que é importante conhecer para intervir e articular os serviços no sentido de uma estratégia concertada e comum entre todos pois só assim se resolverá este problema social de forma eficaz.

Assim, propusemos no último capítulo um modelo de estratégia de inserção para as pessoas sem-abrigo no Alentejo de forma a que este estudo não seja somente mais um, não seja somente mais uma amostra teórica do problema da pobreza mas que seja uma alavanca para estudos futuros e para a definição de uma estratégia de inserção para estas pessoas sem voz, sem força para lutarem sozinhas e que acima de tudo são cidadãos que necessitam de nós, que necessitam de ajuda e para isso é preciso que conheçamos, analisemos e depois intervenhamos no sentido de ir ao seu encontro, de proporcionar mais qualidade de vida, para que se insiram de novo na sociedade. Para isso é necessário articulação entre os serviços, qualificação dos técnicos, monitorização, plano de procedimentos e avaliação. No fundo, é necessário uma estratégia concertada, comum a todos os intervenientes no sentido de que todos trabalhemos para um único objetivo, o bem comum. A forma de trabalhar esta estratégia é, sem dúvida, através da Rede Social, programa de intervenção social presente nos Concelhos da Região e que permite em conjunto com os atores sociais envolvidos na problemática identificar problemas e definir estratégias conjuntas para minimizar e/ou solucionar tais problemas. Daí a importância do trabalho no e com estas Redes Sociais pois através delas é possível definir estratégias e trabalhar para o mesmo objetivo, neste caso a inserção dos sem-abrigo, e em larga

escala, a erradicação da pobreza nesta vertente de exclusão social nesta região, os sem-abrigo no Alentejo.

Como dizia o Papa Francisco, é necessário ir ao encontro destas pessoas, a cultura do encontro, ir às periferias pois “Nada deste mundo nos é indiferente” e não podemos, não devemos, nem nos é permitido, enquanto cidadãos, ficar indiferentes a esta realidade cada vez mais emergente no nosso Mundo, no nosso País, na nossa região e que está mesmo ao nosso lado e ao nosso alcance alterar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia

BIROU, Alain (1978) *Dicionário das Ciências Sociais*. Publicações Dom Quixote. Coleção Informação e Cultura.

CABRAL, Nazaré da Costa (2001). *O financiamento da Segurança Social e suas implicações redistributivas – Enquadramento e Regime Jurídico*. Lisboa. Associação Portuguesa da Segurança Social.

CAEIRO, Joaquim Croca (2008). *Políticas Públicas, Política Social e Estado Providência*. Coleção Manuais. Universidade Lusíada Editora. Lisboa.

CAEIRO, Joaquim Croca (2009). *Economia e Política Social: Contributos para a Intervenção Social no Século XXI*. Coleção Manuais. Universidade Lusíada Editora. Lisboa.

Câmara Municipal de Lisboa, Pelouro dos Direitos Sociais (2015). Programa Municipal para a Pessoa Sem-Abrigo 2016-2018. Outubro 2015. Câmara Municipal de Lisboa. Disponível em: http://observatorio-lisboa.eapn.pt/ficheiro/Programa_Municipal_para-as-Pessoas-Sem-Abrigo-Outubro2015.pdf. Consultado em 18 de fevereiro de 2016

CAPUCHA, Luís (2005). *Desafios da Pobreza*. Celta Editora, Oeiras.

COSTA, Alfredo Bruto da (2012) Isabel Baptista, Pedro Perista e Paulo Carrilho. *Um Olhar sobre a Pobreza. Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo*, Gradiva, Lisboa.

DIOGO, Fernando et al (2015). *Pobreza e Exclusão Social em Portugal. Contextos, Transformações e Estudos*. Edições Húmus, Lda. V.N.Famalicão.

GPISA - Grupo de Planeamento da Intervenção com os Sem-abrigo (2014). Plano Concelhio para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo 2014-2018. GPISA. Rede Social

Cascais. Disponível em: http://www.cm-cascais.pt/sites/default/files/anexos/gerais/new/plano_concelhio_integracao_de_pessoas_sem_abrigo_2014-2018.pdf. Consultado em 13 de junho de 2016

GUERRA, Isabel (2002). *Fundamentos e processos de uma sociologia da acção: o planeamento em Ciências Sociais*. Principia. 2.^a ed. Cascais.

Instituto de Segurança Social, IP (ISS, I.P.) (2009). ENIPSA- Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo. Prevenção, Intervenção e Acompanhamento 2009-2015. Disponível em: http://www.seg-social.pt/documents/10152/13334/enipsa_2009_2015. Consultado em 16 de fevereiro de 2015.

Instituto da Segurança Social (2014). Guia Prático – Constituição de Instituições Particulares de Solidariedade Social. Disponível em: http://www.seg-social.pt/documents/10152/15030/constituicao_ipss Consultado em 5 outubro de 2016

Instituto de Segurança Social IP. Departamento de Prestações e Contribuições. (2016). Disponível em http://www.seg-social.pt/documents/10152/15010/rendimento_social_insercao. Consultado em 1 outubro de 2016

Instituto de Segurança Social IP. Programas de Apoio ao Desenvolvimento Social. Disponível em <http://www.seg-social.pt/programas-de-apoio-ao-desenvolvimento-social>. Consultado em 15 novembro de 2016

Instituto de Segurança Social IP. Família e Comunidade. Disponível em <http://www.seg-social.pt/familia-e-comunidade>. Consultado em 16 outubro de 2016

IVO, Anete (2008). *Georg Simmel e a “sociologia da pobreza”*, caderno CRH, Salvador, v. 21, n. 52, p. 171-180, Jan./Abr. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000100013. Consultado em 27 maio de 2016

KINGESKI, Adriana Aparecida Inglez (2005). *Diagnóstico organizacional: um estudo dos problemas organizacionais a partir das relações interpessoais*. Bauru: XII SIMPE

LOURENÇO, Maria dos Prazeres (2005). *Pobreza e Exclusão Social e Políticas Sociais em Portugal. Uma Análise de Políticas Sociais na Relação com a Pobreza*. Direcção Geral da Segurança Social. Disponível em: http://www4.seg-social.pt/documents/10152/18931/Pobreza_exclusao_social_politicas_sociais_Portugal. Consultado em 4 de junho de 2016

MACIEL, Carlos (2008). *Desigualdade e a indiferença com a pobreza*, Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, v.19, n.1, p-1-11. Disponível em: <file:///C:/Users/Margarida/Downloads/14022-17000-1-PB.pdf> Consultado em: 20 de maio de 2016

MADEIRA, (2003). *Plano Estratégico de Ação Social. Para um Portugal mais inclusivo*. Pretextos número 14. Disponível em http://www.seg-social.pt/documents/10152/63350/revista_pretextos_14 Consultado em 20 setembro de 2016

MENEZES, Filipa (2012). *Percursos sem abrigo. História das ruas de Paris, Lisboa e Londres*. Editora Mundos Sociais. Lisboa.

NOGUEIRA, José Miguel (2009). *Carta social: Rede de serviços e equipamentos. A dependência: o apoio informal, a rede de serviços e equipamentos e os cuidados continuados integrados*. Disponível em: http://www.cartasocial.pt/pdf/estudo_dependencia.pdf. Consultado a 24 abril de 2016

Observatório Social do Alentejo – Fundação Eugénio de Almeida (s/d). Disponível em: http://fundacaoeugeniodealmeida.pt/direscrita/uploads/Instituicoes_Sociais_Evora.pdf Consultado em 28 de outubro de 2016

PAPA FRANCISCO (2015). *Louvado Sejas. Carta Encíclica si' Sobre o Cuidado da Casa Comum*. Paulinas Editora. s/l.

PAUGAM, Serge (2003). *A desqualificação social. Ensaio sobre a nova pobreza*. Educação e Trabalho Social 6. Porto Editora. Porto.

PEREIRA, Ana Cristina (2016). “*Governo manda avaliar Estratégia Nacional para a Integração de Sem-Abrigo*”. Disponível em: <https://www.publico.pt/2016/03/17/sociedade/noticia/estrategia-nacional-para-a-integracao-de-semabrigo-esta-a-ser-avaliada-1726412>. Consultado em 21 setembro de 2016

PEREIRA, Elvira (2010). *Observar a pobreza em Portugal: uma leitura crítica das principais abordagens à operacionalização do conceito de pobreza*, Fórum sociológico. Disponível em: <http://sociologico.revues.org/182>. Consultado em 12 de janeiro de 2016

PERISTA, P. & Baptista, I. (2010). *A estruturalidade da pobreza e da exclusão social na sociedade portuguesa – conceitos, dinâmicas e desafios para a ação*, Fórum sociológico. Disponível em: <http://sociologico.revues.org/165>. Consultado a 15 janeiro de 2016

QUIVY, Raymond & Luc Van Campenhoudt (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Gradiva

RODRIGUES et al (s/d). *A Pobreza e a Exclusão social: teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal*. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1468.pdf>. Consultado a 15 janeiro de 2016

RODRIGUES et al (2008). *O Papel das Políticas Sociais sujeitas a condições de recursos no combate à pobreza das crianças e dos idosos em Portugal*. Centro de Investigação sobre Economia Portuguesa. Instituto Superior de Economia e Gestão. Universidade Técnica de Lisboa. Disponível em: <http://docplayer.com.br/8539539-O-papel-das-politicas-sociais-sujeitas-a-condicoes-de-recursos-no-combate-a-pobreza-das-criancas-e-dos-idosos-em-portugal.html> Consultado em 18 de setembro de 2016

RODRIGUES, Eduardo (s/d). *O Estado e as Políticas Sociais em Portugal*. Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP, Vol. XX, 2010, pág. 191-230. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8794.pdf>. Consultado a 17 janeiro de 2016

SERRA, Diogo (2014). *Desemprego, desigualdades e pobreza no Alentejo*. Revista Alentejo nº35 (Dez, Jan, Fev 14). Disponível em: <http://amar-abrantes.blogs.sapo.pt/808654.html>. Consultado em 2 novembro de 2016

SILVA, Manuela (2010). *Reconhecer a pobreza como violação dos direitos humanos*. Disponível em: http://www.caritas.pt/cr/index.php?option=com_content&view=article&id=430:reconhecer-a-pobreza-como-violacao-de-direitos-humanos&catid=96:pobreza-e-exclusao&Itemid=52. Consultado em 15 fevereiro de 2016

SOUSA, Sónia et al (s/d). *As Instituições Particulares de Solidariedade Social num contexto de crise económica*. Disponível em: http://www.ipi.pt/files_upload/documentation/201205081611030.Estudo_CNIS-BCP_Parcial.pdf. Consultado em 3 de março de 2016

SOUSA, Liliana et al (2007). *Famílias Pobres: Desafios à Intervenção Social*. Climepsi Editores. Lisboa

Webgrafia

Assembleia da República. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/73856186>. Consultado em 20 junho de 2016

Carta Social Europeia Revista (1991), Conselho da Europa. Disponível em: http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhregionais/rar64A_2001.html. Consultado em 2 de outubro de 2016

EAPN. Disponível em: <http://www.eapn.pt/quem-somos>

<http://www.eapn.pt/objetivos>

<http://www.eapn.pt/missao-visao-valores>

<http://www.eapn.pt/projeto/10/activar-a-participacao>. Consultados em 1 novembro de 2016

INE. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE
Consultado em 18 março de 2016

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0004218&contexto=bd&selTab=tab2. Consultado em 1 abril de 2016

INE, 2013, Conta Satélite para a Economia Social, 2010. Disponível em:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOE_Spub_boui=157543613&PUBLICA_COESmodo=2. Consultado em 1 novembro de 2016

Observatório das Desigualdades. Disponível em: <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=indicators&id=111>. Consultado em 25 outubro de 2016

Pordata. Disponível em:
<http://www.pordata.pt/DB/Europa/Ambiente+de+Consulta/Gr%C3%A1fico> Consultado em 16 março de 2016

<http://www.pordata.pt/Municipios/Poder+de+compra+per+capita-118>. Consultado em 18 março de 2016

Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa. Disponível em:
http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=2243&tabela=leis.
Consultado em 20 junho de 2016

ANEXOS

Anexo I – Guiões de Entrevista

Guião da Entrevista realizada às Câmaras Municipais (Técnicos Responsáveis pelas Redes Sociais)

- 1) Compreender como funciona a Rede Social na organização das respostas sociais às problemáticas emergentes;
 - 1.1. Quais as Instituições que integram a Rede Social neste concelho?
 - 1.2. Da parte da Câmara como intervém com os sem-abrigo e a que níveis?
 - 1.3. Quais as Instituições que interagem e intervém com este público-alvo? E como?

- 2) Entender como é definida a estratégia de intervenção/inserção com esta população-alvo;
 - 2.1. Existe alguma estratégia de intervenção, a nível concelhio ou regional, para este público? Qual? Quem a define e a dinamiza? Quais as principais áreas de intervenção? E atores ou entidades envolvidas?

- 3) Recolher informações sobre novas estratégias de intervenção, sugestões, ideias da melhor forma de trabalhar com este público-alvo com as Instituições do Concelho, que integram a Rede Social
 - 3.1. A estratégia adotada tem dado “frutos”? E a que níveis? (Taxa de sucesso e insucesso de inserção dos sem-abrigo no concelho? Quais os fatores que potenciam ou condicionam os resultados obtidos com esta estratégia?
 - 3.2. Propostas de ideias da melhor forma de trabalhar com este público com as Instituições do concelho que integram a Rede social
 - 3.3. Propostas de estratégias de inserção dos sem-abrigo no concelho

- 4) Qual a tipologia de sem-abrigos no Concelho?
(Sexo, Idade, Profissão, situação perante profissão, Escolaridade, Estrutura Familiar (referencias), patologias predominantes, que apoios tem, tem consumos, onde vivem)
Este perfil pode condicionar a atuação a desenvolver pelas entidades do concelho?

Guião da Entrevista CAT/Comunidade Inserção

- 1) Como funciona a Instituição (CAT ou Comunidade Inserção)? Em termos de Estatutos, Regulamento, formas de atuar com esta população, de que forma são sinalizados, quais os primeiros passos para admissão, organograma de funcionamento; permanência na instituição e formas de preparação para a autonomia do utente.

- 2) Como definem a estratégia de intervenção e definição do projeto de vida e de autonomização deste público-alvo? Utilizam apoios sociais? Quais e como? Têm acordos com a Seg Social? Se sim, no âmbito de que política ou medida de apoio social? Tais medidas revelam-se suficientes? Como têm evoluído esses apoios?

- 3) Qual a tipologia de utentes desta Instituição? (Sexo, Idade, Profissão, Escolaridade, Estrutura Familiar (referencias), patologias predominantes, tem consumos, apoios anteriores, Data admissão resposta e motivo do apoio, data de saída e motivo).
Que dificuldades ou aspectos favoráveis deste publico para a intervenção da instituição junto dos seus utentes? (relatórios ou quadro)

- 4) Na sua opinião quais as potencialidades e limitações da atuação da vossa Instituição com este público-alvo? Como poderão ser potenciadas ou minimizadas com vista a uma intervenção mais eficiente da instituição?

- 5) Na sua Instituição qual a percentagem de sucesso ao nível de utentes que conseguiram inserir-se na sociedade? Seria interessante saber que tipo de emprego, como foi conseguida essa habitação. E também saber de situações de reincidência, voltam à instituição? Vão para outras?

- 6) Quanto á dependência destes utentes que se autonomizaram face aos apoios/respostas sociais é muita? De que forma e de quais apoios/respostas estão mais dependentes enquanto institucionalizados e depois de saírem do CAT?

7) Na sua opinião, quais as consequências da dependência de apoios/respostas sociais por parte deste público? E qual acha ser a melhor forma de os autonomizar e inserir de novo na sociedade (com apoios/sem/quais?)?

8) Proponha novas estratégias de intervenção, sugestões, ideias da melhor forma de trabalhar com este público-alvo inter e intra-institucionalmente. Perspetivas Futuras de atuação com esta população no sentido da sua inserção social.

Guião Entrevista Segurança Social

1) Como funciona a intervenção dos técnicos do Centro Distrital com este público-alvo? (Quem são os responsáveis? Como intervêm com este público? Como são sinalizados e acompanhados? Como se articula essa intervenção nas políticas e medidas de apoio social definidas pela Segurança Social?

2) Tem alguma estratégia de intervenção com esta população-alvo? Qual? E como a colocam em prática?

3) Quais as limitações que veem na intervenção com este público-alvo? E com as Instituições que intervêm com eles? Como poderão ser superadas tais limitações?

4) Ao nível da inserção dos sem-abrigo no distrito de Évora/Beja/Portalegre qual tem sido a taxa de sucesso e insucesso e porque na sua opinião?

5) Qual a tipologia de sem-abrigos no distrito de Évora/Beja/Portalegre?

(Sexo, Idade, Profissão, situação perante profissão, Escolaridade, Estrutura Familiar (referencias), patologias predominantes, que apoios tem, consumos, onde vivem)

5.1.) De acordo com este perfil dos sem-abrigos, que aspetos potenciadores ou condicionantes podem ser destacados para uma intervenção mais eficiente?

6) Proponha novas estratégias de intervenção, sugestões, ideias da melhor forma de trabalhar com este público-alvo e com as Instituições envolvidas.

Anexo II – Análise de Conteúdo

Análise Conteúdo Câmaras

1) Funcionamento da Rede Social

<i>Subcategoria</i>	<i>Indicadores de Registo</i>	<i>Unidades de Registo</i>	<i>Citações de entrevistados</i>
Instituições que integram rede social	Instituições locais que integram a rede social Formas de adesão	E1, E2, E3 E1	<i>“São imensas e eu depois posso enviar-lhe o Regulamento Interno do CLAS. Somos certa de 100 porque temos vindo a fazer atualizações. Nós somos projeto piloto da rede social em 1999 portanto desde essa altura que temos rede social fizemos o pré-diagnóstico e todas essas coisas exigidas na altura do financiamento do programa rede social. Eu entrei nessa altura como técnica afeta à rede social, foram dois anos de financiamento que após esses terminou. A rede foi conquistando parceiros e há cerca de 4/5 anos sentimos a necessidade de enviar a todas as entidades uma manifestação de intenção de continuidade ou não na parceria, isto porque ao longo destes anos todos houve muitas associações que aderiram e que depois se extinguiram. Deixaram de existir e nós acabámos por perder o fio à meada,</i>

	<p>Objetivos do CLAS</p>	<p>E2</p>	<p><i>não são muitas mas são algumas. Fazemos reuniões mensais, o ano passado entraram cerca de 6 novas este ano também já tenho outras 6 pra pra aderirem porque podem ser parceiros da rede entidades públicas e privadas desde que tenham intervenção no concelho ou sede.” E1</i></p> <p><i>“O Conselho Local de Ação de Social do Conselho de Évora é composto por 104 instituições (listagem em anexo). Tem como objetivos:</i></p> <p><i>Fomentar a articulação entre os organismos públicos e entidades privadas, visando uma atuação concertada na prevenção e resolução dos problemas locais de exclusão social; Promover e garantir a realização participada do diagnóstico social, do plano de desenvolvimento social e do respetivo plano de ação anual; Promover a participação dos parceiros e facultar toda a informação necessária para a correta atualização do sistema de informação nacional a disponibilizar pelo ISS, IP; Apreciar as questões e propostas que sejam apresentadas pelas Comissões Sociais de Freguesia, ou por outras</i></p>
--	--------------------------	-----------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p>Núcleo executivo do CLAS</p>	<p>E3</p>	<p><i>entidades, e procurar as soluções necessárias mediante a participação de entidades competentes representadas, ou não, no CLAS; Avocar e deliberar sobre qualquer parecer emitido pelo Núcleo Executivo; Realizar ações de informação e formação e outras iniciativas que visem uma melhor consciência coletiva dos problemas sociais.” E2</i></p> <p><i>“O CLAS é composto por um elemento designado por cada uma das entidades a seguir identificadas: -</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <i>- Câmara Municipal de Portalegre</i> <i>- Centro Distrital do Instituto de Segurança Social I.P.</i> <i>- Centro de Formação Profissional de Portalegre</i> <i>- Centro de Emprego de Portalegre</i> <i>- Centro de Saúde de Portalegre</i> <i>- Centro Social e Paroquial de S. Bartolomeu</i> <i>- Centro Popular de Trabalhadores dos Assentos</i> <i>- Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Portalegre</i> <i>- União das Freguesias da Sé e S. Lourenço</i>
--	-------------------------------------	-----------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

			<ul style="list-style-type: none"> - <i>União das Freguesias de Carreiras e Ribeira de Nisa</i> - <i>Junta de Freguesia de Fortios</i> - <i>Junta de Freguesia de Alagoa</i> - <i>Junta de Freguesia de S. Julião</i> - <i>Junta de Freguesia de Reguengo</i> - <i>Junta de Freguesia de Alegrete</i> - <i>Junta de Freguesia de Urra</i> - <i>NERPOR - Núcleo Empresarial da Região de Portalegre</i> - <i>TÉGUA - Associação de Desenvolvimento Regional D'Entre Tejo e Guadiana</i> - <i>ULSNA E.P. – Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano</i> - <i>Obra Social do Sagrado Coração de Maria</i> - <i>Santa Casa da Misericórdia de Alegrete</i> - <i>Santa Casa da Misericórdia de Portalegre</i> - <i>Policia de Segurança Pública</i> - <i>GNR - Grupo Territorial de Portalegre</i> - <i>Centro Social e Paroquial de S. Tiago de Urra</i> - <i>APPACDM - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental</i>
--	--	--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

			<ul style="list-style-type: none"> - <i>CERCI de Portalegre</i> - <i>Centro. Social Nossa Senhora da Esperança</i> - <i>União dos Sindicatos do Norte Alentejano</i> - <i>Instituto de Reinserção Social – Delegação De Portalegre</i> - <i>Associação de Amigos da Terceira Idade de Carreiras</i> - <i>Associação de Amigos da Terceira Idade de Fortios</i> - <i>Instituto Politécnico de Portalegre</i> - <i>Centro de Bem-estar Social do Reguengo</i> - <i>IPDJ - Serviços de Portalegre</i> - <i>Casa do Povo de Alagoa</i> - <i>Agrupamento de Escolas n.º 1 de Portalegre – Escola Básica José Régio</i> - <i>UGT – União Geral de Trabalhadores</i> - <i>Associação Sete Montes de S. Julião</i> - <i>Caritas de Portalegre</i> - <i>Centro Popular de Trabalhadores de S. Cristóvão</i> - <i>EAPN – Núcleo Distrital de Portalegre</i> - <i>FORMATUS – Associação para a Formação Pessoal e Integração Profissional</i>
--	--	--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

			<p>- Associação da Juventude Carreirense</p> <p>- Centro Comunitário N.ª Sr.ª de Fátima de Vale de Cavalos</p> <p>- Clube de Rugby União de Portalegre</p> <p>- Outras Entidades que venham a constituir-se ou que já existindo queiram aderir.</p> <p>2 – Integram o CLAS, sem direito a voto, representantes das seguintes estruturas:</p> <p>- Internato Distrital Nossa Senhora da Conceição</p> <p>- Internato Distrital de St.º António</p> <p>- Centro Local de Apoio ao Imigrante</p> <p>- Núcleo de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica do Distrito de Portalegre</p> <p>- Centro de Acolhimento para os Sem Abrigo</p> <p>- C.P.C.J. - Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Portalegre</p> <p>0 Núcleo Executivo é composto por:</p> <p>-1 Representante da Câmara Municipal de Portalegre</p> <p>-1 Representante da Segurança Social</p>
--	--	--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

			<p><i>-1 Representante das entidades sem fins lucrativos – APPACDM Portalegre</i></p> <p><i>-1 Representante da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano</i></p> <p><i>-1 Representante do IEFP – Centro de Formação Profissional de Portalegre</i></p> <p><i>-1 Representante da Educação – Agrupamento n.º 1 de Portalegre</i></p> <p><i>-1 Representante da Juventude – IPDJ - Serviços de Portalegre” E3</i></p>
Como intervém	Loja social	E1, E3	<p><i>“Nós temos sem-abrigo no concelho e o problema dos sem-abrigo é um problema que até tem vindo a ser debatido sempre que é colocado em cima da mesa. A questão é que, penso que aquelas pessoas que nós vemos ali muito junto à zona do mercado municipal, e onde nós até criámos uma loja social onde um dos objetivos ao início ia ser alargar as respostas para poder abranger e ver até que ponto é que aquelas pessoas se se dirigiam á loja social nós</i></p>

		<p><i>conseguíamos através de um cartão de cliente que a loja tem, e pra dar a ideia de uma loja qualquer não estigmatizar, qualquer pessoa que entre na loja pode ter um cartão de cliente como noutra loja qualquer. A nossa ideia então primeira era criar naquela zona do mercado municipal e assim aquelas pessoas possivelmente ate se vão dirigir, vão comprar alguma coisa e depois pela frequência com que compram nós também vamos começar a conseguir fazer uma intervenção mas está fora de questão, aquele grupo de pessoas que está ali não quer de todo ser apoiado. Houve tentativas muito do IDT, porque a maior parte são alcoólicos e tentativas frustradas. O que eu estava a dizer da intervenção e que acho que também é sinal de bom funcionamento da rede é que realmente as competências estão bem divididas e eu sei a quem recorrer quando preciso de dados. Em termos de rede e de interlocutora da rede ao nível nacional as pessoas quando contatam a autarquia para saber que tipo de respostas temos, quer ao nível do apoio domiciliário, de lares, de equipamentos ao nível da infância e juventude, seja</i></p>
--	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

		<p><i>de respostas para sem-abrigo, eu sei a quem me dirijo para perguntar dados e neste caso a Cáritas é a entidade privilegiada com esse trabalho. Temos tido de há muitos anos a esta parte uma parceria formal com a CAIS para a iniciativa para desenvolver anualmente os torneios e os campeonatos de futebol de rua. Tínhamos era o privilegio de ter um programa escolhas aprovado que a entidade promotora era o Centro Social do Bairro da Esperança e que passou a ser o projeto o coordenador local da iniciativa. A câmara deu sempre todo o apoio mas ai a questão de sem-abrigo era um sem-abrigo conceito CAIS, conceito em sentido lato, não é sem-abrigo sem-casa são sem-abrigo vulneravelmente na sociedade, ou seja pode ter pais mas não tem um enquadramento familiar, tem défices ao nível económico, défices de formação, pronto e era pegar nesses jovens para que isso fosse complementar á restante intervenção que o projeto tinha. No caso dos sem-abrigo sem casa, a câmara tem uma lista em habitações sociais e tem lista de espera para habitação social, as pessoas quem quer</i></p>
--	--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

		<p><i>está inscrito. No caso destes sem-abrigo eu penso que eles não estão inscritos, aqueles que estão ali ao pé do mercado não querem mesmo, isto é estilo de vida que adoptaram. São muito resistentes á intervenção com a entidade. Uma ideia que eu tive á pouco tempo e que falei com uma colega mas que não esta posta em pratica mas que nós poderíamos pegar e digo isto para alguém que não é bem um sem-abrigo mas é um arrumador de carros que temos aqui e que está sempre a mudar de casa, tem problemas de toxicodependência e de alcoolismo, está sempre a ter ordens de despejo, no fundo é quase um sem-abrigo porque vive em condições.... Tem tido muitas ajudas, podia ir á Cáritas tomar banho, podia ir buscar comida, entra aqui neste Centro Social e muitas vezes nós damos-lhe de comer apenas recomendo que ele veja higienicamente tratado. E tenho reparado que apesar de ele ter um estado lastimável em termos de imagem pois anda sempre muito sujo, estamos ao lado do castelo e há muito turismo aqui então ele com frequência passa por aqui com grupo. Ou seja, ele deve ver onde é que os</i></p>
--	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

		<p><i>autocarros param e ele serve de guia e ele fala línguas, ou arranha. Mas, desenrasca-se e reconhecem-lhe respeito. Como eu tinha visto que existia este projeto no Porto e acho que em Lisboa também, até propus a uma colega minha tentarmos que o Dinis, apoiado através do turismo e falar com a segurança social ver se existia algum tipo de enquadramento ao nível do rendimento social de inserção ou alguma outra medida de politica social de forma a candidatarmos a uma espécie de microcrédito ou outra coisa em que ele fosse muito apoiado até porque nós temos um CLDS em que a vertente do empreendedorismo e empregabilidade é privilegiada por isso podíamos perfeitamente tentar pensar nisso e de serviço de projeto piloto ate para os outros. Agora isto tem que ver com os gostos porque neste eu sei que ele faz aquilo bem, alguma coisa faz com que as pessoas vao com ele., podia ser por ai, fica a ideia, algo que hei de lançar também a rede social. Quando á sem-abrigos na rua, numa situação normal, porque agora já não nos sinalizam, há muitos anos atras era sinalizado á autarquia um</i></p>
--	--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

			<p><i>caso de sem-abrigo, nós íamos ao local tentávamos ver junto da pessoa quem era e geralmente a pessoa via-se que tinha problemas do foro psicológico era levado para o hospital e era este que ficava como gestor do processo. E em dois casos que me lembro, já trabalho na camara desde 1999, as pessoas morreram. Ou seja, foram retiradas da rua onde viviam quase por opção e ao primeiro banho e ambiente diferente a vulnerabilidade tomou conta. Portanto no caso do sem-abrigo sim é accionada a segurança social, informada a autarquia e deve ser assim que se trabalha, mobilizar todas as respostas, saúde, saúde publica. Mas daquelas pessoas que são efetivamente sem-abrigo não há sinalizações.” E1</i></p>
--	--	--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

“Sempre que surge uma situação a mesma é articulada com os parceiros locais, nomeadamente Segurança Social, CASA e Cáritas Diocesana de Portalegre e Castelo Branco. Nas situações pontuais que surgem e, de forma a dar uma resposta imediata a Câmara disponibiliza apoio ao nível da Loja

			<p><i>Social, na disponibilização de alimentação, géneros, produtos de higiene e vestuário.” E3</i></p> <p><i>“A autarquia não tem um plano interno definido para intervir com a população sem abrigo. Sempre que é sinalizada uma situação de uma pessoa sem abrigo, os serviços da Divisão de Educação e Intervenção Social, articulam com os diversos serviços/respostas existentes no concelho e tentam encontrar uma respostas adequada à situação.” E2</i></p>
--	--	--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p>Situações sinalizadas e articuladas com respostas/serviços concelhios</p> <p>Não existe plano de intervenção.</p>	<p>E1, E2, E3</p> <p>E1, E2, E3</p>	
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------	--

<p>Instituições que interagem com sem abrigos</p>	<p>Não resposta</p> <p>Instituições do serviço primário (atuem ao nível de colmatar as necessidades básicas)</p> <p>Diagnóstico da situação no sentido colmatar necessidades primárias primeiro</p>	<p>E1</p> <p>E2, E3</p> <p>E3</p>	<p><i>“Dependendo da situação, todas as que forem consideradas necessárias, mas por norma surge a Segurança Social, as USF’s, a autarquia, o CAT e eventualmente alguma IPSS que possa fornecer alimentação e vestuário.” E2</i></p> <p><i>“As Instituições que articulam entre si para fazer face a uma situação com este público alvo são habitualmente a Segurança Social a CASA e Cáritas. É feita uma abordagem no sentido de diagnosticar as necessidades de intervenção e, em conjunto, tentar minimizar as necessidades básicas, que passam por alimentação, vestuário e alojamento.” E3</i></p>
---------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

2) Estratégia de Intervenção

Subcategoria	Indicadores de Registo	Unidades de Registo	Citações de entrevistados
Existência ou não	Não existe estratégia	E1, E3	<p><i>“É assim, com frequência eu recebo ao nível da Ação social da câmara ou para a rede social levantamentos, questionários sobre esta questão, como é que lidamos com os sem-abrigo, quantos existem e como é que é. Eu encaminho para a Cáritas, porque a existir é a área que eles dominam e que respondem. Portanto não existe propriamente uma estratégia porque nós não sentimos essa necessidade, porque para aqueles ali já houve tentativas mas não querem e não se pode obrigar, é estranho mas é assim. No fundo eles não fazem mal a absolutamente ninguém.” E1</i></p>

	<p>Início da construção de uma Unidade de Rede para sem-abrigos no concelho</p>	<p>E2</p>	<p><i>“Não sendo considerada uma área prioritária de intervenção, uma vez que as situações que surgem são pouco expressivas, nunca foi definida uma estratégia de intervenção a nível concelhio.” E3</i></p> <p><i>“Até 2015 a nível nacional, existiu a Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas sem Abrigo, que através dos seus eixos de intervenção, modelo de implementação, orientava os vários organismos nacionais para a adoção de medidas de apoio a pessoas sem abrigo. Em Évora e tendo presente que o número de pessoas sem abrigo nunca foi muito expressivo e que as entidades locais em parceria conseguiam dar apoio aos mesmos, nunca foi definida uma estratégia local de intervenção. Em 2015, no</i></p>
--	---------------------------------------------------------------------------------	-----------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

			<p><i>âmbito do núcleo local de inserção do rendimento social de inserção, foi elaborada uma primeira abordagem à problemática, identificando os indivíduos que estavam a receber RSI e que se encontravam na situação de sem abrigo. Neste âmbito e uma vez que a estratégia nacional disponibilizava um questionário de apoio para elaboração do diagnóstico da situação, a equipa aplicou este questionários aos sem abrigo identificados pelas colegas da segurança social.</i></p> <p><i>Após a aplicação deste questionário foi elaborado um documento de análise do mesmo (em anexo), onde surge a proposta de criação no âmbito do CLASE de uma Unidade de Rede sobre os sem abrigo no concelho de Évora.</i></p>
--	--	--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

			<p><i>Esta unidade de rede tem como objetivos:</i></p> <p><i>Atualização do Diagnóstico (criação de questionário concelhio a aplicar a pessoas sem-abrigo nas instituições do concelho, sempre que recorram a instituições do concelho);</i></p> <p><i>Elaboração de um plano de formação concelhio sobre a problemática e como intervir junto de pessoas sem-abrigo, dirigidas para técnicos das instituições do concelho;</i></p> <p><i>Elaboração de um plano concertado de intervenção e apoio a pessoas sem-abrigo do concelho de Évora;</i></p> <p><i>Definição de estratégias de intervenção;</i></p> <p><i>Identificação de percursos de intervenção;</i></p> <p><i>Identificação de canais de comunicação entre instituições;" E2</i></p>
--	--	--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Definição e dinamização	<p>Não existe estratégia</p> <p>Início de uma Unidade de Rede para sem-abrigo no concelho</p> <p>Estratégia Dinamizada conjunto com parceiros locais</p>	<p>E1</p> <p>E2</p> <p>E3</p>	<p>Respondido na questão anterior</p> <p><i>“Nas situações pontuais que surgem a estratégia dinamizada é em conjunto com os parceiros locais, sendo a CASA quase sempre o interveniente com maior peso, o facilitador, pela natureza da sua intervenção.” E3</i></p>
Áreas de intervenção	<p>Não existe estratégia</p> <p>Início de uma Unidade de Rede</p>	<p>E1</p> <p>E2</p> <p>E3</p>	<p>Em fase de construção</p> <p>Estratégia dinamizada em parceria (respondido questão anterior)</p>

Entidades/ atores envolvidos	Não existe estratégia mas já se está a construir uma Unidade de Rede (proposta de parceiros)	E2	<p><i>“Proposta de parceiros a envolver na Unidade de Rede:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Câmara Municipal de Évora;</i> • <i>ARSA/DICAD - Centro de Respostas Integradas do Alentejo Central;</i> • <i>Centro Distrital de Segurança Social;</i> • <i>Centro Humanitário da Cruz Vermelha Portuguesa – delegação de Évora;</i> • <i>Centro de Acolhimento Temporário de Évora;</i> <p><i>ACES – Unidade de Cuidados na Comunidade;” E2</i></p>
	Parceiros locais, em especial a CASA	E3	<p><i>“(...) parceiros locais, sendo a CASA quase sempre o interveniente com maior peso, o facilitador, pela natureza da sua intervenção.” E3</i></p>

3) Propostas Estratégia

Subcategoria	Indicadores de Registo	Unidades de Registo	Citações de entrevistados
Sucesso/insucesso da estratégia usada	Não existência de estratégia	E1	<i>“Nós não temos estratégia, pois não, não sei responder a isso.” E1</i>

	<p>Início da construção de uma Unidade de Rede concelhia para sem-abrigos</p>	<p>E2</p>	<p><i>“Tal como referimos anteriormente, estamos neste momento a trabalhar na definição de uma estratégia concelhia, pelo que não conseguimos responder ainda a esta questão.” E2</i></p> <p><i>“As dificuldades mais sentidas na intervenção levada a cabo no concelho de Portalegre prendem-se com questões relacionadas com alojamento, tendo sido identificado nalgumas reuniões de parceiros a necessidade de serem criados apartamentos de autonomização, abrigos de emergência, etc, no sentido de poder dar resposta aos grupos mais vulneráveis, aqueles onde, para além de não terem alojamento e rendimentos que possam garantir o suprimento das necessidades básicas, e que têm outros problemas associados, relacionados com problemas crónicos de saúde ou problemas relacionais, nomeadamente a falta de laços familiares ou sociais de suporte.” E3</i></p>
--	-------------------------------------------------------------------------------	-----------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fatores que potenciam ou condicionam os resultados obtidos com a estratégia adotada	Não existe estratégia	E1	Sem resposta
	Início da construção de uma Unidade de Rede concelhia	E2	Sem resposta
Propostas (concelhias e de trabalho com as Instituições da rede)	Instituição com mais ênfase neste público – Cáritas de Beja	E1	<i>“Ideias eu acho que há imensas boas práticas como esta no Porto e em Lisboa que nós devíamos mesmo tentar em parceria desenvolver. Sei que a biblioteca aqui há tempo, existiu um projeto que eu penso que ainda esta em curso mas que é na Cáritas, que é através da leitura de histórias e de contos. Uma contadora de histórias que nós temos que iniciou um projeto com um grupo de sem-abrigos ali na Cáritas e que com eles conseguiu fazer um trabalho mas a Cáritas saberá responder.” E1</i>

	<p>Não resposta</p> <p>Criação de um gestor de caso rotativo pelas Instituições e grupos de trabalho de ação social que fosse próximo do sem-abrigo e que defina com ele as etapas do processo de inserção</p>	<p>E2</p> <p>E3</p>	<p><i>“Apesar da problemática ser pouco expressiva no concelho de Portalegre, a minha proposta vai no sentido de ser criado localmente a figura de um(a) Gestor(a) de Caso, um/a técnico/a responsável pelo acompanhamento do processo, sendo o contacto próximo e privilegiado de cada pessoa sem-abrigo e definiria com ele as etapas a planear no seu percurso de inserção, identificando as acções prioritárias, em cada momento, que poderão contribuir para esse percurso, promovendo a articulação com as instituições e entidades que deverão ser envolvidas no mesmo.</i></p> <p><i>No âmbito do Grupos de Trabalho na área da Ação Social podia ser criada esta figura que, de forma rotativa por parte das Entidades/Instituições assumiria este “papel”” E3</i></p>
<p>Propostas estratégicas de inserção dos sem abrigo no concelho</p>	<p>Trabalho de conquista primeiro, ir pelas suas</p>	<p>E1</p>	<p><i>“Eu acho que esta que estávamos a falar á pouco de ir pela vertente do que eles gostassem de fazer mas tem de haver todo um</i></p>

	<p>preferências sempre com problema de habitação e saúde resolvidos primeiro</p> <p>Não resposta</p> <p>Grupos de Parceiros (nas áreas de intervenção) que reúnem periodicamente e definem em conjunto as estratégias que promovem as potencialidades individuais e familiares de forma a construir um projeto de qualidade de vida</p>	<p>E2</p> <p>E3</p>	<p><i>trabalho de conquista primeiro e de querer e de habitação e condições básicas, saúde, claro se eles quiserem. “ E1</i></p> <p><i>“Manter contacto regular com todas as situações em acompanhamento, partilhando informação nos Grupos de Parceiros, a fim de serem definidas estratégias em conjunto com todas as áreas de intervenção. Assim poderiam ser contratualizadas entre o Técnico que acompanha a situação e outras Entidades/Instituições locais um conjunto articulado e coerente de ações com vista à promoção das potencialidades individuais e familiares, através da activação dos recursos necessários à concretização de um projecto de qualidade de vida.” E3</i></p>
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

4) Tipologia Sem-abrigo no Concelho
(Quadro das tipologias)

Subcategoria	Indicadores de Registo	Unidades de Registo	Citações de entrevistados
Condicionantes da tipologia para atuação a desenvolver pelas entidades do Concelho	Não resposta	E1 E2	<p><i>“No concelho de Évora foi possível identificar, em abril de 2015, cerca de 20 indivíduos em situação de sem-abrigo. Destes foram inquiridos pela equipa 13 indivíduos que se caracterizam da seguinte forma: a maioria encontra-se na faixa etária dos 19-49 anos e todos são do sexo masculino. Quase todos apresentam naturalidade portuguesa e são solteiros. Quando inquiridos sobre o local onde pernoitam, apenas um referiu que pernoita na rua e todos os outros referem ter encontrado alternativas que ainda assim se enquadram na condição de sem-abrigo (locais precários ou alojamentos não</i></p>

			<p><i>convencionais). A maioria dos inquiridos está há menos de 3 anos a viver na condição de sem-abrigo e esta também não é a primeira vez que se encontram a viver nestas condições. Os motivos que os levaram a ficar na situação de sem-abrigo estão relacionados, para a maioria, com a falta de condições económicas (RSI no valor de 178,15€) para efetuar contrato de renda ou empréstimo bancário. Todos os inquiridos recebem apoio social de instituições do concelho, nomeadamente Segurança Social ou outras instituições de solidariedade social. Em termos de nível de ensino, os dados revelam que a maioria dos inquiridos possui apenas o ensino básico ou nenhum.”</i></p> <p><i>E2</i></p> <p>“Os grupos mais vulneráveis incidem nestas características:</p> <p><u>Pessoas que não têm suporte familiar à saída de um processo de</u></p>
--	--	--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

			<p><u>desinstitucionalização</u> (ex-reclusos, jovens que deixam lares de infância e juventude sem suporte familiar, doentes mentais que saem dos hospitais psiquiátricos, pessoas que se encontram em respostas institucionais (equipamentos sociais) de permanência temporária)</p> <p><u>Pessoas com baixos rendimentos e doenças crónicas</u> que implicam gastos elevados em saúde</p> <p><u>Pessoas desempregadas</u></p> <p><u>Pessoas com dívidas</u> (que recorrem sistematicamente aos serviços sociais com pedido de ajuda para pagamento de dívidas ou serviços)</p> <p><u>Imigrantes” E3</u></p>
--	--	--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Análise Conteúdo CAT's e Comunidades Inserção

1) Funcionamento das Instituições

Subcategoria	Indicadores de Registo	Unidades de Registo	Citações de entrevistados
Regulamentos, Estatutos	Regulamentos entregues mas Estatutos não Quadro de Recursos Humanos	E4, E5, E6, E7 E7	<i>“Quanto ao quadro temos como equipa técnica eu, enquanto diretora técnica e uma psicóloga. Depois existem auxiliares durante o dia, uma cozinheira, administrativos e durante a noite temos vigilantes que trabalham turnos.” E7</i>
Formas de atuar com esta população	Objetivos Público da resposta social Funcionamento da resposta	E4, E5 E4, E5, E7 E6	<i>“A Comunidade de Inserção (CI) é uma resposta social de acolhimento a pessoas e famílias em situação grave de vulnerabilidade social, tais como, vítimas de violência doméstica, sem abrigo, ex-toxicodependentes e ex-reclusos, entre outros. Esta resposta tem um regulamento interno que rege o seu normal funcionamento, onde se incluem os direitos</i>

	<p>Com base no programa definido de acolhimento. Cada caso é trabalhado começando-se por fazer primeiro por uma avaliação médica</p>		<p><i>e deveres dos utentes, bem como as regras e os serviços prestados.” E4</i></p> <p><i>“A instituição tem uma estrutura hierárquica: Direção institucional, Direção técnica, Equipa Técnica, Operacionais e Voluntários. Sendo que o poder é centralizado na Direção (de cima para baixo, vertical, autocrático), apesar de a Direção Técnica ter alguma autonomia.</i></p> <p><i>O CATE, acolhe pessoas em situação de sem-abrigo, vítimas de violência doméstica, sem suporte familiar, com grande vulnerabilidade social, instabilidade financeira, pessoas institucionalizadas, com consumos e muitas doenças psiquiátricas.”</i></p> <p><i>E5</i></p> <p><i>“A nossa forma de atuar é sempre com base primeiramente quando a pessoa é admitida na hospitalidade e tendo como base o programa de acolhimento descrito no regulamento em que é feita uma apresentação da pessoa ao espaço, aos outros utentes, funcionários e equipa</i></p>
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p>pela equipa de enfermagem e médica e depois uma avaliação social para posterior definição do projeto de vida em conjunto com utente</p>		<p>técnica deste CATE. Depois são preenchidos os documentos necessários à admissão, entregue uma copia do regulamento interno ao utente e assinados os documentos necessários. Depois a equipa técnica trabalha cada caso mas sempre primeiramente numa lógica de avaliação médica, com o médico e enfermeira no sentido de avaliar o estado de saúde do utente, depois é feita uma avaliação social tendo em conta as capacidades e preferências do utente de forma a se construir em conjunto com este um projeto de vida que o ajudará a reconstruir-se socialmente e inserir-se na sociedade. É feito um acompanhamento técnico e de enfermagem continuo nesse sentido.” E5</p> <p><i>“A CI é enquadrada nos estatutos gerais da Cáritas Diocesana de Beja (CDB) e em termos de organização e funcionamento, regemo-nos pela norma ISO 9001:2008 do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) que estamos a implementar, tendo por base três procedimentos comuns e transversais de atuação, acolhimento, planeamento e</i></p>
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

		<p><i>execução do regulamento interno e programa de intervenção. Dispomos de uma Equipa Técnica (ET) composta por uma Assistente Social com funções de Direção Técnica, um técnico superior de Animação Sociocultural com funções de Educador Social, um Psicólogo (a tempo parcial), 3 auxiliares gerais com funções de monitores e um médico psiquiatra que realiza supervisão de casos e à equipa. A Direção Técnica articula, quando necessário, a intervenção da resposta com a direção de serviços da CDB”. E4</i></p> <p><i>“Relativamente á nossa forma de atuar, não temos lista de espera pois não faz sentido. Há critérios de admissão, presentes no regulamento. Isto também não é nenhuma cadeia basta pedirem e podem sair, conviver.</i></p> <p><i>Quem venha é sempre bem recebido mas também com um conjunto de procedimentos que visa o bem-estar do grupo e proteção da pessoa. Corretamente e</i></p>
--	--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

			<p><i>com abertura é a nossa forma de atuar mas também com precaução e inteligência porque o público não é fácil. Por exemplo, é necessária uma cama de emergência, tudo o que são pertences da pessoa esta não os leva para o quarto, ficam na secretaria fechados para precaver se tiver algum objeto perigoso.</i></p> <p><i>A nossa forma de atuar também visa sempre a reabilitação da pessoa enquanto caminho para a sua autonomização. Se as respostas são só de emergência então para que servem? Isso só faz uma descrença ainda maior às pessoas.” E6</i></p> <p><i>“Quem vem para aqui é porque não tem família. O emprego está como está é quase impossível de arranjar. Os utentes vão ficando ou acabam por sair por eles próprios. Trabalho não há e enquanto estão em CATE não podem requerer RSI.” E7</i></p>
Forma de sinalização	<p>Pela própria pessoa ou encaminhado pela rede comunitária, social e/ou suporte</p> <p>Entidades como Centro Distrital Segurança Social e LNES</p>	<p>E4, E6, E7</p> <p>E4, E5, E6, E7</p>	<p><i>Por candidatura própria ou “O cliente poderá também ser encaminhado pela rede comunitária, social e/ou de suporte. “ E4</i></p>

			<p><i>“São sinalizados por outras entidades, LNES e especialmente o Centro Distrital de Segurança Social de Évora.” E5</i></p> <p><i>“São sinalizados pela Segurança Social, pelo LNES, PSP, NAV, GNR, IRS, Departamento de Psiquiatria, outros CAT’s ou um pedido de ajuda á porta.” E6</i></p> <p><i>“Os utentes são sinalizados pela Segurança Social, PSP, entidades privadas ou eles mesmo batem à porta. Pedimos às entidades que enviem e-mail com informação social e médica dando especial atenção para casos psiquiátricos, se está medicada ou não, pois os serviços de Psiquiatria de Portalegre são muito complexos sendo morosos nas marcações de consultas. Estes são os primeiros passos para a sinalização.” E7</i></p>
Formas de admissão	Preenchimento de um formulário de inscrição/candidatura/admissão e entrega de documentos. Em caso de admissão urgente pode ser dispensados os documentos e inscrição. Em caso positivo é feita	E4	<i>“Para efeitos de admissão, o cliente deverá candidatar-se, através do preenchimento de um formulário de Inscrição/Candidatura/Admissão, que constitui parte integrante do seu processo,</i>

	<p>uma entrevista com utente para a sua admissão.</p> <p>Primeiramente é feito preenchimento e envio para o CATE da ficha de sinalização por parte de quem encaminha. Esta é</p>	<p>E5</p>	<p><i>devendo fazer prova das declarações efetuadas, mediante a entrega de cópia dos documentos pessoais bem como e sempre que seja necessário, o relatório médico comprovativo da situação clínica do cliente, elementos sobre a situação social e financeira do cliente. Em caso de admissão urgente, pode ser dispensada a apresentação de candidatura e os respetivos documentos probatórios, devendo todavia ser, desde logo, iniciado o processo de obtenção dos dados em falta. O cliente poderá também ser encaminhado pela rede comunitária, social e/ou de suporte. Após o encaminhamento e avaliação positiva do caso é marcada uma entrevista presencial do caso com vista à sua admissão.” E4</i></p> <p><i>“A admissão é feita primeiramente pelo preenchimento e envio de uma ficha de sinalização por parte de quem encaminha a situação de forma a esta Instituição perceber se reúne condições para admitir aquele utente. Se fizer consumos não temos condições para receber. No caso de idosos,</i></p>
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p>analisada para se saber se se pode admitir, se fizer consumos não poderá ser recebido. É sempre necessário parecer da Direção Técnica e quem decide a Direção Institucional.</p> <p>Descrição da Equipa Técnica</p> <p>Procedimentos do Acolhimento: Apresentação do utente aos outros utentes, instalações, quarto, equipa técnica e elaborada lista de pertences do utente.</p> <p>Triagem dos casos e processo de acolhimento é feito pela Diretora</p>	<p>E5</p> <p>E5</p> <p>E6</p>	<p><i>também recebemos contudo temos de analisar a situação pois nem sempre reúnem critérios ou temos suporte para alguns casos mais graves. Claro que existe sempre a necessidade do parecer da Direção Técnica, contudo quem decide é a Direção Institucional. Depois do parecer positivo da Direção é feito o acolhimento institucional, apresentado o utente á equipa técnica, o regulamento interno, as regras do CATE, o quarto, os outros utentes e instalações e é elaborada a lista de pertences do utente. Este acolhimento é sempre feito numa atitude de integração e hospitalidade. Se se justificar o acolhimento é feito também com a presença da equipa da saúde que coordena e gere esses aspetos. Da Equipa Técnica constam: a Diretora Técnica, a Técnica Ação Social, a Enfermeira, o Médico e o Psicólogo, que neste caso é o Presidente da Instituição.” E5</i></p> <p><i>“Os passos para a admissão estão todos no regulamento contudo a triagem dos casos e o processo de acolhimento é, normalmente, feito pela Diretora.” E6</i></p>
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Tempo permanência	Tempo permanência na CI é 18 meses, podendo ser prolongado até 22 meses em casos avaliados e justificados	E4	<p><i>“No que respeita ao tempo de duração nesta resposta os nossos clientes poderão permanecer na CI até aos 18 meses, podendo haver um prolongamento em casos excecionais e devidamente justificados até aos 22 meses.” E4</i></p>
	Tempo de permanência de 3 meses podendo ser prorrogado	E5	<p><i>“O tempo de permanência no CATE são 3 meses, mas quase sempre este tempo é prorrogado porque é pouco tempo para se construir um projeto de vida porque estas pessoas reúnem poucas competências, sendo muitas vezes necessário mais tempo para trabalhá-las.” E5</i></p>
	Tempo de permanência depende da problemática do utente	E6	<p><i>“O tempo de permanência depende da problemática do utente. Isto é como uma sopa em que os ingredientes são: aceitação e integração em tratamento de recuperação; tipo de resposta e tempo que leva na recuperação; suporte familiar se há ou não; rendimentos se há ou não e autonomia da pessoa.” E6</i></p>

			<i>“Em termos de permanência na instituição e inserção social a reinserção é quase inexistente.” E7</i>
Formas de autonomização	Programa de Intervenção	E4	<i>“As formas de preparação para a autonomia do cliente assentam no programa de intervenção e correspondem a cinco dimensões distintas, com objetivos gerais e específicos, mas complementares entre si nomeadamente e por ordem crescente, cuidados básicos de saúde, cuidados básicos de higiene e alimentação, apoio psicossocial, competências pessoais e</i>

	<p>Primeiro é necessário um período de integração e diagnóstico. De forma, a se ir construindo o projeto de vida com o utente. Durante esse tempo poderão desenvolver atividades noutros pólos da Instituição de forma a adquirirem hábitos de trabalho, competências e motivação.</p>	<p>E5</p>	<p><i>profissionais, gestão do tempo livre e de lazer de forma saudável.” E4</i></p> <p><i>“Quanto às formas de preparação para a autonomização, primeiro quando o utente entra é necessário um período de integração e diagnóstico, é necessário nesse tempo perceber as competências e a pessoa para começar a promover a construção do projeto de vida dando ferramentas necessárias para que eles façam esse caminho e construam o seu projeto de vida. Passa muitas vezes pelo desenvolvimento de atividades noutros pólos da Instituição, tais como jardinagem, lavandaria, serviços gerais, ..., cumprindo um plano de trabalho para desenvolvimento de competências. Sempre com um monitor a supervisionar. Esta integração nas atividades permite criar motivação, competências e, a nível psicológico, permite algum equilíbrio e autonomia. E a Instituição, caso haja hipóteses no mercado de trabalho e se veja que o utente fez um bom trabalho, poderá estar aberta a aceitar essas pessoas, sempre com suporte e supervisão porque elas conseguem tem é de ter um grande suporte. É verdade também que a nossa cultura</i></p>
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p>É feito encaminhamento dos utentes ou para o CRI, no caso de haver consumos. Ou para uma IPSS em Coimbra “Integrar” que tem uma equipa técnica mais ampla, projetos de inserção e onde eles tem mais hipóteses de se integrar</p>	E7	<p><i>organizacional permite o acolhimento destas pessoas e ajuda-as a crescer, apoia-as dando-lhe suporte e ajuda.” E5</i></p> <p><i>“Tentamos encaminhar sempre os utentes mais novos para uma IPSS em Coimbra chamada “Integrar” em que inicialmente vão para uma casa abrigo, depois têm uma equipa técnica mais ampla, projetos de inserção, mais capacidades de se inserirem. Noutro caso, sempre que têm problemas de álcool ou drogas vão para o CRI que depois trata dos encaminhar.” E7</i></p>
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

2) Estratégia de Intervenção

Subcategoria	Indicadores de Registo	Unidades de Registo	Citações de entrevistados
Definição da estratégia, do projeto de vida e autonomização deste público-alvo	<p>Individual e personalizado centrado na pessoa, nas suas competências, aprendizagens, potencialidades e dificuldades.</p> <p>Após um mês da admissão do utente é construído com ele um Plano</p>	<p>E4, E5, E6, E7</p> <p>E4</p>	<p><i>“A estratégia de intervenção e a definição do projeto de vida do cliente é individual e personalizado, centrada na pessoa, nas suas competências, aprendizagens, potencialidades e dificuldades. Após a sua admissão na CI e ao fim de um mês, tempo</i></p>

	<p>Inserção Individual (dura 6 meses) avaliado mensalmente e monitorizado.</p> <p>Estratégia definida de acordo com recursos financeiros da Instituição contudo tem estratégia que assenta</p>	<p>E5</p>	<p><i>que permita a integração do cliente na resposta e um conhecimento mais profundo por parte da Equipa Técnica é definido e negociado com o cliente uma proposta de Plano de Inserção Individual (PII) com as dimensões que são necessárias trabalhar e com a definição dos objetivos a atingir. Cada PII tem uma duração de seis meses, é monitorizado sempre que haja entrada de nova informação e avaliado mensalmente em reunião de Equipa Técnica e com o cliente sempre que se justifique. Ao fim de seis meses é feita uma auto e heteroavaliação com o cliente de forma a definir quais os próximos objetivos a incluir no seu PII.” E4</i></p> <p><i>“A estratégia de intervenção é definida de acordo com os recursos financeiros da Instituição, por isso a estratégia de intervenção é uma gestão muito deficitária porque dependemos de apoios da segurança social. Temos alguns</i></p>
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p>primeiro num diagnóstico clínico e social e depois na definição do projeto de vida com o utente</p>		<p><i>projetos em curso como o projeto da horta social em que se prevê a construção de uma horta num dos pólos da Instituição em que os utentes do CATE possam, supervisionados, trabalhar competências e ter uma horta deles para cuidarem, sendo os frutos escoados para a Instituição.” E5</i></p> <p>“Nós temos uma estratégia de intervenção definida que assenta essencialmente nos passos que falei na nossa forma de atuar. Sempre começando por avaliar clinicamente o doente e essa parte compete á equipa de enfermagem e medica e depois então intervir ao nível social sempre com a envolvência do próprio utente. Temos alguns documentos que constam do processo e que auxiliam nessa construção do processo de vida: uma ficha inicial em que se pretende conhecer o utente, sua historia de vida, seus problemas de saúde, médicos, familiares próximos, escolaridade e formação profissional, experiencia profissional, contato, esta é a ficha de admissão elaborada à entrada do utente no CATE e depois temos durante os 3 meses de permanência uma meta a conseguir, a sua autonomização. Claro</p>
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

			<p>que estes 3 meses podem ser prorrogáveis dependendo dos casos e das situações. Contudo, o que se pretende é: 1º mês – Acolhimento, conhecimento do utente e procura de respostas para o mesmo; 2º mês – Contatos e entrevistas e no 3º mês – encaminhamento e nos casos excepcionais em que a situação não esteja resolvida ao fim de 3 meses o porquê disso acontecer e o que se pretende fazer. Depois além destes documentos temos também o documento do projeto de vida composto por uma primeira fase de diagnóstico em que se pretende conhecer o utentes, seus objetivos, expectativas, competências e situação atual bem como motivações. Na segunda fase temos então a grelha com os objetivos da intervenção, atividades/ estratégias, metas, parcerias e resultados obtidos bem como avaliação. Todos estes documentos servem de suporte na definição do projeto de vida, estratégia de intervenção e de autonomização com este público alvo que são os nossos utentes. Verificamos também que tudo isto necessita de muito acompanhamento pois são pessoas</p>
--	--	--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

		E6	<p>muito vulneráveis, dependentes de apoios e de ajuda técnica e que muitas vezes se desinteressam e deixam de acreditar se o projeto não funciona no sentido que eles prevem e no tempo que eles prevem. Assim sendo, é necessário um grande trabalho técnico de acompanhamento e de equipa e também, essencialmente de ganhar a confiança deles e conseguir a sua envolvência no processo de se autonomizarem no sentido de os motivar a conseguirem eles mesmos os resultados melhores para a sua qualidade de vida e recuperação social.” E5</p> <p><i>“A nossa estratégia de intervenção ou reabilitação é definida tendo em conta vários processos sendo primeiramente feita uma avaliação diagnóstica do utente e depois é que são definidos os passos que irão ser trabalhados. Primeiro resolver os problemas mais evidentes que a pessoa traz que normalmente são de saúde física ou mental. Depois são feitas as consultas para terapêutica indicada e o check-up. Depois disto á dois caminhos, ou, se forem idosos, o encaminhamento para lar e/ou famílias e,</i></p>
--	--	----	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p>Estratégia de intervenção que assenta numa lógica de reabilitação. Primeiro é feita uma avaliação diagnóstica do utente e depois definidos os passos a trabalhar e o encaminhamento caso a caso</p>		<p><i>no caso de serem adultos apostar na formação da pessoa, se for caso disso em formações ou trabalho. Posteriormente, pode ser feita a inscrição em casa da câmara ou aluguer de habitações em que podem posteriormente passar para a resposta de Centro de Dia desta Associação em que podemos dar apoio também em refeições e tratamento de roupa. Esta resposta de centro de dia, enquadra pessoas que estão a precisar de apoios de refeições ou lavagem de roupas e que pagam por estes serviços. Normalmente, são pessoas novas reformadas por invalidez.</i></p> <p><i>No processo de autonomização costumamos fazer uma retaguarda durante uns tempos. Aqui durante muito tempo criou-se um laço de afetividade entre o cuidador e o cuidado. Temos que abraçar tudo.” E6</i></p> <p><i>“Temos um processo de cada utente com uma ficha de identificação, situação sócio-profissional, quem fez o encaminhamento, apoios, dados sócio-familiares, situação de saúde, diagnóstico social e plano de inserção. Este plano depende de cada caso e também do que eles pretendem. Se pretendem ficar em Elvas, se</i></p>
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	A estratégia é feita tendo em conta um plano de inserção que depende de cada caso e do que os utentes pretendem	E7	<i>querem tentar aproximar-se da família. Tendo em conta a vontade da pessoa, tentamos intervir de maneira possível. Se quiserem emprego são inscritos no centro de emprego ou numa formação, pois emprego nunca conseguimos só a formação. A habitação é outro problema em Elvas, porque sempre que são indivíduos com filhos estes têm prioridade e os singulares ficam para trás. Nunca nenhum utente teve habitação apoiado pela autarquia.” E7</i>
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

3) Acordos com a Segurança Social e medidas políticas de apoio social

Subcategoria	Indicadores de Registo	Unidades de Registo	Citações dos entrevistados
Existência ou não de acordos	Acordo atípico para 16 vagas	E4	<i>“A resposta é protocolada com o Centro Distrital da Segurança Social de Beja (CDSSB) através de um acordo atípico para 16 vagas (clientes), no entanto a capacidade da resposta é de 22 camas.” E4</i>

	<p>Acordo atípico para 15 vagas</p> <p>Acordo com Segurança Social para 18 pessoas</p> <p>Acordo com Segurança Social para 13 utentes</p>	<p>E5</p> <p>E6</p> <p>E7</p>	<p><i>“O CATE é uma resposta atípica com Acordo de Cooperação com o Centro Distrital de Segurança Social de Évora para 15 vagas contudo o custo é insuficiente.” E5</i></p> <p><i>“Temos acordo com a Segurança Social com capacidade para 18 pessoas (15 homens e 3 mulheres).” E6</i></p> <p><i>“Temos acordo de cooperação com a Segurança Social. Temos capacidade para 13 utentes.” E7</i></p>
Utilização de Apoios Sociais	Apoios da Cáritas com os gastos do utente	E4, E5, E6	<i>“O cliente ao entrar nesta resposta social perde todo e qualquer prestação social que esteja a receber, nomeadamente rendimento Social de</i>

	<p>Apoio da Segurança Social</p>	<p>E5, E6, E7</p>	<p><i>Inserção, com exceção de reforma ou pensão por invalidez. Sem prejuízo da articulação entre os serviços com vista ao apoio específico que o cliente necessita, é sempre e em caso de necessidade de algum apoio social a CDB, que através do Fundo de Emergência Social (FES), presta apoios económicos com vista a pagamento de consultas de especialidade, aquisição e apoio nas ajudas técnicas, aquisição de medicação específica, entre outros gastos.” E4</i></p> <p><i>“Destacamos o apoio da Segurança Social que se torna insuficiente porque é necessário muito. A Instituição não é autónoma, depende do apoio da Segurança Social que se torna insuficiente porque todos os utentes precisam de apoio na saúde, vestuário, documentação, alimentação, viagens,...Por Vezes</i></p>
--	----------------------------------	-------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	Apoios da Cáritas, loja social, segurança social, banco alimentar, FEAC, donativos de fornecedores particulares	E6	<p><i>temos também apoio da Cáritas ao nível da medicação, próteses, pagamento rendas...” E5</i></p> <p><i>“Ao nível dos apoios sociais o centro distrital de segurança social só apoia viagens e medicação e para isso é necessário os utentes terem processos no centro distrital de Elvas.” E7</i></p> <p><i>“Quanto aos apoios, sim. Para tratamentos dentários, medicação, roupa (loja social, cáritas, segurança social, produtos do banco alimentar, FEAC, donativos dos fornecedores particulares).” E6</i></p>
Política ou Medida de apoio Social utilizada	Acordo com Centro Distrital Segurança Social	E4, E5, E6, E7	<i>“Esta resposta é um serviço inovador e único na região do Alentejo e daí que é positivo haver um acordo com o CDSSB que permita prestar uma</i>

	Acordo de Cooperação com Segurança Social	E7	<p><i>resposta ao nível social a este público-alvo com garantias de alguma sustentabilidade.” E4</i></p> <p><i>“O CATE é uma resposta atípica com Acordo de Cooperação com o Centro Distrital de Segurança Social de Évora para 15 vagas mas o custo é insuficiente. “ E5</i></p> <p><i>“Temos acordo de cooperação com a Segurança Social.” E7</i></p>
Suficiência e evolução dos apoios	Só com apoios da Segurança Social não seria viável mas como estão no edifício da Cáritas de Beja as respostas sustentem-se	E4	<p><i>“No entanto, só é possível manter esta resposta uma vez que o equipamento (CI) se encontra dentro das instalações da sede da CDB e permite rentabilizar o edificado, outros equipamentos e respostas/programas que a CDB dispõe, tais como o refeitório e cantina social, serviço de lavandaria e atendimento/apoio social. Desta forma é garantida a</i></p>

	<p>Não tem havido evolução dos apoios. É necessário recriar a resposta para ser sustentável.</p>	<p>E5</p>	<p><i>sustentabilidade do serviço prestado ao nível dos recursos humanos e financeiros, ou seja, caso a CI estivesse fora do edificado o valor do protocolo não permitia fazer face aos custos diretos e indiretos desta resposta. Uma vez que esta resposta é recente, inaugurada em dezembro de 2013, ainda não houve qualquer evolução face ao inicialmente estipulado e acordado entre as partes no que respeita ao apoio do CDSSB.”</i> E4</p> <p><i>“Os apoios não tem evoluído. Mantém-se iguais dai a dificuldade. São feitas exigências a nível das entidades reguladoras que também dificultam. É necessário recriar esta resposta de forma a que seja suficiente. Recriar, repensar a resposta para ser sustentável.”</i> E5</p>
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p>Diminuição de apoios. Fecharam vários programas devido á crise o que dificulta a autonomia deste público</p>	<p>E6</p>	<p><i>“Tem havido um esforço da parte do poder, poder local e instituições de investir na organização destas respostas na melhoria da prestação de serviços, nos processos de modernização das Instituições e na organização dos processos, em escrever-se o que é feito mas também tem ocorrido uma diminuição dos apoios. Fecharam-se as portas ao emprego, sem emprego, sem dinheiro não há autonomia possível. É por isso que se vem cá parar, porque não há dinheiro. Acabaram com o emprego protegido para deficiência (enclave). Não há uma estrutura nas proximidades que seja uma oficina expressiva para públicos não tipificados. Antigamente havia mais porque havia RSI, porque havia POCs, era pouco mas havia. Assim que começámos a mergulhar na crise estes programas fecharam todos.” E6</i></p> <p><i>“As medidas não são suficientes e nunca foram. Os apoios têm decrescido devido aos cortes nas verbas. Há 5 anos atrás ainda se</i></p>
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	As medidas não se revelam suficientes e os apoios tem decrescido	E7	<i>conseguia algum apoio para a renda.”</i> E7
--	------------------------------------------------------------------	----	---------------------------------------------------

**4) Tipologia de utentes
(Quadro tipologia)**

Subcategoria	Indicadores de Registo	Unidades de Registo	Citações de entrevistados
<i>Tipologia de utentes</i>		<i>E4</i>	<i>“Em termos de caracterização do público-alvo desta resposta, tendo como referência o ano de 2014 e 2015 a maioria dos clientes admitidos e/ou encaminhados são do sexo masculino e com uma média de idades a rondar os 40 anos, na sua maioria desempregados de longa duração, com poucas competências sociais, pessoais e relacionais. Em termos profissionais é um público com experiência em trabalho indiferenciado e com uma escolaridade inferior ao ensino</i>

		<p><i>obrigatório em Portugal. Sem qualquer rendimento e autonomia financeira, não possuem igualmente uma rede familiar de suporte estruturada que permita um apoio durante o seu percurso na CI, com pontuais exceções. Em termos gerais o cliente após a sua admissão fica na CI entre os 12 e os 18 meses e o motivo pelo qual são admitidos caracteriza-se na sua maioria por vítimas de violência doméstica, ex-toxicodependentes e sem abrigos que após a sua saída das respostas de 1.º linha de onde são encaminhados, necessitam ver trabalhadas outras necessidades com vista à criação de condições para a sua autonomia pessoal, social e profissional. São igualmente admitidos, em casos muito pontuais e com apreciação em supervisão, clientes com patologias de saúde mental sendo que</i></p>
--	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

			<p><i>só podem ser admitidos devidamente compensados e seguidos pelo Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental (DPSM) da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo (ULSBA).</i></p> <p><i>Na CI existem dois tipos de saída e motivo, ou seja, o cliente tem uma saída com projeto ou sem projeto. Nos casos em que o cliente sai com projeto significa que foram concluídos os objetivos do seu PII e consequentemente permitiram a sua autonomia pessoal e profissional. Nos casos em que o cliente sai sem projeto os motivos estão relacionados ou com expulsão da resposta, por motivos graves de conduta e comportamento, ou porque o próprio cliente decide por sua livre vontade interromper o seu projeto.” E4</i></p> <p>(Quadro tipologia – E5, E6, E7)</p>
--	--	--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p>Dificuldades do trabalho com este público para a intervenção da Instituição junto dos utentes</p>	<p>Fatores internos: Necessidade de uma equipa mais reforçada para trabalhar mais áreas de intervenção com os utentes; Fatores externos: Problemáticas muito diferenciadas que necessitam de uma intervenção muito direcionada, resiliente e com foco e necessidade constante de melhorar o serviço e o trabalho em rede</p>	<p>E4</p>	<p><i>“Não podemos falar de dificuldades mas sim de problemáticas muito diferenciadas entre si, que possuem características específicas e como tal necessitam de uma intervenção muito direcionada, resiliente e com foco, ou seja, cada pessoa é uma pessoa e merece a sua dignidade.” E4</i></p> <p><i>“No que respeita às dificuldades podemos mencionar os fatores internos e externos. Nos fatores internos necessitaríamos de ter uma equipa mais reforçada que permitisse abarcar mais áreas de intervenção com os clientes, no fatores externos o facto de termos um público-alvo com problemáticas muito diferenciadas o que coloca algumas dificuldades na intervenção e na forma como cada elemento da</i></p>

	<p>Dificuldades: não tem muitas vezes estrutura interior para mudar, capacidade; resistência as regras; falta de suporte familiar ou inexistência, dependência das instituições</p> <p>Dificuldades: Assumir regras, aceitar necessidade de recuperação, cumprimento terapêutica, tendência para isolamento, desabitação de trabalhar, ócio e hábitos tabágicos intensos</p>	<p>E5</p> <p>E6</p>	<p><i>equipa deve agir e ainda a necessidade constante de melhorar o serviço e trabalho em rede entre os diversos serviços a que o cliente recorre na comunidade.” E4</i></p> <p>“Dificuldades podemos dizer que é: não tem muitas vezes estrutura interior para mudar, capacidade; resistência as regras; falta de suporte familiar ou inexistência, dependência das instituições” E5</p> <p><i>“Quanto às dificuldades penso que são: assumir regras, nem todas; convencê-los da necessidade para a recuperação; o cumprimento do esquema terapêutico; a tendência que têm para o isolamento os hábitos tabágicos intensos e o ócio, a desabitação para trabalhar.” E6</i></p> <p><i>“As dificuldades deste público para a intervenção acabam por ser: um certo desinteresse e desinvestimento acho que por culpa do sistema nós</i></p>
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p>Dificuldades: desinteresse, desinvestimento. Políticas assistencialistas População sem hábitos. Acaba por ser cíclico.</p>	<p>E7</p>	<p><i>habitua-los a isto. As nossas políticas são muito assistencialistas, e eles estão sempre à espera que o técnico resolva. Por outro lado é uma população que já não tem hábitos. Precisavam também de formação inicial ligada às competências básicas, às vezes só terem que ir a outro serviço já é difícil, mas vão, e isso acaba por ser um aspeto positivo. Eles vão alterar a morada do cartão de cidadão, inscrever-se no centro de saúde, no centro de emprego e por vezes alguns procurar trabalhos especialmente rurais, contudo não permanecem na sua maioria muito tempo no local de trabalho, pois já não têm hábitos. Acaba por ser um ciclo.” E7</i></p>
<p>Aspetos favoráveis do trabalho com este público para a intervenção da Instituição junto dos utentes</p>	<p>Esta resposta existir e puder contribuir para acabar com o ciclo vicioso da pobreza em que muitas pessoas chegam á resposta</p>	<p>E4</p>	<p><i>“A CI é uma resposta que se enquadra na ação social da CDB e da Igreja e tem uma base assente na Doutrina Social da Igreja (DSI), na forma como vemos o mundo, a sociedade e a pessoa e daí que se tivermos de mencionar os aspetos favoráveis</i></p>

	<p>Aspetos favoráveis: algum crédito dado à intervenção e ao trabalho técnico, fragilidade que permite ser moldada nos primeiros tempos.</p>	<p>E5</p>	<p><i>prendem-se com o fato de poder existir uma resposta social dirigida a um público-alvo que se encontra em extrema pobreza e numa situação de grande vulnerabilidade social, podendo esta resposta ser uma oportunidade de contribuir para o término do ciclo vicioso da pobreza em que muitos dos casos nos chegam e se encontram.” E4</i></p> <p>“Quanto a aspetos favoráveis: algum crédito dado à intervenção e ao trabalho técnico, fragilidade que permite ser moldada nos primeiros tempos.” E5</p> <p><i>“Em termos de aspetos favoráveis ou intenções, neste caso, favoráveis são: a ajuda entre eles e com a casa, são eles que pintam a casa e tratam do material; a ingenuidade no sentido de terem</i></p>
	<p>Aspetos favoráveis: ajuda entre eles e na casa; força para acreditar e ter esperança; predisposição para a assertividade</p>	<p>E6</p>	

			<i>esperança, e ainda bem que assim é; e, a pré-disposição para a assertividade, o tentarem dar um rumo melhor.” E6</i>
--	--	--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

5) Potencialidades e limitações da Instituição

Subcategoria	Indicadores de Registo	Unidades de Registo	Citações de entrevistados
Potencialidades da Instituição com este público-alvo	Resposta CI veio completar o círculo de respostas no seu local de intervenção. Com esta resposta é possível iniciar um Itinerário personalizado de inserção. Cliente pode dirigir-se ao atendimento social onde é feito o diagnóstico e depois ser encaminhado para CT ou CI	E4	<i>“Em termos de potencialidades de atuação com os nossos clientes podemos afirmar que a CI veio fechar um “círculo” existente em termos de oferta de respostas sociais e/ou serviços a quem até nós recorre. Uma vez que dispomos de atendimento social (AS), uma comunidade terapêutica (CT) e uma equipa de protocolo de RSI a CI permite à CDB e às equipas destas respostas/serviços, sinalizar e encaminhar até nós, possíveis clientes que após o atendimento de 1.º linha</i>

	<p>A nossa cultura organizacional de acolher, motivar e acreditar que estas pessoas conseguem. As limitações são: recursos financeiros. É necessário recriar e renovar esta resposta de forma a torna-la sustentável.</p>	<p>E5</p>	<p><i>necessitam de um apoio mais sustentável, para que não continuem no “limbo” da exclusão e vulnerabilidade social. Com a CI foi possível iniciar um Itinerário Personalizado de Inserção (IPI) que permite ao cliente dirigir-se ao atendimento social, onde é feito um diagnóstico e se for caso disso encaminhado para a CT ou CI e a partir dai criar o seu PII.” E4</i></p> <p><i>“As potencialidades são: a nossa cultura organizacional de acolher estas pessoas e de as motivar; e acreditar que as pessoas, estas pessoas conseguem. As limitações são: os recursos financeiros. É necessário recriar e renovar esta resposta criando projetos sustentáveis de forma a que a Instituição seja suficiente e não dependa da Segurança Social.” E5</i></p> <p><i>“As potencialidades são primeiro que tudo que os retiramos da rua, fazemos uma reabilitação, damos</i></p>
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p>Potencialidades: o que retiramos da rua, fazemos reabilitação, damos ferramentas para reorganização e também que ajudamos na procura do projeto de vida.</p> <p>Potencialidades: rotatividade, abertura dos técnicos, respeito da vontade dos utentes</p>	<p>E6</p> <p>E7</p>	<p><i>ferramentas para a reorganização do percurso e também que ajudamos na procura do projeto de vida.” E6</i></p> <p><i>“As potencialidades da atuação são a rotatividade, temos muita rotatividade neste centro, pois os utentes são muito voláteis. Muito ligados a problemas de dependência de álcool e drogas, com um grande percurso de rua, estão aqui e ali e acabamos por ter muita rotatividade porque alguns abandonam este CAT. Outra potencialidade é a grande abertura dos técnicos e o respeito para o que os utentes querem para o seu projeto de vida. Enquanto diretora tento inculir sempre o respeito pela pessoa.” E7</i></p>
<p>Limitações da Instituição com este público-alvo</p>	<p>Problemática com que se trabalha</p>	<p>E4</p>	<p><i>“Em termos de limitações, estas estão relacionadas com as problemáticas com que trabalhamos, uma vez que são caracterizadas por alguma instabilidade emocional e psíquica dos clientes, ansiedade e capacidade de</i></p>

	<p>Recursos financeiros, escassez de respostas sociais de encaminhamento psiquiátrico e de desenvolvimento de competências</p>	<p>E5</p>	<p><i>lidar com o tempo de espera (frustração) que levam nalguns casos ao abandono por iniciativa própria o que limita a nossa intervenção.” E4</i></p> <p><i>“As limitações essencialmente são de recursos financeiros e por vezes a escassez de respostas sociais nesta zona psiquiátricas e outras mais relacionadas com o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e laborais.” E5</i></p>
	<p>Espaço, reduzido número de técnicos, complexidade do público-alvo e financiamento</p>	<p>E6</p>	<p><i>“Quanto às limitações que temos, a primeira é o espaço, o número de técnicos reduzido, o facto de ser um público complexo e que exige que o tempo para cada um tenha de ser prolongado, exige estudo, negociação, etc. E também o financiamento, porque quanto mais financiamento, maior a pluridisciplinaridade dos técnicos, assim aumenta a parceria.” E6</i></p> <p><i>“Relativamente às limitações temos: o espaço físico, as políticas sociais, a tomada de decisão. Julgo que os utentes deveriam ganhar</i></p>

	<p>Espaço físico, políticas sociais, tomada de decisão. Necessidade de os utentes ganharem competências básicas.</p>	E7	<p><i>competências básicas, como por exemplo, fazer a cama, manusear alimentos com vigilância, etc.” E7</i></p>
<p>Formas de intervenção mais eficiente da Instituição</p>	<p>As instituições de encaminhamento perceberem filosofia da resposta. Pois a CI não é resposta de 1ª linha, deve ser entendida sim como uma resposta intermédia que visa potenciar a autonomização dos seus utentes. Tem sido feitas várias ações no sentido de informar as instituições sobre a resposta.</p>	E4	<p><i>“Para potenciar a eficiência é necessário que cada vez mais as instituições de encaminhamento percebam e compreendam a nossa filosofia de intervenção, qual o programa, objetivos e finalidades desta resposta bem como o perfil do cliente e que possam antes do encaminhamento realizar um trabalho de base com o próprio criando condições para uma maior aceitação deste projeto. A CI não é uma resposta de 1.ª linha e deve ser entendida como uma resposta intermédia que tem como finalidade criar condições para a autonomia das pessoas. Neste sentido temos feito várias apresentações nos Núcleos Locais de Intervenção Social (NLIS) da CDSSB para apresentar e esclarecer os</i></p>

	<p>Existência de mais respostas sociais psiquiátricas e ao nível do desenvolvimento de competências</p>	<p>E5</p>	<p><i>propósitos da CI o que tem contribuído para uma maior taxa de retenção dos clientes e dos casos de sucesso.</i></p> <p><i>De forma a minimizar os riscos foram melhorados os procedimentos relacionados com a admissão, permitindo a realização de mais entrevistas presenciais e exigindo às entidades de encaminhamento uma maior e melhor troca de informações sobre os clientes propostos de forma a minimizar falsas declarações e patologias associadas, bem como o envio de relatórios sociais com critérios de admissão estipulados e rigorosos”.</i></p> <p>E4</p> <p>“Talvez se houvessem mais respostas ao nível psiquiátrico principalmente aqui na região poderíamos fazer um trabalho mais eficiente e se houvessem respostas para estas pessoas que, na sua maioria necessitam de ganhar</p>
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	Fazer tudo o que está ao nosso alcance	E7	<p>competências a todos os níveis e hábitos de trabalho.” E5</p> <p><i>“O que está ao nosso alcance podemos e devemos fazer e isso podia levar a uma intervenção mais eficiente.” E7</i></p>
--	----------------------------------------	----	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

6) % de sucesso e reincidência

Subcategoria	Indicadores de Registo	Unidades de Registo	Citações de entrevistados
% de sucesso de inserção de utentes em sociedade	Muito relativa nesta problemática. Apesar de ser elemento predominante na avaliação do nosso trabalho e um objetivo assumido entre cliente e ET	E4	<p><i>“A taxa de sucesso nesta intervenção é muito relativa face à problemática, apesar de ser um elemento predominante na avaliação do nosso trabalho e um objetivo pelo qual a ET e o cliente se comprometem.” E4</i></p> <p><i>“No ano de 2014 foram admitidos 35 clientes dos quais 10 saíram com</i></p>

			<p><i>projeto, ou seja 5 foram inseridos no mercado de trabalho, na área agrícola, hotelaria e restauração. Foram encaminhados para outra resposta social 5 clientes face à sua problemática, 9 clientes saíram sem projeto, por motivos de abandono (5) ou expulsão (4).</i></p> <p>No ano de 2015 foram admitidos 28 clientes, conseguimos inserir no mercado de trabalho 12 clientes na área agrícola, assistente operacional em autarquias, auxiliar doméstica. Foram encaminhados para outras respostas 3 clientes face à sua problemática, 12 clientes saíram sem projeto, por motivos de abandono (11) ou expulsão (1).” E4</p> <p><i>“A percentagem de sucesso é muito reduzida porque este público-alvo não é dotado de referências, de</i></p>
--	--	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p>Percentagem de sucesso é muito reduzida. Problemáticas são muito complexas.</p>	<p>E5</p>	<p><i>competências, são pessoas de grande fragilidade pessoal, psicológica, desprovidas de afetos. Sem normas, sem regras. A percentagem é mínima. Vão-se dando pequenos passos e depois voltamos quase sempre á posição inicial. Estas pessoas não estão munidas de uma estrutura interior que as ajude a mudar. Muitas delas vivem em Instituições sem suporte e apoio da família que é o grande pilar da sociedade. A família é estruturante para o individuo, é a instituição primária que permite ao individuo crescer enquanto pessoa humana em sociedade. Muitas vezes são pessoas que conviveram com violência, foram mal-amados, negligenciados, abandonados. São pessoas a quem nunca lhes foi oferecido nada. Rotulados pela sociedade, marginalizados. Tem comportamentos desviantes mas elas só os tiveram porque sofreram processos de socialização em contextos adversos. Como é que se pode ou consegue construir uma pessoa que está desestruturada, como que desmembrada? Claro que também</i></p>
--	------------------------------------------------------------------------------------	-----------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p>Sucesso é mais ou menos 20% e a reincidência é 30%. Sendo que o fator mortalidade importa muito porque eles quando aqui chegam já veem muito doentes.</p> <p>Talvez 1% de percentagem de inserção se tanto. A maioria dos utentes vão embora por eles próprios.</p>	<p>E6</p> <p>E7</p>	<p><i>há pessoas que gostam de viver assim porque não aceitam regras e para se fazer alguma coisa com elas tem de se querer muito, elas tem de querer alterar algumas coisas, entre elas a questão das regras, necessárias á vida em sociedade.” E5</i></p> <p><i>“Em termos de percentagens é difícil dizer mas mais ou menos posso dizer que o sucesso será de aproximadamente 20%, a reincidência talvez 30% mas aqui o fator mortalidade tem muita incidência porque quando aqui chegam já veem muito doentes.” E6</i></p> <p><i>“A maioria dos utentes vão embora por eles próprios. Nem sei se podemos falar numa percentagem de sucesso ao nível da inserção de 1%. Tivemos uma altura em que conseguimos por 7 utentes na APPACDM a fazer formação e 5 conseguiram autonomizar-se mesmo com casa e foi muito bom.” E7</i></p>
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Tipo de emprego, habitação	Empregos mais operacionais e de restauração	E5	<i>“O emprego é sempre ligado ao operacional, aos serviços operacionais e os de restauração principalmente.” E5</i>
Situações de reincidência	Nos últimos dois anos não houve reincidências	E4	<i>“Nesse ano (2014) não houve qualquer reincidência na nossa instituição e transitaram para o ano de 2015, do total de admitidos em 2014, doze clientes.” E4</i>
	Quando há reincidências nós acolhemos porque a nossa cultura é acolher e acreditar neles	E5	<i>“Nesse ano (2015) não houve qualquer reincidência na nossa instituição.” E4</i> <i>“Quanto há reincidência nós acolhemos mesmo reincidentes e há abertura porque a cultura é acolher e acreditar neles.” E5</i>
	Reincidência é por volta de 60%: eles por vezes pedem para ir para outras Instituições pois aqui não há ofertas	E7	<i>“Relativamente a situações de reincidência são à volta de 60%. Por vezes, eles pedem para ir para outros sítios, instituições essencialmente por</i>

	<p>de emprego. Por vezes, mais jovens, encaminhamos para associação “Integrar”. Por vezes também recebemos utentes de outras instituições que tiveram comportamentos desadequados e veem passar um tempo ao CAT, regressando depois á instituição onde se encontravam.</p> <p>Na minha opinião os serviços não estão sensibilizados para esta problemática e nem sempre trabalham em rede acabando por fazer somente assistencialismo</p>		<p><i>causa do local, não há ofertas de emprego aqui. Um fenómeno que tem vindo a aumentar são pessoas relativamente jovens que como já referi tentamos encaminhar para a “Integrar” que também tem regras na qual têm mais hipóteses. Por vezes também recebemos utentes de outras instituições que têm comportamentos desadequados nas mesmas e vêm passar um tempo a este CAT e depois regressam ao sítio inicial. Na minha opinião os serviços não estão sensibilizados para esta problemática e nem sempre trabalham em rede e acabamos por fazer assistencialismo simplesmente.” E7</i></p>
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

7) Dependência dos apoios e respostas sociais

Subcategoria	Indicadores de Registo	Unidades de Registo	Citações de entrevistados
Utilização de apoios sociais durante processo de autonomização	Nos primeiros tempos não	E6	<i>“Nos primeiros tempos não. Sentem dificuldade. Nesta primeira linha é o sistema que adoptamos.” E6</i>

	<p>No Fundo se fosse há dois anos diria que a dependência era total porque saiam com RSI mas agora ou é um utente que consegue trabalhar numa entidade que o apoie e encontre alguém ou caso contrario é muito difícil a autonomização porque este indivíduos falta lhe a rede de suporte socio familiar e quando algo corre mal voltam á marginalidade.</p>	E7	<p><i>“Se fosse há dois anos dizia que a dependência era total porque saiam com o RSI. No fundo, ou é um utente que consegue trabalhar numa entidade que o apoie e encontre alguém, ou caso contrario é muito difícil autonomizar-se sem ser dependente dos serviços. Talvez um ou dois casos. Estes indivíduos falta-lhe uma coisa muito importante que são as redes de suporte sócio-familiar. Qualquer coisa cai e voltam à marginalidade. Acho que faz toda a diferença este suporte.” E7</i></p>
<p>Dependência dos utentes que se autonomizam da resposta social</p>	<p>É feito um acompanhamento dos utente que saem da CI no sentido de terem apoio/suporte no inicio da autonomia</p>	E4	<p><i>“Os clientes que se conseguem autonomizar após a sua saída da CI com necessitam de um follow up que lhes permita receber algum apoio/suporte no início da autonomia. Esta é a única forma de minimizar riscos de dependência efetiva dos serviços e de recurso novamente às respostas de onde saíram, ao mesmo</i></p>

	<p>Quando saem são completamente dependentes. Quando se autonomizam so tem apoio pontual excepto os que recebem RSI que são dependentes.</p>	<p>E5</p>	<p><i>tempo, que permite antecipar e prevenir alguns comportamentos e atitudes que os possam colocar novamente numa situação de necessidade.” E4</i></p> <p>“Muitas antes de serem admitidos estão dependentes ao nível de apoios da segurança social, alguns também das cantinas sociais ou da cáritas. A dependência é enorme destas instituições. Quando se autonomizam tem só apoio pontual mas os quem tem RSI ficam dependentes. Eles são totalmente dependentes dos apoios sociais. Quando saem são e ficam na sua maioria dependentes de novo dos apoios da segurança social e da cáritas muitas vezes.” E5</p> <p>“Quando não estão no CAT estão dependentes da Seg. Social ao nível do RSI e do MTA, pois este dá alimentos, apoios financeiros, roupa, tudo e</p>
	<p>Quando não estão no CATE estão dependentes da Segurança Social, RSI</p>	<p>E7</p>	

	e do MTA (alimentos, apoios financeiros, rouparam tudo, cantinas)		<i>também das cantinas, sendo que quem recebe RSI não pode usufruir destas cantinas.” E7</i>
Apoios/ respostas sociais de que mais dependem enquanto institucionalizados	Apoio de Instituições locais	E4, E7	<i>“Sem prejuízo da articulação entre os serviços com vista ao apoio específico que o cliente necessita, é sempre e em caso de necessidade de algum apoio social a CDB, que através do Fundo de Emergência Social (FES), presta apoios económicos com vista a pagamento de consultas de especialidade, aquisição e apoio nas ajudas técnicas, aquisição de medicação específica, entre outros gastos.” E4</i>
	Dependência total do CAT enquanto institucionalizados	E6, E7	<i>“Enquanto estão aqui estão totalmente dependentes do CAT.” E6</i> <i>“Quando estão no CAT estão completamente dependentes da</i>

			<i>instituição para tudo. Recorro muitas vezes ao apoio do MTA (Movimento Teresiano Apostólico – grupo voluntário) que é quem nos apoia, por exemplo para saírem para outra comunidade ao nível dos transportes, ...” E7</i>
Apoios/ respostas sociais de que mais dependem quando se autonomizam	Recurso a prestações sociais ou serviços sociais (devido a instabilidade do mercado de trabalho e precariedade das soluções encontradas)	E4	<i>“Ainda que tenhamos apenas 2 anos de existência verificamos que as pessoas que saíram da CI uma parte delas acaba por recorrer a prestações sociais (RSI ou subsidio de desemprego) ou serviços sociais de forma a pedir novamente algum tipo de apoio aos serviços (pagamento de despesas de alimentação/habitação. Estes fatores prendem-se na sua maioria com a instabilidade do mercado de trabalho e precariedade das soluções encontradas.” E4</i>

	Dependência maior dos apoios quando se autonomizam	E6	<i>“depois quando saem não sei porque aqui não se tem de esforçar muito.” E6</i>
--	----------------------------------------------------	----	----------------------------------------------------------------------------------

8) Consequência dos apoios

Subcategoria	Indicadores de Registo	Unidades de Registo	Citações de entrevistados
Consequências da dependência para este público	Insustentabilidade de recursos financeiros e humanos por parte do Estado e não permitir á pessoa ter a sua dignidade humana	E4	<i>“Em primeiro lugar existe quase uma institucionalização de que é possível viver sempre na base dos apoios sociais que é necessário trabalhar com o cliente, mas também como os serviços de referência, empresas, entidades de formação e ação social uma vez que ninguém é beneficiado ao manter este ciclo. As consequências de manter esta dependência prendem-se com o facto de não ser sustentável em termos de recursos do estado quer humanos e/ou financeiros que advêm</i>

	<p>Desmotivação, desinteresse e isolamento</p> <p>Necessidade de apoios para quem precisa. Problema é estrutural e tem mais a ver com o que lhes faltou (estrutura familiar) do que com o que a sociedade lhes pode dar.</p>	<p>E5</p> <p>E6</p>	<p><i>do erário público bem como não permitir à pessoa que se encontra nesta situação viver e ter a dignidade humana que tanto merece e tem direito.” E4</i></p> <p><i>“As consequências são: a desmotivação, o desinteresse e o isolamento.” E5</i></p> <p><i>“Acho que é positivo terem apoios. Para quem está em situação vulnerável os apoios são sempre necessários. Os apoios quando precisam são sempre necessários. Acho que o problema é estrutural e tem menos a ver com o que a sociedade pode dar a eles e mais a ver com o que é que faltou. Quando não há estrutura familiar, quando se é filho do avô, quando não tem capacidades, como ultrapassa isso? Ficou marcado. Todos os apoios que lhe demos são insuficientes. Experimentemos nós a ir uma semana para a rua para vermos, isto é muito difícil. Todos somos responsáveis por haver pobreza e</i></p>
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p>A reincidência pois não lhe damos competências nem desenvolvemos neles competências para que sejam independentes dos serviços e apoios.</p>	E7	<p><i>haver pessoas em situação de exclusão. Não há afeto em excesso. E nós somos uma resposta inovadora, mas é porque o somos na cabeça dos técnicos.” E6</i></p> <p><i>“Para mim a consequência dessa dependência é a reincidência. Não se lhe ensina a pescar e dá-se-lhe o peixe. Por outro lado, na minha opinião, a nossa sociedade não se preocupa com esta problemática. O problema sem dúvida está nas famílias, pois muitas vezes desresponsabilizam-se e com o agravamento da situação económica pior. A coisa mais grave ainda penso que é a perturbação mental, pois é muito complicado porque não há sítios para onde os encaminhar.” E7</i></p>
<p>Melhor forma de se autonomizarem (com ou sem apoios)</p>	<p>Necessidade de trabalho em equipa de todos os agentes que trabalham nos casos no sentido comum da autonomização. Existência de medidas dos empresários que incentivem contratualização efetiva de quem passa por um projeto de autonomização. Existência de formação específica adaptada às reais</p>	E4	<p><i>“Não existe uma fórmula mágica nem um modelo perfeito para ser aplicado e que contribua para uma inserção e autonomia efetiva, no entanto, julgamos ser possível melhorar o que tem sido feito. É necessário que todos os agentes que trabalham com estes</i></p>

	<p>necessidades do mercado de trabalho local e que ajudem o utente a melhorar as suas competências, reciclar e adquirir novas aprendizagens. Necessidade de um follow-up dos casos por parte dos serviços envolvidos na autonomização dos casos.</p>		<p><i>casos tenham uma visão comum e uma intervenção complementar num só sentido, a sua autonomização. As pessoas não podem ser encaradas como números estatísticos que “saltam” de serviço em serviço, tem que haver medidas para os empresários que incentivem a contratualização efetiva de quem passa por um projeto de autonomização e não o fomento de um vínculo precário. São necessárias medidas de formação específica ligadas às necessidades reais e concretas do mercado de trabalho local que ajudem o cliente a melhorar as suas competências, reciclando e adquirindo novas aprendizagens ligadas às necessidades das empresas. Um follow up dos casos por parte dos serviços envolvidos na autonomização do cliente que permita a</i></p>
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p>Integração no mercado de trabalho mesmo que ao abrigo de programas do IEFP. Para isso é necessário que reúnam competências. Sem a parte financeira resolvida não se podem autonomizar.</p>	<p>E5</p> <p>E6</p>	<p><i>monitorização e acompanhamento apostando na prevenção e na partilha de informação entre os técnicos envolvidos. Estas poderiam ser algumas medidas a aplicar permitindo a minimização de riscos de dependência dos serviços dos casos que foram apoiados.” E4</i></p> <p><i>“A melhor forma de se autonomizarem é pela integração no mercado de trabalho ainda que ao abrigo de programas do IEFP para isso tem que reunir competências porque muitas vezes eles são subsidio dependentes. A autonomia financeira. Sem a parte financeira resolvida não se podem autonomizar. São pessoas totalmente dependentes dos apoios sociais.” E5</i></p> <p><i>“Continuamos a dar o maior apoio possível e com ciclos de assistencialismo para agarrar as</i></p>
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p>Continuação do apoio prestado e possível com ciclos de assistencialismo com vista a proporcionar bem-estar e motivação para viver às pessoas</p> <p>É impossível autonomizarem-se sem apoios. Necessitam muitas vezes de RSI e apoios básicos como habitação social e alimentação.</p>	E7	<p><i>“pessoas à vida e proporcionar bem-estar.” E6</i></p> <p><i>“O ideal seria autonomizar sem apoios, mas é impossível. Necessitam muitas vezes de RSI e dos apoios básicos como a habitação social e a alimentação.” E7</i></p>
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

9) Propostas estratégicas

Subcategoria	Indicadores de Registo	Unidades de Registo	Citações de entrevistados
Propostas de novas estratégias de inserção social deste público-alvo	Criação e constituição do NPISA	E4	<p><i>“Em termos de estratégias de intervenção, para além do que foi referido anteriormente julgamos no nosso caso concreto e específico, tendo em conta a área geográfica da nossa intervenção (distrito/diocese de Beja) que fosse necessário criar e constituir o Núcleo de Planeamento e</i></p>

			<p><i>Intervenção Sem Abrigo (NPISA). O Npisa é uma rede de instituições com diversas características, mas que desenvolvem atividades para a população sem-abrigo. Incluindo cada vez mais instituições, desenvolve um trabalho de articulação de cuidados prestados e competências entre instituições, promovendo a discussão e construção de um modelo de actuação e gestão comum a toda a rede de forma a prestar o melhor cuidado possível à população sem-abrigo, evitando ineficiências, duplicações e heterogeneidades de serviços prestados a esta população. Do NPISA resulta a modernização das próprias instituições participantes e da rede como um todo, mas sobretudo em enormes progressos na qualidade do serviço prestado e à diminuição da população sem-abrigo.” E4</i></p>
--	--	--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p>Continuidade do acompanhamento; apostar na formação e qualificação das pessoas com parcerias e outras entidades; promover condições para que estas</p>	<p>E5</p>	<p><i>“Como estratégia podemos apontar: 1) Continuidade ao acompanhamento na residência (depois da autonomização- que nós já fazemos); 2) Apostar na formação e qualificação das pessoas com parcerias e com outras entidades para modelar a estrutura interna das pessoas; 3) Promover condições para que estas pessoas cresçam: 3.1.) Criar escolas de formação para as integrar no mercado de trabalho ressarcidas de um salário, para serem autônomas e ganharem competências. Uma espécie de “escola de competências”; 3.2.) Intercâmbio com instituições empresariais sociais e criar projetos como a tal escola que referi para puderem conseguir se autonomizar. Criar redes institucionais e promover intercambio de forma a permitir a integração destes indivíduos no mercado de trabalho, valorizando e estimulando as suas competências; 3.3.) Valorizar as competências que eles já tem, aumentar a auto-estima, acreditar, “calçar o sapato do outro”,</i></p>
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p> pessoas cresçam; criar escolas de formação para as integrar no mercado de trabalho, uma espécie de “escola de competências” ressarcidas de salário para potenciar autonomia destas pessoas; intercâmbio com instituições empresariais sociais – criação de redes institucionais que permita integração destas pessoas no mercado de trabalho; valorizar as competências que eles já têm e aumentar a auto-estima. Acreditar, ouvir e amar estas pessoas é a essência. </p>		<p> <i>ouvir/ amar essas pessoas é a essência.” E5</i> </p> <p> <i>“Gosto muito desta resposta de CAT, são multicoloridos, tem muitas pessoas, são desafiantes! Há de tudo: idosos, adolescentes,... É como uma peça em que uns podem encaixar e ajudar. Mais novos aprendem com o avô. Dependentes, todos se podem entreajudar.</i> </p> <p> <i>Eu arrisco-me e os técnicos daqui arriscam-se. Não partilho o modelo de sociedade de pessoas em caixinhas, gosto da vida colorida. É este tipo de resposta mais curta e familiar que pode levar ao processo de autonomização. A pessoa para se autonomizar precisa de auto-estima, algo em que acreditar, vontade de viver. A par disso, formação e sustento. Acho que isto vai muito pelo Pão, Terra, Trabalho e Família e não pela questão da subsidiariedade. Tornámo-nos sedentários por isso, pela família. Somos seres relacionais, gregários, precisamos conviver.” E6</i> </p>
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p>Pluridimensionalidade da resposta de CAT. Como um puzzle em que todos podem ajudar. É desafiante. É uma resposta curta e familiar que eu penso que pode levar ao processo de autonomização. Necessidade de auto estima para se autonomizar, algo em que acreditar, vontade de viver. Bem como formação e capacidade financeira para se autonomizar.</p>	<p>E6</p>	<p><i>“O cenário ideal seria termos instalações com espaço exterior grande para fazermos uma horta, agricultura, animais até porque estamos numa zona rural e alguns deles já trabalharam nesta área. É muito importante fazê-los sentirem-se úteis, responsáveis e capazes. Muito importante também era ter uma rede de técnicos vocacionados para esta população (técnicos, terapeutas, médicos, psicólogos, etc). Era também importante um trabalho rigoroso ao nível individual, pois cada caso é um caso e não se pode querer aplicar modelos. Mas tem que haver sensibilização por parte dos técnicos para que as parcerias, também muito importantes com empresas forte ao nível local, centro de emprego, etc não fiquem simplesmente no papel. Faz todo o sentido este trabalho ser em rede (especialmente setor da saúde, segurança social e autarquia).” E7</i></p>
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p>Necessária a existência de um espaço exterior para fazer uma horta e trabalhos agrícolas pois alguns deles já trabalharam na área. É importante fazê-los sentirem-se úteis, responsáveis e capazes. É importante ter uma rede de técnicos especializados neste público-alvo. É importante também haver um trabalho rigoroso ao nível individual e trabalhar em rede e parcerias.</p>	E7	
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----	--

Anexo III – Perfil Sociológico dos Sem-Abrigo no Alentejo

Perfil Sociológico dos sem-abrigos no Alentejo¹⁹

	<i>Sexo</i>	<i>Idade</i>	<i>Profissão</i>	<i>Sit. Profissão</i>	<i>Escolaridade</i>	<i>Ref. familiares</i>	<i>Patologias</i>	<i>Apoios</i>	<i>Consumos</i>	<i>Residência</i>
CME	M	19-49 anos	-	-	Ensino Básico ou Nenhum	-	-	Apoios sociais de Instituições Sociais do concelho e apoio da segurança social (muitos recebem RSI)	-	Rua, alojamentos não convencionais ou locais precários
CATElvas	M	38-60 Anos	Trab. Rurais sem vínculos laborais (precários)	Desempregados Pensionistas de Invalidez	Mínima (1º ciclo)	Não há (corte familiar)	Psiquiátricas	Reincidentes noutros CAT's	Sim (principalmente álcool)	Rua, casas de amigos, CAT's. Muitos veem de Badajoz pois há lá um centro em que apenas podem permanecer 3 noites por isso depois acabam por vir.
CATEvora	M	19-65 ANOS	Rurais E operacionais	Desempregados/	Analfabetos e mínima	Inexistentes	Psiquiátricas e infeto-contagiosas	Cáritas, Seg social	Alcool, drogas	

¹⁹ Foi intenção, ao longo do trabalho, recolher informações junto dos relatórios sociais dos utentes contudo não nos foi permitido como tal somente foi possível, através das entrevistas ter uma informação genérica das pessoas em situação de sem-abrigo institucionalizadas nas Instituições e apoiadas pelas Câmaras Municipais entrevistadas.

				dependentes apoios sociais						
CATPortalegre	M	40-45 Anos	1º setor	Pensionistas por Invalidez	6º ano/ 9º ano	Referências tem mais visitas e aproximação não. Ruptura familiar.	Psiquiátricas. Pobreza e violência doméstica	Reincidentes em CAT	Toxicodependentes e alcoólicos	Rua. Despejo. Denúncias ou transferências de outros CAT's
Com. Beja (Dez. 2013)	M	35-40 Anos	Indefinidos (biscates)	Desempregados. Endividamento	6º ano/ 7º ano	50% com família/ 50% sem família	Psiquiátricas	Sim (dependentes da Seg. Social)	Por vezes álcool e haxixe	Rua/ Casa
CMBeja	M	35-50 anos	Não faço ideia	desempregados	Não faço ideia	Acho que eles acabam ou por afastar a família ou por não a terem mesmo	Acho que a maioria são distúrbios que se foram agravando e que com consumos ficaram piores (psiquiátricas)	Por norma acho que recorrem à caritas	Alcoolismo /toxicodependência	Dormem na rua
CMPortalegre				Desempregados com baixos rendimentos		Sem suporte familiar	Com doenças mentais ou que saem de hospitais psiquiátricos			